

Ainda por
identificar
morto na
explosão
de Lisboa

Pág. 24

Para a revisão constitucional: PS tem na manga "moção de censura construtiva"

Pág. 24

Diário de Lisboa

ANO 66 N.º 22 111

Terça-feira, 15 Julho de 1986

Preço 40\$00

ÁFRICA



Embaixadores dos países africanos acreditados em Lisboa com Cavaco Silva antes de um almoço que hoje se repete, desta vez com Mário Soares

Portugal desencadeia ofensiva diplomática

Portugal procura assumir-se como principal interlocutor entre a CEE e Angola e Moçambique. Para tal desenvolve uma intensa ofensiva diplomática impulsionada por Belém e S.Bento

Págs. 5 e 6



Luís Moita à Mesa DL

**Situação africana
é bem mais grave
do que geralmente
se pensa entre nós**

O responsável pelo Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Luís Moita, fala-nos do trabalho do CIDAC, da situação na África Austral e especialmente de alguns dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Págs. 12, 13 e 14

SERTÃ Fogo já destruiu 2 mil hectares

•A GNR deteve um suspeito e fogo posto e meios aéreos começaram a actuar esta manhã

Pág. 10

AV. DA LIBERDADE



O futuro da Av. da Liberdade em debate hoje na Câmara

Verão quente na Câmara

Pág. 10

A propósito de uma revisão ortográfica

José de Almeida Moura(*)

A ortografia de uma língua romântica que, definida no espaço europeu, a vontade política e a expressão cultural de um povo vem personalizando e difundindo há largos séculos, não se apresenta hoje ao seu utente como um organismo descontrolado e informe ou puramente utilitário, convencional e arbitrário. Por consequente, a conjugação dos critérios pelos quais se introduzam alterações pontuais no sistema ortográfico da mesma língua — sentidas como inequivocamente indispensáveis e benéficas pela própria comunidade de falantes, e só por ela —, requer competência específica e responsável frutificada da experiência e do estudo, para além de um rigoroso estabelecimento de móveis e objectivos, de tal maneira, que todo o processo fique claro para a ratificação e os resultados sejam científicos e pedagógicos. Ora, não está nesta filosofia o presente «acordo» ortográfico para o português, ainda transpirado entre nós. De facto, surgido de múltiplos pretextos e suportado por justificações contraditórias, o seu processo revela zonas escuras e a inovação da sua ciência pode avaliar-se no alcance das palavras de Celso Cunha, um dos intervenientes na sua edificação: «(...) Cada acento que se bate à máquina, cada acento que se escreve, é como se se escrevesse uma letra, de maneira que é tinta que se gasta mais, mais esforço.» (JL n.º 202, de 19-25 de Maio de 1986, pág. 7.).

Durante décadas temos tido uma lei decretada para a disciplina ortográfica da nossa língua, por enquanto falada também por comunidades estrangeiras, ao ponto de ser factor de unidade linguística pela escrita. Para respeitarem a sua doutrina, muitos dos Portugueses (pelo menos) sofreram vicissitudes e punições de vário ordem, mas, por um destino irónico e madraço, encontram-se agora na iminência de sofrerem novos contratempos se continuarem a respeitá-la a partir de 1988, e pelos fatídicos dez anos.

Acontece que um hálei nunca vem só, e a par do cabeludo surgiu do Atlântico a Sebastião revisão com que a raça ruiva do Cesário navegasse no porvir da Unidade ansiada. Por ele se deseja e com toda a gana se espera uma salvação até para as nossas finanças, tão longe apontam as prospecções e as cifras com que se encara este «acto de inteligência» estrondoso, materializado num «texto extremamente inteligente» que «o Brasil fez com extrema inteligência» (preto no branco), nas expressões de um dos negociadores. Texto que constitui «ótima oportunidade para o exercício da autoridade», segundo pontifica

um empolgado defensor, esquecido de que pouco antes reconheceu havermos tido já «suficientes exercícios de autoridade» nesta matéria e de que, enfim, «convém não exagerar o poder decisivo da ortografia, que afinal não passa de uma epiderme da língua».

E vem apressado, o promissor «acordo»! Tanto, que para o dito argumentador, habituado à cátedra, «só há motivos, práticos e científicos, para que rapidamente» sejam as modificações ratificadas. Porém, a fé nas autoridades anda muito desencantada, sobretudo quando nos dizem, como o fez o mesmo senhor, que «as hesitações em matéria de norma linguística só se resolvem bem a golpes de ceptro». Para muitos o problema não se resolve, ou mesmo se encara, com o sossego que nos pretende dar com afirmações do tipo de que «só de longe em longe surgirão problemas com palavras como *extraumano* ou *neoescolástico*», ou de que o acordo «bem pouca coisa é» perante as «barbaridades, produzidas diariamente pelas nossas bocas», que ameaçam o nosso sistema fonológico, «ou seja a língua», guardada por «muralhas» contra esses malefícios, bem distintos dos inócuos efeitos das modificações agora apresentadas para a ortografia. E, se um dos responsáveis por tais modificações admite que os países da lusofonia virão a «ter as suas inovações linguísticas, gráficas, etc.», sem tal certeza nele obstar a outra, de que «o importante é uma única escrita para todos», aquele fogoso professor de História da Língua Portuguesa prevê mudanças fonéticas decorrentes de alterações ortográficas (embora para o efeito nível o século actual pelo XIV), insistindo em que os casos da índole de *neolenico*, estão à partida solucionados, porque «ninguém usará tão rebarbativa palavra».

Com tantas certezas e o presente marco do «acordo», podem, consequentemente, ficar descansados os que se têm visto a braços com dificuldades humanas e materiais para a alfabetização e a divulgação da língua portuguesa, dado que o «acordo» promete solucionar (com garantia por dez anos) todas as dores de cabeça, mesmo as dos que até ao presente procuravam e acreditavam escrever cientificamente na referida língua, cuja ortografia miopicamente achavam menos arresvada que a de outros códigos não defuntos até à data. De igual modo, vão rejubilar os menosprezados professores, abrangidos pela autoridade de que «os problemas científicos não são sujeitos a plebiscito» e dispensados de contestarem a evidência de que «nem estas coisas se resol-

vem por voto universal (que interesse tem este assunto da negociação do acordo para os analfabetos?)»: de futuro não mais voltarão a ler (por exemplo, no sétimo ano unificado e em Lisboa) grafias como *teis* (tens), *a serca* (acerca), *otocarro*, *esquelar-serme* (esclerocar-me), *das peçou* (das pessoas), *chechional* (excepcional), *Portuguêns*, *parsido*, *popolare*, *comecha-mos*, *ao través* (outra vez), *entrevaios*, *deichoio*, *divertimunos*, *chegem* (cheguei)...

Bem sabem esses professores, como os outros cidadãos, que os políticos deputados «não são técnicos das vírgula e do acento»,... sempre que acontece não o serem também; mas isto de «perder o comboio da unidade dos países de língua portuguesa» implica-nos a todos, sobretudo se o comboio nos transporta há séculos numa carruagem de milénios. Por conseguinte, todos somos políticos, e o recente arrocho ortográfico fabricado à sombra de Sancho, não nos pode deixar indiferentes. Tanto mais que nós, os professores que têm procurado fazer cumprir a ortografia ainda vigente, corremos o risco de virmos a ser os delegados das imposições doutorais, sem vislumbarmos neste «acordo» qualquer lucro para a gri (se «a ortografia não é a língua», e os desvios sintácticos não estão questionados), ou tão-somente qualquer valor pedagógico positivo, caso a argamassa fique assim consolidada, também «para facilitar a vida às instituições internacionais».

Da revisão esperavam-se alterações sensatas (ainda que, no mínimo, estimuladas por objectivos políticos), atendendo a que as bases de 45 nos foram dadas com ciência e amor à Língua, só pecando por nos não terem deixado à deriva ou à reboque, longe de se censurarem pelo juízo dos estrangeiros. Exemplificando, e visto que se trata de vocábulos de formação portuguesa, poder-se-iam simplificar os tês de *garrettiano*, eliminar o trema de *hübneriano*, fazer coincidir a pronúncia com a grafia em *wagneriano*, (e em *Moloch*), tomar em consideração que o eme de *comtista* não é seguido de pê ou bê, dispensar o hífen em casos como o de *autorretrato* ou o de *semissecular*, mas não os de *auto-avaliação* e de *semi-homem*... Mas os resultados surpreenderam e desiludiram a ingénua da Vénus, que ainda acreditava ser a nossa língua, com pouca corrupção, a latina (*Lus.*, I, 33, 7-8).

Redigido o «acordo», os nossos olhos, que vêm pela escrita para além da mesma, deparam com grafias incoerentes ou estapafúrdicas, como a de *conosco*, pautada absurdamente pela de *enegrecer*, e mantendo-se *lázudo* ou *sem-número*; *bemequer*, ao lado de *além-mar*, *irmamente*

e *bemaventurança*; *circunavegado*, mas *recem-navegado*; *vizo-rei* e *pré-socrático*, mas *ultrarromântico* (caso aliás diferente do de *inter-resistente*, grafado *interresistente*) e *antissemita*; *fôrma*, que ganha (!) o circunflexo, até o perder em *formazinha/forminha/formita*, e contra o emprego facultativo do diacrítico em casos como *falámos/falamos*, *forô tribunal/foro praça pública*, mas obrigatório em *pôde/pode*; *ultraumano*, *coo-nestação*, *lusoafriano*, *anti-gienista*, *entreistorico*, *sub-bibliotecario*, de péssimo efeito «estético» e a convidarem ao encurtamento fonético dos vocábulos, ou mesmo, em certos e numerosos casos, a criarem situações de hiato, visto que a grafia e a pronúncia se influenciam: *supraaxilar*, *intraocular*, *infraatômico*; (E perante a «simplificação» de *circumurado*, como escrever *circum-humorado*, *circum-hospitalar*, *bem-humorado*...?); mais que perfeito «acabado num ponto temporal passado anterior a outro também passado» e «perfeitíssimo»; *alcaide mor* (em alternativa talvez a algum *alcaide-menor*); *Trás os Montes* (que assim parece a grafia de um título); *há-de* (E *hás-de-lhe*? E a prova da ênclise, na pronúncia grafada por *há des?*); *à queima roupa*, mas *a contagotas*; *nornordeste*, mas *és-sueste*... E como será a grafia dos astrónomos, esquecidos pela Base XVIII, onde, de resto não se vê a coerência de um critério lógico para escrever alguns cronónimos com maiúscula e outros com minúscula (*dezembro* e *primavera*, mas *Quaresma* e *Natal*)? Na ocasião, que nos reserva o pego da Base XIX, como se já não bastasse a profusão (e confusão) das formas «facultativas», «alternativas», «admissíveis» e «opcionais».

Curiosamente, e à semelhança do procedimento que muita gente gostaria de assumir contra os sinais de transmissão, surge-nos, ainda, a divertida caça aos acentos gráficos. Porém, o pasmo não nos diverte. Ora, como se viu, *fôrma* ganhou o circunflexo e mantiveram-se outros obrigatórios ou ao arbítrio dos utentes da língua, facto que prova não serem esses diacríticos a tal chinesca obtusa e simétrica da cedilha. Por outro lado, como nem sempre é a grafia a ir a reboque da pronúncia, muitos dos falantes se vão deparar com a situação de desconhecerem a tónica, caso para o efeito ignorem em especial o grego e o latim, ou não disponham de qualquer indicação fonética no momento das dificuldades, sobretudo tratando-se de casos provocados pela difusão escrita de um neologismo recente ou de um vocábulo raro de uso. Assim, serve para testar o alcance desta faceta elitista da «simplificação»

uma tentativa de leitura de formas como *ubere*, *canone*, *feretro*, *uroboro*, *misoneista*, *nubil*, *isobaro*, *balaustre*, *congruo*, *safaro*, *climax*, *diptico*... (A não ser que se macaqueiem os galicismos prosódicos.) E será facilitar a leitura escreverem-se *chapeu* e *choveu*, *afá*, e *orfa*, *rui* (1.ª e 3.ª pessoas do singular), *dai* (forma verbal e advérbio), *porem* (conjunção e forma verbal), *por* (preposição e infinitivo)? E que foi feito das contrações da forma abreviada de *para* (preposição), em *pró(s)* e *prá(s)*?

Não se vindimaram grafias «ceéticas», mas as consoantes em sílaba fechada que denotassem o malfadado latim, não escaparam à poda, a tal ponto se pretende em certos casos evitar o gasto de tinta e de energias! Só que não passa a ser mais fácil (pelo contrário) identificar-se a abertura (que nem sempre se conhece ou adivinha) das vogais em situações idênticas, como *soletração* e *contração/contracção*, *matizar* e *batizar/baptizar*, o *setor professor* e *setor/sector*, *provetá* e um possível *provetá*, de *provetá*, — se a muitos não vierem acariciar a epiderme as prestimosas «pronúncias cultas da língua»; e, possivelmente, sem grande esclarecimento prestarem quanto a casos como o de *ótico* por confusão entre a referência ao ouvido? (*ótico*) e aos olhos (*óptico*). Reconheçamos, no entanto, que vão ficar ultrapassadas as dificuldades de ignorância no respeitante à escrita de *leucemia*, *Heraclito*, *pudico*, *tuli-pa*...

E lemos nós que «a morfologia, a sintaxe, o léxico não abanam» com a alteração ortográfica. Pois não procura a língua distinguir as categorias de tempo e de espaço com as grafias de *pré-fixar* e *prefixar*? Será hoje de todo arbitrária a grafia de *era* em frases como *Nasceu naquela era*? Não passam a deixar de ser substantivos próprios os nomes dos meses do ano pelo facto de se viem a escrever com minúscula? Não se estabelecem diferenças semânticas e morfológicas entre as grafias de *sul* e *Sul*, *Occidente* e *ocidente*, independentemente do contexto e da pronúncia? Não marcamos com o acento gráfico a distinção entre a abertura das vogais tónicas em formas como *falamos* e *falámos*, a qual distingue foneticamente o pretérito perfeito e o presente do indicativo, num uso com que afasta a ambiguidade da mensagem em frases do tipo de *Hoje falamos nisso*? Se alterarmos a grafia de *varapau*, *cor-de-rosa*, *ponta-de-lança*, não estamos a contrariar a tendência da língua para marcar a distinção desses vocábulos pelo facto de esses signos serem já autónomos no género (masculino, apesar de o primeiro elemento ser feminino) e na formação

dos seus plurais *varapaus*, *cores-de-rosa*, *pontas-de-lança*? Se passássemos a escrever *água ardente* ou *filhos de algo*, a mudança não provocava aparentes alterações semânticas, mas teria implicações fonéticas e morfológicas. Não se articula hoje *maligno* e *descer* e se recusam *trautos/traitos* e *bautizado* porque em Quinhentos houve quem se tivesse preocupado com a dignificação da Língua, procurando para esta a restituição de uma unidade também pela grafia latina? Se a imagem acústica e a visual de um significante se motivam reciprocamente num acto de fala, podemos dar-nos conta de que, sem o hífen, em *rica dona* o adjectivo ganha carga subjectiva e em *bolo-podre* esbate-se a ideia de um todo substantivo.

Enfim, quais serão os efeitos consequentes deste conglomerado de bases de 45 com bases de 86, inconsequente na aplicação dos critérios do uso, da etimologia e da história, e que tanto refere a «obediência à tradição» ou a «clareza gráfica» como deixa as decisões a flutuarem, recomendando apenas ou avisa de que «rigorosamente cumpre seguir» ou de que «é proscriito (sic) o uso do hífen» em parte dos casos? Que não sim pelo não, nos «ilustrativos malefícios» (e, portanto, «a proveniência dos textos» da tal «norma supranacional»), nos lembra os novos «vocabulários autorizados» (sic) e nos amarra às pronúncias «cultas» (ou «cuidadas»?) que às vezes são tomadas todas, outras só em parte (Base VI, 1.ª e 3.ª, e VII), outras ainda incluindo as populares (Base VI, 2.ª), deixando-nos ignorantes das grafias «cultas» das onomatopéias e das interjeições.

O espírito «sutil» (subtil, não *sútil*) de tais bases fá-las parecerem-nos, com o espanto e a reverência merecidos, uns «amores perfeitos» (com e sem hífen), lembrando-nos o seu himeneu uma certa semelhança com a situação actual do nosso vinho do Porto. Será coincidência, dada a tradicional sagacidade do Luso (que aqui, destoando da base V, 6.ª, se usa como etnónimo), decerto assumida e praticada com extrema inteligência por alguns dos representantes e defensores da nossa cultura, zelosos do nosso prestígio presente como da nossa sobrevivência e glória futuras, a ponto de já nos irem prometendo normalizações «promanadas de entidades científicas ou normalizadoras reconhecidas internacionalmente» (Base XIX).

Mas, se nos põem a alternativa consumada do «pegar ou largar», aqui fica dito que a língua portuguesa é (sem complexos) a única que dispõe de um *ão* bem sonoro para dizer Não!

(*) Professor do Grupo 8.ª-A na Escola Secundária de Carnide

A charneira ou a renovação limitada

DISSE António Ramalho Eanes: «O PRD não só se justifica como se impõe, porque de novo se fala em bipolarização». A opinião integra a **necessidade** da existência do Partido Renovador Democrático (PRD) num contexto actualizado: o da estratégia de Vítor Constâncio. Mas, que se justificava e impunha um PRD, ou este PRD, era ponto assente para quem acompanhou as afirmações recentes de José Carlos de Vasconcelos, de Joaquim Magalhães Mota, de Hermínio Martinho.

O «partido novo» — e não só um «novo partido» — era necessário não apenas para evitar a «bipolarização», mas para renovar a prática política. Na letra dos discursos era-nos dado a entender que a prática política, com particular incidência quanto à vida parlamentar, tinha já beneficiado da exemplar intervenção do PRD.

Com efeito, a presença do PRD, na Assembleia da República tem significado político e peso na correlação das forças parlamentares, aliando uma positiva função crítica e fiscalizadora, a um potencial de voto que tem favorecido o Governo minoritário do PSD. Não que o Partido Renovador Democrático esteja vocacionado para uma social-democratização que venha a engrossar o PSD, mas parece condenado por razões políticas e problemas de pessoas, na perspectiva das próximas eleições presidenciais, a não ter com o Partido Socialista um relacionamento cooperante, muito menos uma aliança estável. Para o PRD a estabilidade política, com o seu reflexo governativo, passa por uma atitude de benévola expectativa em relação ao Governo minoritário do PSD. Expectativa com prazo marcado: um ano de governação é o prazo que Hermínio Martinho concede a Cavaco Silva para dar provas complementares de Primeiro-Ministro.

E como o presidente do Partido Renovador De-

mocrático afirma que não receia a realização imediata, ou a curto prazo, de eleições legislativas, o prazo que admite conceder ao Governo minoritário do PSD para provar a sua capacidade na resolução dos problemas nacionais instantes, deverá ser considerado como o prazo necessário para o PRD se consolidar organicamente e se adaptar à liderança efectiva do general Ramalho Eanes.

Não se vê — e Vítor Constâncio promete demonstrá-lo — que o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva e a sua equipa, estejam a dar solução a muitos dos mais instantes problemas nacionais. Há toda a evidência que há problemas adiados na sua resolução, agravados ou prejudicados por orientação ideológica. Entenda-se, todavia, que é preciso dar tempo ao tempo. A política geral tem sido colocada na dependência de políticas partidárias, a política nacional tem estado à espera das promoções ou despromoções nos directórios dos partidos políticos.

Esperámos que se resolvesse a questão directiva no CDS e no PS. Esperamos que o cidadão António Ramalho Eanes assumia a liderança do PRD. E, entretanto, porque se convencionou que o jogo político democrático excluía forças políticas com presença parlamentar e enraizamento social, não se retira da verdade aritmética uma verdade política, e toma-se a decisão de prolongar a vida do Governo Cavaco Silva.

Coloca-se aqui uma questão: o Governo Cavaco Silva está a desgastar, ou a fortalecer, o PSD como concorrente eleitoral do PRD, do PS, e até do CDS? Por outras palavras, ambicionando Cavaco Silva conduzir o PSD à maioria absoluta, a permanência no Governo é-lhe favorável ou desfavorável? Onde os outros perdiam, por serem Governo, consequência de alegada erosão governativa, o PSD ganhará?

Responder pela afirmativa, é conceder que Cavaco Silva, e o seu Governo minoritário, governam melhor que o Governo do «Bloco Central». E é esta, ao que parece, a opinião de Hermínio Martinho. O

presidente do PRD não deseja interromper a experiência governativa conduzida por Aníbal Cavaco Silva. Adianta-se o argumento da «estabilidade política». Sabe-se que esta só é válida quando não dilacera o tecido social. A «estabilidade», em si, é uma mitologia.

Assumindo-se como árbitro na correlação parlamentar das forças políticas, evitando a queda do Governo, o Partido Renovador Democrático, entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social-Democrata (PSD), ocupa uma zona de fronteira que lhe é favorável sob o aspecto da decisão política e lhe é desfavorável sob o aspecto da concorrência eleitoral. O apoio ao Governo do PSD retirando-lhe capacidade para atrair franjas socialistas, os votos limitativos da governação PSD retirando-lhe capacidade de infiltração na área dita social-democrata.

Por outro lado, a constante necessidade de negociação, impedindo, ou pelo menos adiando, a afirmação frontal de um pensamento claro e de soluções autónomas. Circunstâncias estas que limitam, ou condicionam, o papel **renovador** do PRD, papel que não pode confinar-se à Assembleia da República e que implica um discurso político renovado e renovador.

De futuro — e o futuro anunciado começa em Outubro — não será bastante, de modo algum satisfatório e empolgante, o discurso da moralização e da austeridade. O que foi válido no combate ao Partido Socialista comprometido no «Bloco Central», não é válido na propaganda para confirmar a presença política na vida nacional do PRD. Não se esqueça que o PRD viabilizou o Governo minoritário e lhe confere o crédito de factor de estabilidade.

Acresce que — assumindo-se como **charneira** — é ao PRD, que poderá ser atribuída uma responsabilidade decisiva que poderá ser enunciada nos seguintes termos: o Governo minoritário governa com o apoio, pela positiva e pela omissão, do Partido Renovador Democrático.

Até Outubro, será assim.

Televisão: que futuro?

A ofensiva dos interesses privados

António Marques Pinto

Os custos e os riscos que estão associados a qualquer projecto de criação de estações privadas de televisão levam a crer que os projectos existentes se baseiam na utilização de capitais públicos de natureza financeira ou técnica: empréstimos bancários, bonificações, isenções fiscais, utilização de redes de comunicações, subconcessão de canais da RTP.

Dos projectos conhecidos, a grande maioria consiste na utilização do 2.º canal da RTP em regime de subconcessão. Isto é: a RTP custearia os emissores/retransmissores assim como sacrificaria boa parte da publicidade.

Só dois projectos conhecidos apontam para a TV regional por cabo, mas não é difícil admitir que se baseiam em redes de distribuição instaladas mantidas por empresas públicas de comunicações, cedidas em condições que o Governo tornaria favoráveis às utilizadoras privadas em prejuízo das empresas públicas concessionárias. Esta é a sua linha política como veremos já adiante.

A ofensiva do Governo

O Governo aparece associado aos interesses privados

quer nas campanhas de influência da opinião pública, quer nas iniciativas legislativas, quer na obstrução da viabilidade económica da RTP.

Com efeito, e para citar gestores da própria RTP, o Relatório de Contas da Radiotelevisão Portuguesa referente ao exercício de 1983, analisando as dificuldades económicas da empresa, salienta que o não pagamento das indemnizações compensatórias devidas pelo Estado à RTP «contribui para dificultar uma gestão criteriosa dos fundos disponíveis». Esta dívida do Estado mantém-se ainda hoje, arrastando consigo o agravamento da situação económica da Televisão.

E este Governo, que iniciativas tomou em relação a esta questão? Fez publicar um despacho em que se determina «que nas contas referentes ao exercício de 1985 a empresa anule os montantes debitados ao Estado a título de indemnizações compensatórias...».

Há outras formas pelas quais o Governo e os governos intervêm negativamente nas condições económicas da Televisão Pública. No âmbito das Taxas, por exemplo.

Cerca de metade das recei-

tas da RTP provêm da cobrança de Taxas. Um governo, ao decretar a isenção do pagamento das taxas para os reformados e outros utilizadores, subtrai receitas à RTP que deveria compensar em termos de serviços sociais. Mas o que acontece é que a RTP foi obrigada a suportar durante anos a quebra de receitas resultante desta iniciativa política.

Note-se que não pomos em causa a iniciativa em si mas sim o facto de ser a RTP e não o Estado a assumir os efeitos económicos dessa medida que é de natureza política.

Ainda no âmbito das Taxas os governos criam obstrução financeira à RTP condicionando o índice de actualização das taxas a valores muito inferiores aos da inflação. Para agravar mais esta situação, governos anteriores ilibaram o comércio de aparelhos de TV da obrigatoriedade de registo dos televisores vendidos. «Estima-se em mais de um milhão o número de aparelhos de televisão operacionais em todo o País e não registados devidamente na RTP», segundo o Relatório de 1983.

Parece legítimo concluir, em resumo, que nas condições políticas actuais, a intervenção dos governos no domínio da televisão tem sido deliberada-

mente favorável aos interesses privados em prejuízo dos interesses nacionais.

Consequências para a RTP-E.P.

A viabilização de estações privadas de televisão em Portugal apresenta desde logo algumas consequências inevitáveis:

- desincentivação ao pagamento das taxas como reacção psicológica dos utilizadores face ao aparecimento de canais que não cobram taxa;
- desvio de publicidade quer pelo aumento da oferta de espaços quer pelas características da exploração privada da publicidade;

Principais Receitas Taxas Publicidade

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Taxas	38%	31	44	41	36	40	37
Publicidade	36%	37	33	39	36	41	35

Os dados de 85 não estão publicados mas é de esperar um aumento da % da publicidade

- agravamento da situação económica da RTP o que, nas condições actuais, apontaria para a sua liquidação;
- agravamento das condições laborais e salariais dos trabalhadores;
- restrições orçamentais laborais e salariais dos trabalhadores;

- restrições orçamentais no âmbito da produção de programas, reduzindo a produção nacional, reduzindo a contratação de actores, cantores, músicos e outros artistas e colaboradores;

- aprofundamento da alienação cultural, na tentativa de captação de audiências e embaraçamento das emissões;
- subordinação dos critérios de programação à publicidade.

Ete múltiplo efeito, por si só, transforma profundamente a realidade e as possibilidades da televisão pública: estimula uma programação baseada no sensacionalismo e na vulgaridade, promove o consumismo e a passividade — é o domínio

privadas não só se utilizam do capital público como levam à degradação do serviço público de televisão.

Por uma televisão pública próspera e dinâmica

É oportuno referir que a ofensiva de grupos económicos e do próprio Governo contra a Televisão Pública coincide, não só com uma altura em que a actividade de televisão começa a ser encarada por toda a parte como actividade lucrativa, mas também coincide com uma fase em que a RTP se estrutura e se perspectiva a um nível nunca atingido.

Com efeito, o esforço de concentrar e modernizar os seus meios de produção, que sempre foi reclamado pelos trabalhadores da empresa, ganha forma, está em curso. Na sede que era praticamente uma central burocrática, passou a funcionar também o Centro de Emissão, e a Informação estará também ali colocada dentro de dias para funcionar em pleno. Isto implicou investimentos vultuosos de alojamento e instalação de equipamentos modernos.

Nestas condições, é possível iniciar a fase seguinte que con-

Continua na pág. 4

À procura de "novas ideias"

Juristas brasileiros animam curso de cinco dias em Coimbra

A procura de «novas ideias que possam dar novas perspectivas à nação brasileira trouxe cerca de 60 juristas brasileiros a Coimbra, onde iniciaram ontem um curso de cinco dias subordinado ao tema «O Direito e a Constituição».

«Procuramos novas ideias para o nosso país, ideias que possam dar novas perspectivas à nação brasileira» — disse António Celso Leiria, em nome dos juristas brasileiros, na sessão de abertura do curso.

O presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra, Figueiredo Dias, afirmou que o curso pode ter um interesse mútuo ao sublinhar que os portugueses têm uma história de uma dezena de anos de aprendizagem democrática.

«Talvez possamos ter a pretensão de vos apontar dificuldades e erros, e talvez possamos adverti-los para determinados problemas» — disse o ex-membro do Conselho de Estado.

Dar uma imagem do que foi a elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976 é um dos objectivos deste curso.

Para os juristas brasileiros o curso é um «conclave em Portugal pró-constituente brasileira».

O curso inclui prelecções de Gomes Canotilho, Guilherme de Oliveira, Avelãs Nunes, Figueiredo Dias, Orlando de Carvalho, Rogério Soares, Eduardo Correia e Ferrer Correia — todos professores da Faculdade de Direito de Coimbra.

Congresso Mundial de Poetas decorrerá em 1988 em Portugal

O X Congresso Mundial de Poetas decorrerá em Portugal dentro de dois anos. De periodicidade bienal, o congresso, que é uma iniciativa da Organização Mundial de Poetas, sediada no Luxemburgo, teve a sua anterior edição de 27 de Junho a 3 de Julho, em Florença, este ano proclamada «Capital Europeia da Cultura».

Estiveram em Florença cerca de cem poetas de todo o mundo, entre os quais seis de Portugal: Sophia de Mello Breyner Andresen, Fátima Hasse Pais Brandão, Eugénio de Andrade, Pedro Tamen, Casimiro de Brito e Fernando J.B. Martinho.

Tamen, Brito e Martinho integram a comissão organizadora do congresso, marcado para daqui a dois anos, que debaterá questões relacionadas com a língua portuguesa e a posição de Portugal no Mundo, entre múltiplas outras

questões. A comissão iniciará em Setembro reuniões mensais de trabalho.

A proposta para a realização de um Congresso Mundial de Poetas em Portugal foi pela primeira vez apresentada em Marraquexe (Marrocos), onde o Fórum de poetas se reuniu pela oitava vez — disseram Casimiro de Brito e Fernando Martinho.

Em Corfu, palco da nona edição do congresso, a proposta voltou a ser apresentada e finalmente aceite em Florença.

São tradicionais apoiantes da Organização Mundial de Poetas, a que preside o poeta e antigo presidente do Senegal, Leopold Senghor, a fundação com o nome deste, a UNESCO, a CEE e o Conselho da Europa.

Os trabalhos do Congresso de Florença decorreram na abadia de San Miniato Al Monte, onde se encontra o túmulo do cardeal português D. Jaime, filho do Infante D. Pedro, o da batalha de Alfarrobeira.

TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Emissão de 5000 000 000\$00
Títulos de valor nominal de 1000\$00

SUBSCRIÇÃO

Pública, não sujeita a rateio, ao valor nominal de 1 000\$00

TÍTULOS

Ao portador, de 5, 10, 20, 50 e em Certificados

RENDIMENTO

- Os Títulos de Participação proporcionam um juro anual composto de duas partes:
- a parte fixa será calculada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência das Obrigações, em vigor no início de cada período de contagem de juros;
- a parte variável, que incidirá sobre 30% do valor nominal do título, corresponderá ao produto do índice de crescimento anual dos resultados globais do Banco com a taxa dos Depósitos a Prazo a mais de 180 dias até um ano, vigente no início de cada período de contagem de juros.

TAXA DE REMUNERAÇÃO

A taxa anual líquida estimada para o 1.º cupão é de 17,0%

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

Anualmente, a partir de 14 de Julho, ocorrendo o pagamento do 1.º cupão em 1987

REEMBOLSO

Ao fim de 10 anos, por iniciativa do Banco ou do Participante mediante acordo do Banco

COTAÇÃO

Serão admitidos à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e Porto

VANTAGENS FISCAIS

Isenção de Imposto Complementar, Imposto de Capitais e do Imposto de Sucessões e Doações

PERÍODO DE SUBSCRIÇÃO

Subscrição pública, no período de 14 de Julho a 8 de Agosto de 1986, em qualquer Balcão do B.P.S.M.

Os cinco primeiros dias destinam-se exclusivamente à subscrição de montantes não superiores a 500 contos.

Uma boa opção para as suas poupanças



BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Factor de Progresso

A ofensiva dos interesses privados

Continuação da pág. 3

siste em concentrar e modernizar os meios de produção de programas, actualmente dispersos e anacrónicos, criando o tão desejado Centro de Produção de Lisboa. Mas o Governo mostra-se empenhado em comprometer a viabilidade económica da RTP na sua obsessão pelas estações privadas de televisão.

Vem a propósito citar uma conclusão do próprio Gabinete de Prospectiva da RTP, decorrente da análise da situação europeia: «Ao Estado cabe assegurar aos organismos de radiotelevisão os meios materiais essenciais à sua prossecução dos fins de serviço público.

Nós pensamos que a RTP tem condições para ser uma empresa próspera e dinâmica. Para isso deve o Governo assumir as suas responsabilidades compensando-a pelos custos decorrentes do serviço público que presta; deve a RTP prosseguir a política de expansão da publicidade no 2.º canal e considerar a actualização dos respectivos preços, que se encontram a níveis muito inferiores aos das outras televisões europeias; deve planificar a sua produção e controlar o cumprimento desses planos e a gestão dos meios; deve simplificar as estruturas e os círculos burocráticos; deve eliminar os custos artificiais no âmbito dos

subsídios nas suas múltiplas formas.

Subscrevemos genericamente as medidas de viabilização económica reclamadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores da empresa, assim como subscrevemos recomendações no mesmo sentido contidas no Relatório do Gabinete de Prospectiva da RTP, em 1984, de que referimos nomeadamente, que a RTP «deverá estar apta a responder às múltiplas solicitações do mercado audiovisual: vídeo-cassetes, sistemas de distribuição por cabo e satélite, etc.» quando e onde estas iniciativas se justifiquem.

É possível melhorar a vida económica da RTP, melhorar a qualidade da sua programação, pôr em funcionamento estações regionais de TV no âmbito de actividade da empresa pública, criar espaços de representação social nas emissões normais da televisão existente, e é possível ampliar o número de canais de emissão utilizando mais amplamente o espectro radioeléctrico. Isto dá uma gama vastíssima de soluções para as questões que hoje se colocam à actividade da televisão em Portugal, soluções que respeitem a RTP e o primado do serviço público sobre o negócio privado.

(*) Assistente de realização, membro da CT da RTP

ENSINE O SEU FILHO

Ensine o seu Filho a atravessar a rua nas passadeiras para peões



PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



Ofensiva diplomática em África

Uma vasta ofensiva diplomática de Portugal na África Austral está já em curso. A presente visita do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros a Angola e a Moçambique integra-se na iniciativa, que tem a «cobertura» da Presidência da República e do Governo. Mário Soares discutiu a situação naquela região durante o seu recente encontro com o presidente francês, François Mitterrand. Esta ofensiva desenrola-se tendo a CEE como «pano de fundo», estando Lisboa empenhada em tornar-se

no interlocutor privilegiado nas relações da Comunidade Europeia com Angola e Moçambique. A paz na África Austral, como primeiro e decisivo passo para a intensificação da cooperação entre Portugal, e os seus parceiros europeus, e aqueles Estados africanos, é um dos objectivos centrais desta iniciativa diplomática que, como referiu ontem Azevedo Soares, reveste sobretudo carácter político.

A par de encontro com embaixadores africanos

Mário Soares e Cavaco Silva debatem situação

Mário Soares está interessado em dinamizar a política africana de Portugal, designadamente junto dos Estados africanos de expressão oficial portuguesa. Simultaneamente, o Presidente da República pretende que Lisboa desempenhe um papel mais activo na procura de soluções de paz na África Austral.

Estas preocupações do presidente Soares foram manifestadas ontem ao primeiro-ministro e ao ministro dos Negócios Estrangeiros, numa audiência que Belém convocara no domingo.

O encontro de sexta-feira última com o presidente francês, François Mitterrand, reforçou a ideia de Mário Soares sobre o papel de Portugal na procura de soluções para aquela zona de África e disso mesmo pretendeu dar conta ao chefe do Governo e ao responsável pela diplomacia portuguesa.

Para além do tema «África», o Presidente da República abordou também com Cavaco Silva e Pires de Miranda o futuro de Macau e a questão de Timor-Leste, sendo de destacar que este último ponto foi também um dos temas focados no seu encontro com Mitterrand, que ainda este ano se deslocará à Indonésia.

No final da audiência de ontem, que durou duas horas, Cavaco Silva disse aos jornalistas que haviam sido tratados «vários assuntos de política externa», especialmente a política desenvolvida junto dos países de língua oficial portuguesa.

Neste âmbito, o primeiro-ministro referiu-se à viagem que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros,

Azevedo Soares, está a realizar a Angola e a Moçambique.

Embaixadores africanos

De Belém, Cavaco Silva seguiu imediatamente para um almoço com os embaixadores africanos acreditados em Lisboa.

A política externa portuguesa em África e a situação naquele continente foram os temas principais da troca de impressões entre o primeiro-ministro e os representantes diplomáticos africanos, durante o almoço que foi organizado pelo embaixador da Zâmbia em Lisboa, Kwamboka.

Para o embaixador zambiano tratou-se de «uma reunião normal» com o Governo português: «São contactos normais entre as autoridades portuguesas e os embaixadores africanos», disse. «O nosso objectivo é conhecermo-nos melhor e trocarmos impressões sobre a situação política», acrescentou.

Hoje, decorre desde o princípio da tarde um almoço idêntico com o Presidente da República.

Na última semana Cavaco Silva avistara-se com os embaixadores em Lisboa dos países membros da CEE tendo, na altura, reforçado a

posição especial de Portugal em África e o seu desenvolvimento possível no plano

da Comunidade Europeia.

No almoço de ontem — tal como no de hoje com

Mário Soares — estiveram os embaixadores da Guiné-Bissau, Angola, Argélia,

Cabo Verde, Egipto, Líbia, Marrocos, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Zâmbia.

SUBSÍDIO DE RENDA

Porque razão?

Em Setembro de 1985 foi aprovada na Assembleia da República uma lei que permite a actualização das rendas de casa anteriores a 1980. Com esta medida pretendeu-se eliminar injustiças graves no mercado de arrendamento, levando à sua normalização. Por um lado, passará a haver mais casas para arrendar; por outro, o pequeno proprietário que à custa de grandes sacrifícios poupou, durante uma vida de trabalho, o suficiente para investir numa casa, verá também os seus interesses defendidos e salvaguardados.

No entanto, tal lei, apesar dos benefícios indicados, poderá provocar uma diminuição dos rendimentos do agregado familiar. Para garantir o bem-estar social, irá ser posto em execução um Subsídio de Renda de casa que irá beneficiar os inquilinos com maiores dificuldades.

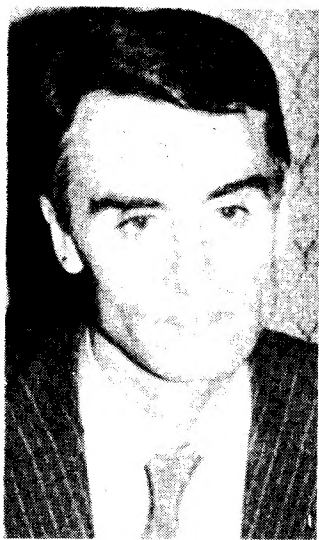
Informe-se nos Centros Regionais de Segurança Social e suas delegações. Faça o seu requerimento durante os meses de Junho, Julho e Agosto.

Subsídio de renda.
Uma garantia de bem-estar social.
Um apoio a quem precisa.



Uma garantia de bem-estar social.
Um apoio a quem precisa.

SECRETARIA DE ESTADO DA CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL



Soares e Cavaco: África em foco

Mais noticiário na pág. 6

Depois de Angola está em Maputo

Azevedo Soares: missão política

Azevedo Soares, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que visita Angola e Moçambique em missão oficial, mostra-se satisfeito com a forma como até agora têm decorrido os seus contactos com dirigentes dos dois países. Objectivos «alcançados satisfatoriamente», assim descreveu os resultados da deslocação a Luanda, primeira etapa da sua digressão pelos dois países da África Austral.

O secretário de Estado português, que ontem chegou a Maputo depois de dois dias em Angola, considera esta sua missão como de carácter iminentemente político, destinando-se a debater não só a cooperação com Lisboa mas também a situação na África Austral e a margem de intervenção de Portugal no âmbito da CEE.

Esta visita integra-se na ofensiva diplomática desencadeada por Portugal em relação àquela região e corre em paralelo com os interesses da Comunidade Europeia em África.

Fontes diplomáticas chamam a atenção para o facto desta iniciativa portuguesa

coincidir praticamente com a «missão de paz» de sir Geoffrey Howe, desencadeada a semana passada de acordo com um mandato que lhe havia sido conferido pela CEE.

Jantar em Maputo

Azevedo Soares foi ontem à noite homenageado com um jantar pelo ministro moçambicano da Cooperação, Jacinto Veloso, o qual se declarou «bastante satisfeito com a presença em Moçambique» do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

«A nossa satisfação resulta das relações de amizade e cooperação existentes entre



Jacinto Veloso e Azevedo Soares: encontro em Maputo

os nossos dois países e do desejo que temos de as ver consolidadas cada vez mais» pois «contribuem para o desenvolvimento do nosso país e merecem o nosso respeito», afirmou Jacinto Veloso, frisando ainda que, dada a situação difícil que atravessa a África Austral, a presença de Azevedo Soares era



«motivo de particular atenção e interesse».

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros mostrou-se, por seu turno, sensibilizado «pela forma amável» como foi recebido e acentuou o interesse de Portugal em desenvolver com Moçambique relações de cooperação e amizade em to-

dos os domínios.

Tal como Jacinto Veloso, também aquele membro do Governo mencionou a situação naquela região de África como objecto central das suas preocupações.

Azevedo Soares, que regressa quinta-feira a Lisboa, será entretendo recebido pelo presidente Samora Machel, a quem entregará uma mensagem pessoal de Cavaco Silva, tal como já havia feito em Luanda durante o encontro de 40 minutos que teve com o presidente José Eduardo dos Santos.

A audiência com o chefe de Estado angolano teve lugar ontem, antes da partida para Maputo. O teor das duas mensagens não foi revelado.

Missão política

À chegada a Maputo, na tarde de ontem, Azevedo Soares, em declarações feitas ao aeroporto, sublinhou que a sua missão é exclusivamente política: «Venho na qualidade de secretário de

Estado dos Negócios Estrangeiros e não da Secretaria de Estado da Cooperação».

Negou ainda que se tratasse de uma missão «exploratória» com vista a preparar uma eventual visita de Cavaco Silva a Angola e a Moçambique.

Um dos pontos certamente a abordar por Azevedo Soares nesta série de contactos será o da posição portuguesa na cimeira da CEE em que se discutirá a aplicação de sanções económicas à África do Sul. Portugal, como se sabe, foi um dos países que se opôs a uma tal medida e Lisboa terá agora interesse a explicar aos países africanos o sentido do seu voto.

A presença deste membro do Governo português em Moçambique coincide também com as alterações que parecem estar-se a operar na estrutura política da Renamo, movimento rebelde que se opõe ao regime de Samora Machel, as quais poderão abrir novas perspectivas de paz naquele país.

Histórias da música à mesa da Trindade



Opus Ensemble

Com o maestro José Atalaya e o OPUS ENSEMBLE, a música de Weber, Donati e Victorino d'Almeida, vai estar presente na sua Cervejaria da Trindade, dia 17, quinta-feira, às 18.30 horas.

Não há consumo obrigatório

A entrada é livre



CERVEJARIA DA TRINDADE

1836-1986 Cervejaria da Trindade • 150 anos de Convívio



com o apoio da
RDP Rádio Comercial

CDS e PSD: centristas falam em acordo sociais-democratas dizem que não

«Conversas prévias» foi como o social-democrata Eurico de Melo classificou o encontro de ontem com o CDS. Idêntica reunião decorre hoje com o PRD. Para Eurico de Melo estes encontros não correm no sentido de um acordo do seu partido com centristas e renovadores, mas tão só para a criação de bases para um «diálogo» a realizar sempre que necessário.

Trata-se de uma aspiração que os centristas já expressaram publicamente mais do que uma vez, pretendendo agora usar o capital adquirido com o voto favorável à moção de confiança apresentada por Cavaco Silva para obterem concessões da parte do PSD.



O encontro entre as delegações do CDS e do PSD

Entendimento diferente, após duas horas de reunião, tem o dirigente centrista Hernani Moutinho que entende que o «diálogo» deve conduzir a «um projecto político comum que abranja um centro sociológico a definir na Assembleia da República».

Perspectivas para um «acordo» de incidência parlamentar?

Eurico de Melo foi peremptório: «O PSD não tem qualquer perspectiva de acordo com o CDS» e «nem sequer foi solicitado apoio (do CDS)».

Para o dirigente social-democrata, o objecto destas reuniões (posição extensiva ao PRD) «é obter um posicionamento mais claro dos

partidos da oposição democrática». E nesta designação («oposição democrática»), o PSD terá deixado de englobar o PS, dado que não o convidou para esta ronda de contactos...

Segurança Interna

O centrista Hernani Moutinho, que chefiou a delegação do seu partido no encontro, não só foi claro sobre o «acordo» que o CDS pretende, como também fez luz sobre um outro objectivo da sua formação partidária: tentar, «em sede própria» (supõe-se que o Parlamento) uma síntese entre as propostas do Governo e do CDS sobre a Lei de Segurança Interna.

Para além deste ponto, Hernani Moutinho esclareceu que nos 120 minutos que durou o encontro foram também abordadas questões relativas ao relacionamento entre os dois partidos, que, segundo disse, são «normais e razoáveis», apesar das críticas que o seu partido tem feito ao Governo, designadamente ao exigir que cumpra o estatuto da oposição.

Moutinho focou ainda um ponto de convergência com os renovadores: tal como o PRD, também o CDS não quer que o Governo caia. A única diferença é que, enquanto Hermínio Martinho «garante» a vida do executivo de Cavaco Silva por mais um ano, o CDS vai mais longe e quer que ele permaneça até ao fim da legislatura, em 1989.

«O Governo não cairá por acção do CDS», prometeu, para logo insistir na conveniência de «um projecto político comum» com o PSD.

Da parte do PSD, esteve no encontro Eurico de Melo, Correia Afonso, António Capucho e Vítor Crespo; da parte do CDS, Hernani Moutinho, Andrade Pereira, José Maltês e Fernando Seara. Ausentes: Cavaco Silva e Adriano Moreira.

Governo introduz alterações à Lei de Segurança Interna

O Governo manifestou a sua disposição de alterar a proposta de lei de Segurança Interna, poucos dias antes da sua admissão ser discutida e votada no Parlamento.

De acordo com o ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, o Executivo vai substituir o Artigo 18.º, que dá ao MAI o poder de autorizar escutas telefónicas, por um outro em que essa autorização passa a caber sempre a um juiz de instrução criminal. Eurico de Melo, que afirmou ser esta alteração resultado do diálogo com outras forças políticas e de contactos efectua-

dos a nível parlamentar, manifestou ainda a abertura do Governo para outras alterações na especialidade sobre os artigos mais controversos do diploma.

Interrogado sobre o assunto, o ministro admitiu que esta atitude do Gabinete governamental poderá vir a ter reflexos positivos no debate do recurso de admissibilidade que hoje se realiza.

Com efeito, o PCP e o MDP impugnaram a proposta de lei do Governo que acusam de violar o regime constitucional vigente.

João Corregedor da Fonseca disse à Imprensa no final de uma reunião com membros do Executivo que o seu partido mantém a impugnação. Embora considerando «positiva» a alteração do Artigo 18.º, aquele deputado afirma que todo o articulado dos números 14, 15, 16 e 17 da citada proposta lhe merecem reservas de

inconstitucionalidade. Mas os ministros Eurico de Melo e Fernando Nogueira e os secretários de Estado Correia de Jesus e Durão Barroso receberam ao longo do dia de ontem, no Palácio de S. Bento, sucessivas delegações de todos os grupos parlamentares.

De manhã desenrolaram-se encontros com delegações do PS, PRD e PCP e, à tarde, com representantes do MDP e do CDS.

Recorde-se que a comissão parlamentar de Direitos e Li-

berdades tinha emitido um parecer no qual exprimia «sérias e fundadas reservas de inconstitucionalidade a várias soluções constantes da proposta de lei».

Proposta retirada

Entretanto, o Governo retirou ontem uma proposta de lei sobre nacionalização de prédios rústicos beneficiados para evitar uma discussão inútil no plenário.

A proposta tinha sido consi-

derada inconstitucional pela comissão parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias pelo que, em comunicação à Assembleia da República, o Executivo explica que a retira para «evitar uma discussão inútil, tendo em conta as posições de voto já manifestadas na respectiva comissão».

Mas o Executivo adianta que a retirada da proposta não significa concordância com a Oposição, nem prejudica a possibilidade de a vir a renovar.

Greve parcial na "Voz do Operário"

As 13 professoras do ensino primário da escola da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário» estão a cumprir uma greve parcial de duas horas por dia.

Tradicionalmente, quando encerram no fim do mês de Junho as actividades lectivas com as crianças, as professoras viam a sua carga horária aliviada, dado que a população escolar se reduz drasticamente. Das cerca de cinco centenas de crianças que frequentam o ensino primário naquele estabelecimento, mantém-se, depois do fim do ano lectivo, talvez uma centena.

Este ano, a direcção da Voz do Operário tomou unilateralmente a decisão de manter a mesma carga horária às professoras.

As docentes, que já desde o passado ano lectivo têm vencimentos atrasados, decidiram encetar luta pela reposição dos seus direitos, não em Junho para não prejudicar as crianças que sabem que no fim do ano lectivo têm actividades recreativas diferentes, mas no presente mês de Julho.

A forma de luta escolhida foi a do cumprimento de duas horas diárias de greve.

Uma directora da Voz do Operário, que é também professora do ensino primário, está ao lado das suas colegas cumprindo a greve de duas horas.

Uma comunicação da Direcção dirigida à referida directora põe em causa as suas competências, retirando-lhe responsabilidade do livro de ponto, competências estabelecidas pela Direcção em Outubro de 1980.

Em carta dirigida à direcção da Voz do Operário, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa interpreta a atitude como apenas «uma retaliação pelo facto de os professores não terem abdicado, conforme (essa) direcção pretendia, dos seus direitos contratuais consagrados no que respeita a alterar o conteúdo funcional da respectiva categoria. E isto apesar de os professores em tempo oportuno terem apresentado propostas que respondiam em parte às pretensões dessa Direcção.»

Prazo de propostas terminou hoje

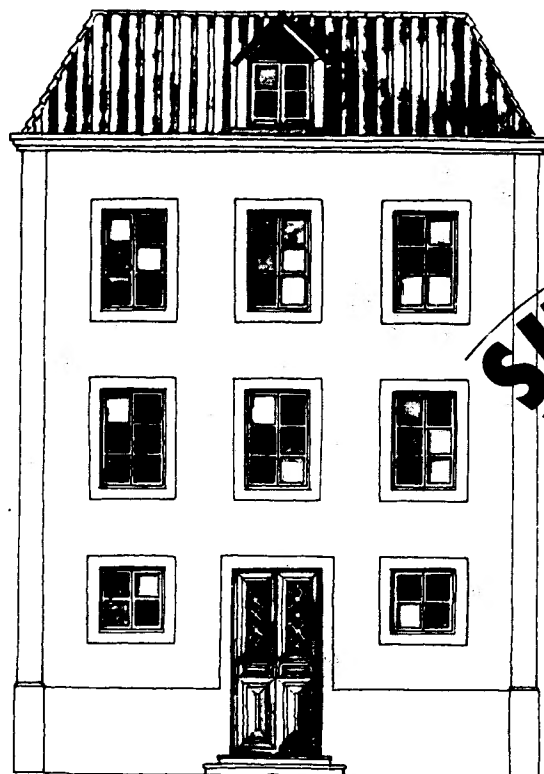
Participação do "DN" no "JN" já não irá à venda?

A Comissão de Trabalhadores da empresa do «Jornal de Notícias» desconhece por completo se foram ou não apresentadas propostas para a compra da empresa — segundo apurou a Anop junto de um porta-voz daquela estrutura laboral.

O «Jornal de Notícias», que se publica há 99 anos, tem como accionista maioritário a empresa pública do «Diário de Notícias» que, por decisão governamental, colocou à venda a sua participação no matutino portuense.

A venda da participação do «Diário de Notícias» no «JN», cujo prazo para apresentação de propostas expirou hoje, gerou controvérsia junto da opinião pública e dos meios políticos, culminando com a aprovação no Parlamento de uma lei que impede o Executivo de alienar património das empresas públicas de Comunicação Social sem o aval da Assembleia da República.

Esta decisão, que foi tomada pelo Parlamento quando tinha sido já desencadeado pelo Executivo o processo de venda do «JN», veio tornar improvável a venda do jornal por colidir com preceitos de natureza legal, na perspectiva dos trabalhadores da empresa.



SUBSÍDIO DE RENDA

SUBSÍDIO DE RENDA

Quem recebe?

Estão normalmente nas condições para atribuição de Subsídio de Renda os agregados familiares de rendimentos reduzidos — particularmente os pensionistas — com rendas anteriores a 1980 que venham a ser actualizadas (Lei 46/85 de 20 de Setembro Art.º 22.º/23.º).

SUBSÍDIO DE RENDA

Como obtê-lo?

Se está nas condições para obtenção do Subsídio de Renda, dirija-se ao Centro Regional de Segurança Social e suas delegações. Faça o seu requerimento durante os meses de Junho, Julho e Agosto, em impresso próprio para o efeito e apresente os seguintes documentos:

- identificação do agregado familiar (B.I. e/ou Cédulas Personais);
- carta do senhorio com indicação da nova renda;
- último recibo da renda de casa;
- declaração dos seus rendimentos de trabalho e subsídios.

SUBSÍDIO DE RENDA

Como e quando recebê-lo?

Fez o seu requerimento. Apresentou toda a documentação necessária. Agora, receberá por vale de correio ou por transferência bancária no 3.º mês de cada trimestre o seu Subsídio de Renda.

Informe-se junto dos Centros Regionais de Segurança Social e suas delegações.

Faça o seu requerimento durante os meses de Junho, Julho e Agosto.

Subsídio de renda. Uma garantia de bem-estar social. Um apoio a quem precisa.



Uma garantia de bem-estar social.

Um apoio a quem precisa.

SECRETARIA DE ESTADO DA CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Recomeçou o julgamento de Monsanto

Histórias de cidadãos fichados na PJ

Como estava anunciado começaram a ser ouvidos ontem, em Monsanto, os primeiros dos cerca de 100 declarantes do processo FUP/FP25. Os primeiros a apresentarem-se na barra do Tribunal limitaram-se, na prática, a fazer figura de corpo presente. Tratava-se de quatro funcionários bancários que, no dia 17 de Agosto de 83, foram assaltados à saída do Fonsecas e Burnay, quando se deslocavam numa carrinha que transportava dinheiro para a loja de Matosinhos.

Apesar dos assaltantes se terem apresentado de cara descoberta, nenhum dos quatro funcionários foi ontem capaz de os identificar — e nem sequer foram conclusivos acerca das armas com que foram ameaçados.

Muito mais curioso — e significativo — foi o que se passou depois com o interrogatório de um agente e de um subinspector da Polícia Judiciária do Porto, na verdade a dar que pensar quanto aos métodos seguidos pela Polícia.

O agente Campos de Sousa, o primeiro a ser ouvido, afirmou, por exemplo, ignorar quais os elementos que a PJ dispunha para estabelecer, como estabeleceu, uma ligação entre as FP-25 e a FUP.

«Apenas alguém que coordenasse os serviços poderá responder a essa pergunta. Eu não» — disse o agente perante a insistência de um dos advogados de defesa que, naturalmente, se mostrou particularmente interessado neste ponto.

Fichas e indícios

Visivelmente apertado, o agente afirmou que «o facto de se pertencer a um partido político serve (de) orientação às investigações», explicando de seguida que «através desse indício se pode chegar a outros indivi-

duos do grupo».

As perguntas dos advogados de defesa seguiram-se às respostas do agente Campos de Sousa às questões que lhe haviam sido postas pelos juízes e pelo procurador da República — respostas nas quais o agente havia afirmado que «as FP eram o braço armado da FUP».

Campos de Sousa — que disse ter participado nas capturas de vários alegados operacionais das FP-25, como Daniel Horácio e Macedo Correia — chegou mesmo a indicar que «o facto de um indivíduo, suspeito de pertencer às FP-25, ter sido do PRP, poderia levar aos outros indivíduos do grupo», acrescentando que «pelo menos uns 100 indivíduos do PRP ficaram com ficha na Polícia» a partir de 78.

Como era evidente os advogados de defesa agarraram com força este pormenor, perguntando ao declarante quais os critérios que levaram a PJ a abrir fichas sobre cidadãos e se para isso bastava pertencer a um partido político...

Campos de Sousa respondeu que «só se abria ficha se, além da filiação partidária, havia suspeita de actividade criminosa».

Tal critério foi no entanto posto em causa por um dos advogados de defesa, que leu uma ficha da PJ sobre um dos réus no processo, na qual apenas constavam os cargos por ele exercidos no âmbito do PRP e da FUP e activi-

des sindicais.

«A ficha devia estar incompleta» — comentou o agente.

Dificuldades

Já com o subinspector António Lopes Duarte, também da PJ do Porto, na barra do Tribunal, o juiz-presidente Adelino Salvado dirigiu-se-lhe afirmando: «O seu colega anterior não foi capaz de explicitar a visão que tinha sobre a existência de uma organização onde se inserissem os deste processo...»

O subinspector, ao perceber a intenção do magistrado retorquiu de imediato que responder ao que o juiz queria era coisa «bastante difícil», invocando a compartimentação de investigação que não lhe permitia estabelecer a ligação entre os vários casos.

Este, de resto, foi o tom das declarações dos dois membros da PJ do Porto: ambos referiram indícios dispersos de actividade de alguns réus, sem estabelecer contudo uma ligação global entre eles, de modo a tornar perceptível a existência de uma organização estruturada.

Na sessão de ontem o juiz-presidente deferiu dois requerimentos do Ministério Público: o primeiro diz respeito ao pedido de junção aos autos de umas alegadas apreensões ao réu Fulgêncio Lopes e que se encontram à ordem do Tribunal de Instrução Criminal de Loures. O segundo requerimento refere-se a um pedido de exame laboratorial a umas amostras contidas num documento discutido no PDEC e que alegadamente teriam sido manuscritas por Otelo.

Tentativa de violação de criança de onze anos

No Hospital de S. João, no Porto, encontra-se internada uma criança de onze anos que foi amarrada a uma árvore por dois desconhecidos que a tentaram violar depois de a terem raptado num automóvel quando atravessava a estrada de Circunvalação, próximo da Areosa. A violação só não foi consumada porque os dois raptadores se puseram em fuga ao pressentirem a aproximação de pessoas. A criança, que apresenta várias escoriações, fora fazer compras, mandada pela mãe, a um supermercado localizado próximo da sua residência. A PSP tomou conta da ocorrência.

Prejuízos de 16 mil contos em 634 escolas assaltadas

Durante o ano passado foram participadas 634 escolas a escolas nas delegações da Polícia Judiciária de Lisboa, Porto e Coimbra, atingindo os prejuízos causados à volta de 16 mil contos. Desses assaltos 321 ocorreram no distrito de Lisboa, (136 na capital, 76 em Loures, 43 em Odivelas, 39 na Amadora, 32 em Oeiras e 21 em Cascais), incidindo sobre 100 estabelecimentos do Ensino Secundário, 94 do Preparatório e 48 do Primário.

No que se refere ao distrito do Porto tiveram lugar 220 assaltos, sendo 69 na cidade, 40 em Gaia, 28 em Matosinhos, 19 na Maia, 15 em Valongo e 10 em Gondomar.

Quanto ao distrito de Coimbra foram participados à Polícia Judiciária 93 assaltos.

Atropelado o presidente da Câmara de Esposende

Vítima de acidente, o presidente da Câmara de Esposende, Lusa de Faria, encontra-se internado, em estado grave, no Hospital de São João, no Porto. Lusa de Faria foi atropelado cerca da meia-noite de sábado na Avenida do Brasil, junto à foz do Douro, quando passeava com a mulher e um casal amigo. Projectado pelo automóvel que o colheu, Lusa de Faria fracturou uma perna e ficou em estado de coma.

Trabalhadores em plenário tomam posição

"Inaceitável a extinção da Anop no âmbito da configuração da proposta do Governo"

«Inaceitável a extinção da ANOP para ser substituída por uma 'regie'-cooperativa com a configuração da proposta do Governo» — assim se expressaram os trabalhadores da agência em plenário ontem efectuado. A proposta aprovada por unanimidade refere, contudo, que os trabalhadores da ANOP «estão dispostos a considerar outras soluções no âmbito do sector público, desde que também salvaguardem o interesse público, uma informação isenta e independente e garantam todos os postos de trabalho».

O documento acrescenta que «os trabalhadores da ANOP entendem que o imperativo de ser o Estado a financiar e manter uma agência noticiosa portuguesa deve ser fielmente traduzido no seu estatuto jurídico. Por isso, entendem que a Agência Noticiosa Portuguesa deve ser uma empresa do sector público, com um estatuto que garanta a sua independência».

NP: poderes acrescidos

O plenário sublinhou de «a proposta de criação de uma agência noticiosa com o estatuto de 'regie'-cooperativa como o preconizado viola frontalmente o programa do Governo».

Acrescenta-se, por sua vez, que o Governo se comprometeu perante a Assembleia da República a promover a existência de uma única agência de posse pública. Salienta-se igualmente que «qualquer que seja a interpretação que se dê ao conceito de posse pública, o contexto em que surge no programa do Governo aponta para uma empresa

do sector público e não é certamente aplicável a uma 'regie'-cooperativa como a proposta».

O documento aprovado em plenário salienta que nessa «regie» 50 por cento do capital da nova agência seria detido pelo Estado e os outros 50 por cento por uma cooperativa de utentes, «o mesmo é dizer a NP».

«Enquanto a ANOP seria extinta — acrescentou —, a NP não só continuaria como teria os seus poderes acrescidos, juntamente com o Governo a única agência noticiosa portuguesa».

Governo: fórmula evasiva

Os trabalhadores da ANOP entendem que o projecto anunciado no programa do Governo de uma única agência de posse pública pode «ser alcançado pela manutenção da ANOP num quadro que assegure o pleno emprego de todos os trabalhadores das duas agências».

O plenário assinou que o projecto do Governo «não assume qualquer compromisso

explícito e inequívoco» quanto à garantia dos postos de trabalho, «antes se refugia numa fórmula evasiva, que só pode suscitar temores».

Depois de perguntar como serão assegurados os direitos adquiridos de que fala o documento do Governo, o documento aprovado em plenário interroga se será pela admissão de todos os trabalhadores da ANOP e da NP, pelo oferecimento de outros empregos ou pelo pagamento de indemnizações aos despedidos.

«São perguntas que ficam sem resposta, mas a ambiguidade da proposta permite legitimamente prever o pior».

O documento acrescenta que «depois de terem estado meses com os salários em atraso, de terem suportado as duras condições resultantes da situação económica e social, os trabalhadores da ANOP, ou pelo menos a parte deles, seriam agora condenados ao desemprego por terem assegurado sem desfalecimentos uma informação exacta, objectiva e digna de crédito».

Considera-se ainda no documento que haveria vantagem em introduzir nos estatutos da ANOP modificações no sentido de alargar a representação de utentes públicos e privados no conselho geral e pela fixação pela Assembleia da República do montante do subsídio concedido pelo Estado.

Mário Castrim



A R T I G O D E F U N D O

FUI sempre um fervoroso admirador da União Sul-Africana. Quando me reformar, embarco para Joanesburgo. Isso na melhor das hipóteses. Na pior, ou seja, se me obrigarem ao exílio político, já sei onde quero viver. Lá, cuida da brava da Natureza. Uma vez passaram na televisão (de que por acaso, como eu, também é fervorosa admiradora) documentários sul-africanos sobre a vida selvagem. Há um Instituto que faz o seguinte: jeeps tripulados por cientistas andam por aquelas lonjuras e quando encontram animais em vias de extinção adormentam-nos, põem-lhes uma anilha, dão-lhes de mamar e vão deixá-los numa Reserva onde são visitados de tempos a tempos e levam injeções contra a extinção. É formidável.

Ultimamente tem havido por lá uns sarilhos. Dizem cobras e lagartos do governo, que manda matar os negros, etc., que atrai a polícia contra os negros, etc., mas eu, que vejo o **Telejornal** sei que isso não é verdade.

Passa-se o seguinte: os negros não fazem nada, só querem é vadiar, então, quando vão vadiar, encontram polícias, estabelecem-se confrontos e há dez, ou vinte ou trinta negros que morrem. Uns morrem porque sofrem de asma, outros morrem de causas diversas e há até quem se aproveite da confusão e morra de morte natural, sim, porque os negros são capazes de tudo. Uma das pessoas que eu vejo mais na televisão é o «Pik» Botha. Ainda há dias o **Telejornal** o deu a discursar e a dizer que nunca haviam de pôr fim ao **apartheid** porque a finalidade dele e dos outros brancos era defender os direitos humanos e se eles acabassem com a segregação racial, os direitos humanos acabavam. De acordo. Por isso vou lançar forte movimento nacional a favor de Botha e outros, junto dos quais penso acolher-me, quando me reformar. Não somos muitos. Por exemplo sou só eu mas, com a ajuda da RTP, alguma coisa se poderá fazer!

Câmara de Lisboa aprovou Orçamento e Plano

Em reunião extraordinária realizada nos Paços do Concelho foi ontem aprovado, por maioria, o Orçamento e o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa. No primeiro dos documentos, a edilidade prevê receitas no valor de 20 milhões de contos, num Orçamento que, segundo as forças de oposição, visa fundamentalmente pagar as dívidas contraídas no anterior mandato.

No campo das receitas, o Município prevê arrecadar 20 milhões de contos, verba à qual se juntam cerca de 515 mil contos de saldo da gerência de 1985. Por seu lado, as despesas correntes estão orçadas em cerca de dez milhões e quinhentos mil contos, sendo sete milhões e setecentos mil a verba afectada às despesas com o pessoal da edilidade.

As verbas disponíveis para investimento inscritas no Plano de Actividades ultrapassam os onze milhões de contos, o que, de acordo com o comunicado da Câmara Municipal de Lisboa, representa um acréscimo de mais de um milhão e duzentos mil contos em relação a 1985.

Cerca de 62 por cento destas verbas, no total de mais de sete milhões, estão afectadas aos programas de «melhoria das condições de habitação e urbanização» e «redução do tempo gasto nos transportes». No primeiro destes programas, a Câmara prevê despendar mais de 4 milhões de contos para a construção de habitações sociais e reparação de fogos, infraestruturas e arranjo dos espaços envolventes, nomeadamente em Chelas, Olivais, Alto do Lumiar, São Domingos de Benfica, Musgueira Norte, bairros da D. Leonor e Padre Cruz. Por outro lado, para a recuperação de edifícios habitacio-

nais de propriedade do Município e de particulares, no âmbito do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID), está prevista a utilização de 290 mil contos, enquanto que os buracos das ruas irão absorver perto de três milhões de contos.

Destaques, ainda, para a verba destinada à construção do sistema interceptor de esgotos e seu tratamento, no valor de um milhão e duzentos mil contos, bem como os cerca de 600 mil contos destinados à instalação, organização e funcionamento dos serviços e Juntas de Freguesia.

«Plano e Orçamento para pagar dívidas»

Os documentos apresentados na sessão de ontem foram aprovados por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores eleitos pelo PSD, CDS e PS, com a abstenção do PPM e os cinco votos contrários da APU.

Rui Godinho, vereador da Aliança Povo Unido declarou ao «DL» que «votámos contra porque o Plano e o Orçamento reflectem a continuidade de uma política de gestão com a qual não concordamos, pois o Plano e o Orçamento para 1986 são de penúria». Aquele vereador adiantou que «quase 49 por cento do financiamento do Plano vai ser feito com alie-

nação do património», referindo que, do ponto de vista político, a votação de ontem «prova que o protocolo que o PS assinou com Abecasis é de capitulação, já que no mandato anterior os vereadores socialistas se absteram e agora votam a favor».

O facto de sobrar dinheiro da gestão do ano anterior - 515 mil contos - «revela que a taxa de realização do Plano de 85 foi de 59 por cento», e não significa, na óptica daquele vereador, «que a Câmara Municipal de Li-

sboa esteja numa situação desafogada, pois o seu nível de dívida ultrapassa os 5 milhões de contos, devido a terem sido lançadas no mandato anterior diversas obras sem cobertura orçamental, o que significa que, na prática, não resta praticamente nada para investir este ano».

Propostas pontuais de alteração ao Orçamento e Plano apresentadas pela Aliança Povo Unido foram também rejeitadas e, entre estas, de «traque para a dotação de 100 mil contos para a aquisição

de um parque de máquinas, para a realização de obras de pequena e média dimensão por administração directa, e um reforço de verbas, igualmente de 100 mil contos, para as Juntas de Freguesia.

Por seu lado, o vereador do PPM revelou ao «DL» os motivos que o levaram a abster-se. «Em sessão extraordinária a realizar esta tarde são apresentadas propostas fundamentais para a modificação da política que tem sido seguida em Lisboa (ver caixa)», declarou Ri-

beiro Teles, precisando que «ontem, o Presidente da Câmara e os vereadores com pelouro (do PSD, CDS e PS) adiantaram que este ano é uma consequência do que tem sido feito de errado na Câmara de Lisboa, e por isso não se pode fazer nada a não ser pagar as dívidas».

«Todos dizem que em 1987 se vai alterar essa política», concluiu Ribeiro Teles, «e por isso absteve-me de votar contra ou a favor de um Plano e um Orçamento acidentais».

SUBSÍDIO DE RENDA

Atenção. Importante.

O Subsídio de Renda é atribuído aos agregados familiares de rendimentos reduzidos, cujas rendas de casa venham a ser corrigidas extraordinariamente.

Esta correcção só é possível se, em relação ao fogo a que se refere, tiver sido emitida licença de construção ou de utilização (Art. 45 da Lei 48/85 de 20 de Setembro) e incide apenas sobre as rendas anteriores a 1.1.80. Para 1986 os factores de correcção a aplicar são os constantes do anexo II à Lei 46/85 de 20 de Setembro, publicados no Diário da República, I Série, nessa mesma data. Aos deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60% e para os agregados familiares que, por motivos excepcionais, se encontrem em situação de manifesta carência, poderá ser atribuído um Subsídio especial. As falsas declarações serão punidas nos termos da Lei.

Informe-se nos Centros Regionais de Segurança Social e suas delegações. Faça o seu requerimento durante os meses de Junho, Julho e Agosto.

Subsídio de renda.
Uma garantia de bem-estar social.
Um apoio a quem precisa.



Uma garantia de bem-estar social.
Um apoio a quem precisa.

SECRETARIA DE ESTADO DA CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Alteração do horário do lixo

Trabalhadores da CML querem estudo

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) refere que a alteração ao funcionamento da remoção do lixo de Lisboa «deve obedecer a critérios objectivos, fundamentados em estudos sérios e que tenham por objectivo a melhoria de um serviço prestado pelo Município à população, bem como a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores do sector».

A posição sindical é expressa em comunicado divulgado à Imprensa, no qual o STML afirma que o vereador do pelouro da Salubridade e Transportes depois de se ter comprometido a não tomar quaisquer medidas no sentido da alteração do horário e do esquema de remoção do lixo sem os respectivos estudos sobre a matéria, anunciou a intenção de apresentar ao Plenário da Câmara uma proposta de al-

teração, sem a realização de qualquer estudo.

A este propósito, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa refere a diminuição do número de equipas de cantoneiros de limpeza, com o consequente aumento da área a assistir, e denuncia a degradação da frota: «verifica-se que hoje não há mais operações Lisboa Cidade Limpa, mas sim operações de degradação lenta mas constante dos serviços, e aumentos de impostos para a população». Do mesmo modo, o texto sublinha que «não há cursos de formação nem equipamentos de protecção para os trabalhadores que diariamente lidam com matérias insalubres», e que a «repressão tem aumentado em flecha, bem como o número de processos disciplinares levantados a condutores por «dá cá aquela palha», sendo a maior parte das vezes arquivados.

Fogo de Vila de Rei destruiu mais de 2 mil hectares

O incêndio que, desde domingo, está a lavrar na zona de Vila de Rei já consumiu mais de 2 mil hectares, continuando a concentrar os esforços de trinta e oito corporações de bombeiros, a que se vieram juntar desde o principado manhã três aviões e um helicóptero. Entretanto, foi entregue ontem à tarde por populares à GNR um indivíduo suspeito de ter originado o fogo.

O facto novo no combate às chamas em Vila de Rei foi a entrada em acção, pelas 7 e 45 de hoje, de um helicóptero e três aviões, com capacidade para 4.200 litros, que descolaram das pistas das Moitas e Proença-a-Nova, e, de imediato, começaram a lançar um produto retardador sobre as chamas em acção combinada com o combate terrestre. De acordo com um porta-voz dos bombeiros

da Sertã, a estes meios aéreos devem-se juntar ao princípio da tarde mais dois aparelhos vindos da Lousã, com capacidade para 1400 litros.

No entanto, apesar destes reforços e da substituição dos bombeiros extenuados após um combate de cerca de 40 horas às chamas por pessoal fresco, cerca de 30 povoações poderão vir a ser afectadas pelo fogo, que

prossegue em duas frentes, uma a oeste, em Milrifa, e a segunda a leste, na Zaboeira. Nesta última, as chamas ultrapassaram o rio Zézere e, devido ao forte vento que se faz sentir, evoluem agora na direcção norte. Entretanto, uma frente maior reacendeu-se no sentido de S. João do Peso e de Cargilas, juntando-se, assim, às quatro frentes iniciais.

Durante a tarde de ontem foram retirados alguns habitantes das povoações de Valada e Cercadas. Para estas operações, foram constituídas quatro divisões e uma coluna de evacuação, composta por uma viatura de ataque a incêndios dos Voluntários de Vila de Rei e pessoal e material da Cruz Vermelha. Esta coluna, que fez deslocar a sul de Vila de Rei era ainda apoiada por um helicóptero, enquanto que um outro «heli» privado procedeu a operações idênticas na zona de Melriça.

Entre os meios que entretanto afluíram à área, destaca também para um hospital de campanha, montado pela Cruz Vermelha, que serve de apoio a uma equipa médica que, desde as primeiras horas de ontem, se encontra de prevenção no hospital de Abrantes, e para a presença de elementos do Regimento de Infantaria desta cidade.

Até agora, o balanço do combate ao incêndio era de quatro feridos, um deles um bombeiro de Moscaide, que caiu de um auto-tanque, e a destruição de um pronto-socorro dos Voluntários de Vila Nova da Barquinha que ficou partido em dois depois de cair por uma ribanceira, sem que os seus tripulantes sofressem qualquer dano físico.

Entretanto, ao fim da tarde de ontem, populares entregaram a uma patrulha da GNR um jovem indocumentado apontado como suspeito de ter originado o fogo. De acordo com uma fonte da Guarda, o suspeito, aparentemente com faculdades mentais diminuídas e sem documentos, não deu sequer a sua identidade e,

alternadamente, indicou como local de residência duas povoações do concelho de Amarante. O suspeito encontra-se detido até comparecer alguém que lhe confirme a identidade, e terá declarado que se encontrava no local atraído pelo espectáculo do fogo, mas na sua posse não foram encontrados materiais de pirotécnica ou outros que o relacionassem com o início do sinistro.

Carregal do Sal também arde

O incêndio que devastou no domingo uma vasta área de floresta do concelho de Carregal do Sal, no distrito de Viseu, reacendeu-se esta madrugada. Neste momento, o fogo lava com intensidade na encosta do Mondego e os bombeiros locais calculam em cerca de 70 hectares, o mato, pinhal e eucaliptos destruídos pelas chamas.

O combate às chamas está a ser travado por 35 elementos dos Voluntários de Carregal do Sal, que utilizam três auto-tanques.

Entretanto, ao fim da manhã de hoje declarou-se um segundo incêndio, localizado nas proximidades de Papizios, no mesmo concelho.

Extintos vários incêndios

O fogo que lavrava em Macas de D. Maria, no concelho de Alveia, desde a tarde de ontem encontra-se já completamente extinto, segundo declarou uma fonte dos Voluntários de Figueiró dos Vinhos, corporação que, conjuntamente com os bombeiros de Ansão, Alveia, Pombal e Porto de Mós, num total de 70 homens, combateu o sinistro. Apesar de se estar já na fase de rescaldo, foi impossível até ao momento, apurar a área consumida pelas chamas.

Também o incêndio que deflagrou cerca das 11 horas de ontem, em São Jorge, Santa Comba Dão, e que chegou a ter a meio da tarde uma frente de 20 quilómetros de extensão, foi dado como extinto.

Da Avenida da Liberdade a Monsanto

Oposição apresenta propostas para mudar a cidade

Várias propostas oriundas das bancadas da oposição à gestão de Nuno Abecasis são hoje debatidas e apreciadas em sessão extraordinária da Câmara de Lisboa. Os textos em análise apresentados pela Aliança Povo Unido e pelo Partido Popular Monárquico nas últimas sessões, contêm plam diversos temas e visam, no seu conjunto, alterar significativamente a política que tem vindo a ser seguida em diversas zonas da capital.

A APU defenderá duas propostas, uma das quais sobre a Avenida da Liberdade, na qual se pretende sustentar, por um ano, os processos de demolição, reconstrução ou ampliação naquela artéria e áreas adjacentes. O texto suscitado pelos cinco vereadores da Aliança Povo Unido propõe o lançamento de um concurso público para a elaboração de um plano de salvaguarda do património edificado e ordenamento urbano «que salve o que ainda resta».

Segundo Rui Godinho, «este plano deverá estar concluído no prazo de um ano, e a sua selecção deverá ser feita por um vasto júri com representantes da Câmara e, entre outras entidades exteriores à edilidade, a Associação dos Arquitectos Portugueses, os «Amigos de Lisboa», representantes dos proprietários, inquilinos e comerciantes da Avenida da Liberdade, do Ministério da Cultura, do Instituto Português do Património Cultural, do Conselho Superior de Obras Públicas, e da Sociedade Nacional de Belas Artes». O trabalho a desenvolver por esta comissão será coordenado, de acordo com a proposta, por uma comissão de vereadores, com representantes de todas as forças políticas representadas na edilidade.

Recorda-se que, em 1972, o arquitecto Pedro Vieira de Almeida apresentou um plano para a regularização de cércas e volumes que o próprio, habitual colaborador do «DL», considerou nas nossas páginas desajustado à realidade presente. No entanto, Nuno Abecasis tem-se declarado fiel ao projecto, que o próprio criador considera não estar a ser cumprido.

Outra proposta da APU é a da inventariação dos núcleos de habitação operária, que ainda subsistem na cidade, e cuja implantação é, em termos urbanísticos e da história da capital, extremamente significativa do início da Revolução Industrial e do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista.

Na reunião desta tarde, Gonçalo Ribeiro Teles defenderá diversas propostas, algumas retomando as principais linhas de orientação da lista «alfacinha» que elegeu o dirigente do Partido Popular Monárquico.

De entre estas, destaque para divisão da cidade em quatro zonas, medida que, segundo Ribeiro Teles declarou ao «DL», pretende evitar as demolições e preservar as características de cada área, «o que substitui, na prática, o Plano Director Municipal». Neste mesmo sentido, outra proposta pretende que nas áreas livres, não urbanísticas, sejam aplicadas medidas de protecção das características fisiográficas, paisagísticas e culturais. Igualmente medida de fundo, é a que pugna que qualquer obra em espaço livre e aberto da cidade deva ser objecto de concurso público a profissionais competentes, e com a participação das populações.

Por fim, o conjunto de propostas do vereador do PPM é completado com a apresentação da denominada «estrutura verde», que implica a ligação do Parque Eduardo VII ao Parque de Monsanto, através de um corredor verde. Esta medida, de acordo com o proponente, visa preservar a área de Monsanto, o maior parque de Lisboa, e dinamizar a ocupação deste e do Parque Eduardo VII pelos municípios.

Publicidade

CRÓNICA ENVIADA DE BORDO DO «DMITRY SHOSTAKOVICH» EM CRUZEIRO «AO SOL DA MEIA-NOITE», ORGANIZADO PELA AGÊNCIA ABREU

Rota do Sol da Meia-Noite
Prazer de Sossego
(E um recadinho ao Senhor São Pedro)
Por José Nuno Martins

Quando ontem, Sexta-Feira, os duzentos e trinta passageiros do DMITRY SHOSTAKOVICH se apresentaram por grupos, nas respectivas baletas, no âmbito da programação habitual dos exercícios de segurança e salvamento, dava vontade de rir...

Tudo equipado com os vistosos e novíssimos coletes de salvamento, de cor laranja fluorescente, seguindo as instruções práticas dos amáveis tripulantes Russos. Às vistas de um mar chão e mansinho do Golfo da Biscaia, ninguém diria que aquilo não fosse mais que uma das muitas brincadeiras que, logo ao segundo dia de mar, aconteceu neste primeiro Cruzeiro Abreu da série de Verão 1986.

O tempo está farrusco e fresco: Céu nublado, deixando filtrar algumas résteas de sol e no ar 18 graus centígrados, mas por enquanto ninguém se queixa do leve mau humor de S. Pedro: Afinal o esplêndido barco da marinha mercante Soviética, tem mil e um novos recantos para descobrir e as escadas e corredores dos seus cinco convés constituem — nos primeiros dias — um labirinto profuso de surpresas e novidades a desvendar.

Os 232 passageiros — entre os quais figuras ilustres como o director do Jornal «Expresso», José António Saraiva, o Mestre Cozinheiro Michel, o Cómico Brasileiro Agildo Ribeiro, o Engenheiro Alvaro Roquette, os elementos do grupo Da Vinci, ou o Chefe de Redacção do Jornal «Correio da Manhã», Sr. Agostinho Azevedo, receberam logo no primeiro fim de tarde, os cumprimentos de boas-vindas do amabilíssimo Comandante Kohklov, uma cerimónia formal e simpática em que a tripulação nos foi apresentada, num Cocktail.

E depois do jantar da primeira noite, provando a tradicional hospitalidade da velha Rússia, os próprios tripulantes mais preparados para o efeito, quiseram mostrar os seus talentos artísticos ao proporcionar um divertido show de danças e cantares Russos, onde não faltou a comicidade do economista de bordo, as esultantes danças da Ucrânia, da Geórgia e de outras Repúblicas, executadas por cozinheiros, camareiros, oficiais e marinheiros do navio, com uma alegria, vigor e acrobacia favorecidos com o esforço da dentista e do Comissário Sacha ao cantarem (cantarem?) musicais do folclore Russo.

A bordo, o dia começa cedo.

Saber do festival gastronómico de Michel que por enquanto tem mais graça nas amplas cozinhas deste Hotel flutuante do que na requintada sala do restaurante (já que os cozinheiros Russos estão neste momento a aprender, primeiro o Português e o Francês para melhor seguirem depois as indicações do Mestre Michel...), a estação rádio pirata, emite para todas as instalações do navio um programa matinal, em que se incluem altas selecções musicais, informações sobre a navegação e a vida a bordo, pequenos concursos e até mesmo a reprodução dos serviços noticiosos da Onda Curta da Radiodifusão Portuguesa captados no barco.

Para os ginastas (vem um grupo de 60 praticantes do Ginásio Clube Português) — Ginástica, para os jogadores — Bridge (sessões de aprendizagem e um torneio a sério), para os mais cansados, boas camas, camarotes impecáveis e amplos, para os sempre sequiosos — Cinco bares bem actualizados... enfim, no alegre Shostakovich há de tudo para todos e com todos os gostos — Da Música Rock para os jovens, ao espaço e divertimento para a criança, a Santa Missa para os crentes, ou ao incomparável sossego de um mar incrivelmente calmo e tranquilo a bordo de um barco sofisticado, para os mais idosos.

Só é pena que afinal o S. Pedro não tenha mesmo entrado em conversações com a Agência Abreu: Teria sido provável que com um descontentamento que lhe fizessem no preço da passagem, ele se dispusesse a vir connosco, ou, pelo menos, caso os afazeres na Divina Estância lhe não permitissem a vilegiatura, lhe passasse o mau humor, perante a afabilidade e gentileza dos comissários do Staff Abreu...

Aqui lhe deixo a sugestão, São Pedro: «Sobre um pouco as suas nuvens, mostre-nos o esplendor do Sol (Que é só o que nos falta aqui a bordo) e dê uma, olhada ao Shostakovich... branquinho, bem dimensionado, veloz e estável, nem mesmo o Venerando Senhor — Refiro-me a si S. Pedro, nem o Senhor lhe resistiria e deixar-nos-ia ir ver o Sol da Meia-Noite, como deve ser.

José Nuno Martins
Em St. Malo

APOIO Diário de Lisboa

CALAMITY JANE

Uma Mulher de Armas
ou
O Monólogo da Vaqueira

De 3.ª a Sab., às 21.30 h
Sab. e Domingos,
também às 16 horas

A BARRACA

Rua Alexandre Herculano, 70 - 1200 Lisboa

2.º MES

PROCURA-SE!



MARIA DO CÉU GUERRA

música

António Cardoso

direcção

Helder Costa

0000\$00

RESERVAS - TEL. 686300

Ar condicionado

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA 16.º JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação do anúncio.

Execução da Sentença N.º 6281-B 1.ª secção.

Exequente — COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO, E.P.

Executado — FERNANDO MONTES MESSIAS, residente na Rua Clube União Banheirense, n.º 3-r/c Dt.º na Baixa da Banheira — Moita.

Lisboa, 7 de Julho de 1986

O Juiz de Direito,
a) Armando Moita dos Santos Lourenço

O Escrivão de Direito,
(Assinatura ilegível)

D.L. 15/7/86-1.ª Pub.

Poluição na Costa do Sol

Imprensa britânica de ontem alerta banhistas ingleses

A Imprensa britânica deu ontem particular destaque à poluição das praias da Costa do Sol, por muito ingleses considerarem um dos locais portugueses favoritos para passar as suas férias, desde Estoril a Cascais. A comunicação social do Reino Unido, em especial a londrina, alertou para os perigos que os banhistas ingleses enfrentam.

O alerta tem a ver com o facto do Tejo não sustrar os esgotos de dois milhões de lisboetas, de acordo com a Direcção Regional de Saúde da capital. «Praias da linha são um perigo» era o título da edição de sábado, dia 12, do «DL», a propósito da situação, na perspectiva do aviso — a afixar a curto prazo em toda a linha — de que, «temporariamente, as autoridades não aconselham a prática do banho nesta zona». No entanto, no passado fim-de-semana, e apesar do alerta, as praias, de Carcavelos a Cascais, não tiveram espaço livre para medir...

Voltando à Imprensa britânica: o «Times» diz que o Ministério da Saúde avisou os banhistas que nove das praias da linha de Cascais estão demasiado poluídas para a prática de banhos.

O jornal refere ainda que o problema da poluição tem afectado a Costa do Sol há muitos anos, explicando que o rápido desenvolvimento da região sobrecarregou o sistema de esgotos que sai directamente para o mar, causando infecções gástricas e da pele.

«Antes da Revolução de 1974 — diz ainda o «Times» — O governo tinha anunciado que ia encerrar aquelas praias, mas nada se fez depois dela. Mas, finalmente os contratos foram anunciados para construir uma instalação de tratamento de esgotos e canalização submarina para os transportar para uma longa distância da costa».

O «Daily Telegraph» faz comentários semelhantes e diz que o nível «inaceitável» de poluição podia causar sérios riscos à saúde, aconselhando os pais a não permitir que as crianças brinquem na areia.

Contra fecho das feiras de gado

Agricultores de Mirandela bloquearam a estrada

É um «fenómeno» de há anos a esta parte, sem resolução até agora: a multiplicação de protestos contra o fecho de feiras de gado. Acontece com particular força no Norte e no Centro do País. Os prejuízos manifestam-se, como ontem ocorreu em Mirandela.

Cerca de duas centenas de agricultores da região bloquearam ontem, durante meia hora, a estrada junto à Direcção Regional do MAP, para publicamente manifestarem o seu descontentamento por algumas medidas em vigor.

Os agricultores protestam contra o encerramento das feiras de gado, guias de trânsito impostas à circulação dos animais e o Decreto-Lei n.º 169 de 27 de Junho deste ano, que prevê o controlo do mercado agrícola.

Um elemento da Comissão de Agricultores e Comerciantes de Gado de Mirandela disse à Anop que os agricultores, depois da concentração, reuniram-se com Meneses Mango, da Direcção Regional do MAP, acabando por elaborar um comunicado que veio a ser enviado ao secretário de Estado da Agricultura, no qual os agricultores davam conta das suas reivindicações.

Nunes Teixeira, daquela comissão, afirmou que os «agricultores estão pouco esperanças face a esta luta que se arrasta desde 15 de Março último, sendo esta já a terceira concentração».

A mesma fonte acrescentou que os 50 carros que bloquearam a estrada foram multados pelas autoridades.

No valor de dez mil contos

Portimão tem o maior jardim urbano do País

O maior jardim urbano do País, com uma área superior a cinco mil metros quadrados, vai ser inaugurado em Portimão em finais de Agosto — disse à NP uma fonte da Câmara local, a que preside Martim Garcia.

O jardim, cuja construção teve início há três anos, irá custar cerca de dez mil contos, estando a ser instalado no Largo Gil Eanes, local onde se

realizavam feiras e mercados.

O novo espaço ajardinado da cidade de Portimão inclui um parque infantil, quatro campos de badmington, um xadrez gigante e um lago, bem como diversas zonas de recreio.

No mesmo local, onde irá funcionar também um quiosque e instalações sanitárias, foi inaugurada no ano passado uma estação de correios.

A GREVE DOS BANCÁRIOS

ESCLARECIMENTO DA COMISSÃO NEGOCIADORA REPRESENTANTE DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO DO SECTOR PÚBLICO

1. A COMISSÃO NEGOCIADORA DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO DO SECTOR PÚBLICO tem-se remetido voluntariamente ao silêncio perante a opinião pública e os trabalhadores bancários, na esperança de que as notícias veiculadas pelas associações sindicais não conduzissem à distorção da informação. A presente radicalização do processo negocial, iniciada com a greve da passada semana, veio tornar necessário o esclarecimento público de todos os interessados, dando-lhe conhecimento da falta de razoabilidade das posições assumidas pelos Sindicatos dos Bancários.

2. O Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) dos bancários, concluído em 1978 e revisto de dois em dois anos, contém, no seu conjunto, o regime laboral mais favorável de todos os existentes em Portugal, o que se traduz, para o pessoal de carteira, nas seguintes principais características:

- **Promoções automáticas** ao nível superior após, respectivamente, 1, 3, 5, 8, 10 e 8 anos de permanência nos níveis 3 a 8.

- **Promoções obrigatórias por mérito**, em cada ano, de 15% dos trabalhadores colocados nos níveis de carteira (4 a 9).

- **Indexação à tabela salarial** das principais prestações suplementares: diuturnidades, subsídio de almoço, abono para famílias, subsídio de turno dos caixas do sector de câmbios, subsídio infantil, subsídio de estudo atribuído a trabalhadores-estudantes e aos filhos dos trabalhadores.

- **Empréstimos para habitação** a taxa excepcionalmente baixa.

- **Prémios de antiguidade**, que se traduzem no recebimento de 1, 2 ou 3 meses de retribuição mensal quando completam, respectivamente, 15, 25 ou 35 anos de serviço.

- **Sistema de Segurança Social**, não-contributiva por parte dos trabalhadores, que se traduz, por exemplo, em pensões de reforma, iguais ao vencimento líquido dos empregados no activo, actualizáveis todos os anos para os valores dos referidos

vencimentos líquidos dos empregados no activo

- **Serviços de assistência médico-social (SAMS)**, para os quais as entidades patronais contribuem com 5,5% do valor da totalidade dos vencimentos e das pensões dos reformados e os trabalhadores no activo apenas com 1%.

- **Regime extremamente liberal** em matéria de faltas para o exercício de actividades sindicais.

3. **Tabela Salarial e massa salarial**

A estrutura do ACT dos bancários tem como consequência que, mesmo sem acréscimo anual da tabela salarial, os encargos com o pessoal ou a massa salarial crescem em cada ano, autonomamente, 1,5% a 2%, apenas por força das promoções automáticas, das promoções por mérito e de outros encargos que são independentes da evolução da tabela.

Não é demais frisar este ponto, que constitui todos os anos elemento de controvérsia entre os negociadores mas cuja realidade ninguém ignora — a ponto de os Sindicatos o mencionarem nos comunicados que emitem, após a negociação, para evidenciar os ganhos obtidos. Na revisão do ano passado, por exemplo, estimaram em 2% o aumento da massa salarial que acresce ao aumento da tabela.

4. **A proposta das Instituições de Crédito do Sector Público**

É neste contexto que as

Instituições de Crédito, tendo em conta a preocupação da sua solidificação financeira e os problemas de rentabilidade que são de todos conhecidos, apresentaram inicialmente uma proposta de aumento de tabela salarial de 12,5%, sem alteração da contribuição para os SAMS, tendo, no seguimento das negociações, evoluído para uma última posição, em relação à qual não podem, em consciência, ir mais além: 13,5% na tabela, acréscimo da contribuição para os SAMS de 5,5% para 6% (aumentando os trabalhadores a sua contribuição de 1% para 1,5%) e um ajustamento na aplicação temporal da revisão do ACT.

Tal proposta representa um aumento de massa salarial de 16%, o que, tendo em conta a inflação esperada (cerca de 11%) para o período de doze meses que ora se inicia e a capacidade económica da Banca, representa o limite do razoável para o sector.

Acrescente-se ainda que os Sindicatos obtiveram outros importantes ganhos nesta negociação, nomeadamente a substancial descida da taxa de juro do crédito à habitação — que passou de uma taxa de 15% para 65% da taxa básica de desconto do Banco de Portugal, ou seja, neste momento, 10,4% — e a aceleração da carreira automática, que, nos dois últimos escalões, viu reduzida de 3 e 2 anos, respectivamente, o tempo de acesso.

Por outro lado, tendo conseguido indexar as prestações suplementares, não podem agora os Sindicatos pretender alterar periodicamente os níveis de indexação, como mais uma vez reivindicam. É, pois, desrazoável o aumento de 31,6% que pretendem para o subsídio de almoço (de 383\$00 / dia para 504\$80 / dia) e o de 32,5% para as diuturnidades (de 2.208\$00 para 2.925\$00), contra o aumento que lhes é proposto (435\$00 / dia para o subsídio de almoço e 2.505\$00 para as diuturnidades).

Por último, recorde-se que as contribuições patronais para a assistência médica dos bancários e seus familiares foi superior a 4 milhões de contos em 1985 e rondará este ano, por força do efeito conjugado do aumento da massa salarial e da nova taxa de 6%, os 5 milhões de contos.

Eis, em síntese, as razões que retiram à posição radicalizada dos Sindicatos fundamento e razoabilidade. O acréscimo de 16% da massa salarial que lhes é proposto pela Comissão Negociadora, em nome das Instituições de Crédito, constitui, repete-se, o limite do razoável e do possível na presente conjuntura.

Os trabalhadores bancários saberão ultrapassar com compreensão este momento da sua vida sindical, não deixando extremar posições que não correspondem aos seus verdadeiros interesses.

TABELA SALARIAL

NÍVEIS	ACTUAL	PROPOSTA DAS INST. CRÉDITO	PROPOSTA SINDICAL
18	156.400\$00	177.510\$00	180.100\$00
17	141.600\$00	160.710\$00	163.000\$00
16	131.800\$00	149.590\$00	151.700\$00
15	121.500\$00	137.900\$00	139.850\$00
14	110.900\$00	125.870\$00	127.650\$00
13	100.800\$00	114.400\$00	116.050\$00
12	92.300\$00	104.760\$00	106.250\$00
11	85.100\$00	96.580\$00	97.950\$00
10	76.200\$00	86.480\$00	87.800\$00
9	69.900\$00	79.300\$00	80.500\$00
8	63.200\$00	71.800\$00	72.800\$00
7	58.100\$00	66.100\$00	67.000\$00
6	54.700\$00	62.150\$00	63.100\$00
5	49.000\$00	55.500\$00	56.400\$00
4	42.350\$00	48.000\$00	48.750\$00
3	36.800\$00	41.760\$00	42.500\$00
2	32.400\$00	36.770\$00	37.300\$00
1	27.500\$00	31.310\$00	31.650\$00
		13,54%	15,21%

Lisboa, 14 de Julho de 1986.

As coisas andam depressa, na África de expressão portuguesa: já depois desta entrevista que Luís Moita nos concedeu a pretexto dos 12 anos do CIDAC e do lançamento da revista «Terra Solidária», Aristides Pereira disse não existir nessa África um entendimento comum dos fenómenos «Unita» e «Renamo»; Pinto da Costa salientou o desejo de não-alinhamento de São Tomé e Príncipe, que «não são satélites atlânticos do Leste»; Machel aceitou a visita de técnicos do Fundo Monetário Internacional, enquanto dissidentes da Frelimo e da Renamo criavam na RFA uma nova organização de oposição moçambicana, a «Cunimo»; em Bissau, o Supremo Tribunal Militar pronunciou 12 condenações à morte e 41 a trabalhos forçados, no termo do processo dos sublevados de

Outubro de 1985, seis dos quais encontraram, entretanto, a morte na prisão; por uma dessas azedas ironias da história, as sentenças foram tornadas públicas ao mesmo tempo que a notícia do estabelecimento de relações diplomáticas entre Bissau e a Santa Sé. Ainda entre a realização da entrevista e a sua publicação, os trabalhistas australianos reconheceram a anexação de Timor-Leste pela Indonésia enquanto Soares pedia a atenção dos parlamentares europeus para os direitos do povo maubere, e o chefe da diplomacia britânica, Geoffrey Howe, voltava a Londres sem ter sido recebido pelos principais dirigentes negros da África do Sul, que consideraram não ter a Europa — que ele representava — estado à altura da situação explosiva no país do «apartheid».

LUÍS MOITA



Angola tem contado com a equação «petróleo mais cubanos»; Moçambique não tem nem uma coisa nem outra

N UM contexto tão heterogéneo e movediço, esta entrevista com Luís Moita, responsável do CIDAC, adquire, porventura, mais interesse e importância:

Ao atingir os 12 anos de existência, o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral assume, na rede de organizações internacionais que melhor o conhecem, uma projecção que ultrapassa, de longe, a sua imagem na opinião pública portuguesa.

Na África a que o CIDAC está tão profundamente ligado, pensa-se por vezes que a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, em Lisboa, deve ser um arranha-céus onde se multiplicam, sem dúvida, os arquivos, os auditórios e os terminais de dados. Na realidade, o CIDAC, movido por uma persistência e por uma vontade de independência política notórias, continua a ser um pequeno núcleo de permanentes... mas há países europeus que não enviam os seus responsáveis diplomáticos para a África de expressão portuguesa sem os fazerem previamente passar por uma «imersão» no centro; para a CEE, para a FAO, para a UNESCO, o CIDAC é um conhecido de longa data: por ele passam, igualmente, missões e projectos por elas patrocinados.

Uma clandestinidade algo inovadora

O CIDAC — conta Luís Moita — apareceu à luz do dia em Maio de 1974, mas a sua pré-história remonta a 1969: em Lisboa e no Porto, um grupo, oriundo sobretudo da zona «católica progressista» de oposição ao regime, e cuja figura de referência era Nuno Teotónio Pereira (ainda hoje o é), passou a trabalhar sistematicamente sobre a questão colonial, ultrapassando uma certa dispersão característica das actividades das oposições. Esse trabalho desenvolveu-se sobretudo a partir da ocupação da Igreja de São Domingos, na passagem do ano de 1969, que constituiria o momento do despertar, o momento do envolvimento para boa parte dos activistas.

Esse grupo organizou-se de forma restrita, na clandestinidade, incluindo então, além de Nuno Teotónio Pereira, que tinha o papel-chave, gente menos conhecida como Manuel Brandão Alves (hoje professor de Economia), Gabriela Ferreira (hoje na Direcção-Geral da Educação de Adultos), José Dias (hoje numa agência turística)...

...«Por razões da clandestinidade — diz Luís Moita — o núcleo era muito fechado, embora tivesse um ou outro prolongamento que, geralmente, só um de nós conhecia, e que se alargavam ao aparelho técnico e à expedição postal».

Porque editava o Boletim Anti-Colonial, era então conhecido por «o grupo do BAC». E o BAC prolongava o trabalho fundador de uns primeiros sete cadernos sobre a guerra colonial.

O trabalho clandestino era relativamente inovador em relação ao que o PCP tradicionalmente organizava: quantas empresas, algumas delas hoje desaparecidas ou digeridas no sector empresarial do Estado, não viram então os seus envelopes timbrados transformarem-se em disfarce para a expedição postal de «propaganda ilegal».

O grupo montara um primeiro «centro de documentação» no anexo secreto de um andar em Lisboa; ali confluía toda a informação, cuja rede se estendia a quartéis (onde se apuravam números sobre baixas e mutilados, por exemplo), a missionários religiosos, a ex-militares. «Já no final da ditadura, em 72/73, os missionários tiveram um papel importante na denúncia pública de massacres em Moçambique», recorda Luís Moita.

A iniciativa pública que, na época, terá dado mais projecção ao núcleo terá sido, no entanto, a ocupação e greve de fome da Capela do Rato: dela resultou a primeira prisão de alguns dos seus membros — como aconteceu com o nosso entrevistado — prisão que viria a ser relativamente curta, dada a grande pressão internacional que se abateu sobre o regime.

Em Novembro de 1973, a PIDE/DGS descobria, porém, o centro de documentação clandestino e prendia praticamente todo o grupo, desencadeando, para mais, uma série de reacções em cadeia, porque ele mantinha contactos informais com numerosos sectores oposicionistas, parte dos quais «vieram à tona».

Presos em Caxias, foi aí que o 25 de Abril encontrou os seus elementos, aguardando julgamento.

O «segredo» da regularidade

O CIDAC propriamente dito iria então nascer: parte dos elementos do grupo original empenhou-se em partidos políticos, mas, lembra Luís Moita,



Luís Moita com João Mendes à...
«É errado pensar que a situação
contradição principal é com a A...
«construções» sul-africanas»

A situação em... do que pensa

«eu considerava que ainda fazia sentido prosseguir o trabalho sobre a questão colonial, que ainda não estava encerrada. Pelo contrário, ia-se entrando em cheio no período da descolonização, e eu senti que o prosseguimento do trabalho dependia da independência política da organização: não foi por acaso que, pessoalmente, nunca me empenhei em nenhuma força partidária».

Recuperada do arquivo da DGS e do processo do Tribunal boa parte da documentação apreendida, foi possível relançar o trabalho e receber os primeiros apoios internacionais: o Comité Angola, por exemplo, estabeleceu contactos com uma emissora holandesa que organizou uma recolha de fundos. «Foi — lembra Luís Moita — a primeira verba substancial que recolhemos; digo substancial, mas acrescento que a primeira conta bancária que o CIDAC abriu tinha 30 contos, o que para nós era uma fortuna, porque trabalhávamos praticamente sem meios».

Os primeiros apoios financeiros vieram, mais tarde, a traduzir-se numa ajuda regular por parte de organizações estrangeiras não-governamentais, geralmente de matriz católica: o Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (francês, o movimento Développement et Paix (Canadá), e outros centros belgas, holandeses, irlandeses.

Esse ritmo de «subsídio anual» permitiu ao CIDAC dar regularidade à sua acção e criar um pequeno corpo de permanentes a tempo inteiro: é esse o «segredo» da sua continuidade.

Luta por novo estatuto?

A sigla CIDAC correspondia, então, à designação Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial. Aliás,

as suas características eram, nesses anos de 1974/75, as de um «comité anti-colonial», com iniciativas próprias mas sobretudo absorvido por so-



João Mendes à «Mesa DL» do restaurante «Faz Figura»: a situação na África Austral é sobretudo a expressão regional do conflito Leste-Oeste, porque a África do Sul. Mas também é errado pensar que a Unita e a Renamo são inteiramente intransigentes»

O conflito em África é bem mais dramática do que pensa a opinião pública portuguesa

...azia sen-
...re a ques-
...tava en-
...entra em
...ização, e
...do traba-
...a política
...caso que,
...enhei em

DGS e do
...te da do-
...possível
...s primei-
...Comité
...eceu con-
...olandesa
...e fundos.
...a pri-
...recolhe-
...crescento
...ria que o
...os, o que
...que traba-
...meios».
...eiros vie-
...se numa
...anizações
...ntais, ge-
...o Comité
...et pour le
...ncés, o
...et Paix
...elgas, ho-
...o anual-
...aridade à
...corpo de
...é esse o
...de.

...ia, então,
...rmação e
...al. Aliás,
...nesses
...comité
...vas pró-
...o por so-

licitações alheias que requeriam o seu apoio, no domínio da luta anti-colonial.

Hoje, consolidada a sua posição de «plaque-tourmente» na rede internacional da cooperação e dos projectos de desenvolvimento destinados à África de expressão portuguesa, o CIDAC mostra-se disposto a «namorar o Estado» e a reivindicar apoio oficial:

«Levamos a cabo actividades que são serviços públicos, são de utilidade pública — diz Luís Moita. — Ainda não providenciámos para obter o estatuto correspondente, mas é evidente que o merecemos e que o Governo português deve abandonar a perspectiva monopolista nos domínios da cooperação, da documentação, dos contactos relativos a essa zona de África, passando a apoiar organismos não-governamentais que deles se ocupam».

Até hoje, o único subsídio governamental recebido pelo CIDAC data de 1977, e destinou-se a ministrar o ensino da língua portuguesa a um grupo de quadros da Guiné-Bissau, formados em países do Leste e que regressavam ao seu país sem, praticamente, conhecerem o português.

Quanto à sua inserção no universo das organizações internacionais: proliferam as relações do CIDAC com a FAO, a UNICEF, a UNESCO, etc. O Centro não tem, nelas, estatuto de «observador», reservado a organismos eles próprios internacionais (e o CIDAC é português), mas mantém, na prática, laços de trabalho com os sistemas dependentes da ONU, com a própria CEE e com o Parlamento Europeu.

«No caso da FAO — diz Luís Moita — essas relações traduzem-se em contratos de trabalho. No caso de outras organizações, e até de governos estrangeiros, traduzem-se em acções de formação (dirigidas a cooperantes e a técnicos), em edições em língua portuguesa, em consultas e missões de angariação... Por exemplo: o Parlamento

Europeu pediu ao CIDAC que designasse as organizações portuguesas não-governamentais que deveriam estar presentes em determinada conferência que organizou em Lisboa. Talvez baste esse facto para mostrar como é reconhecida a importância, a eficácia e a seriedade do que fazemos».

Dois palavras sobre a descolonização

Quisemos saber o que pensa o CIDAC da descolonização e das suas consequências, e da situação actual em alguns dos países africanos tornados independentes a seguir ao 25 de Abril. Este corpo de temas constitui, por assim dizer, uma segunda parte desta entrevista:

«É difícil falar da descolonização sem cair em alguns lugares comuns: que ela era inevitável, irreversível, historicamente imperiosa — diz Luís Moita. No entanto, ao fim de mais de dez anos de independência dos países colonizados por Portugal, não conseguimos deixar de pensar que houve erros e precipitações de parte a parte, com custos muito pesados para os novos países».

Analisada, por exemplo, à luz da experiência do Zimbabwe, onde um regime de maioria negra conseguiu arrancar em coexistência com técnicos e quadros brancos, a brusca saída dos quadros portugueses agudizou a crise estrutural do aparelho produtivo, comercial, mesmo do aparelho de Estado desses países. «Não sei — acrescenta — se teria sido possível outra solução; mas o balanço dessa saída massiva é mais negativo que positivo, sem dúvida».

Tentamos aprofundar as causas do brutal «bazamento» dos portugueses:

«A descolonização portuguesa — retoma Luís Moita — caracterizou-se por factores de ruptura em relação à metrópole. Noutros processos, predominou a credibilidade da me-

trópole ao nível político, económico e até militar. A que se deve essa diferença? Por um lado, ao radicalismo — e uso a palavra no melhor sentido — dos movimentos de libertação: eles dirigiram lutas armadas prolongadas e eram portadores de projectos de transformação profunda das respectivas sociedades, que ultrapassavam de longe a mera mudança de cor dos dirigentes. Por outro lado, os descolonizadores portugueses — ou os mais lúcidos de entre eles — aceitaram a inevitabilidade da ruptura e concluíram que mais valia, então, salvaguardar o futuro das relações entre Estados. Perceberam que não havia margem de manobra senão para assegurarem a transferência de soberania. Tudo isto numa fase que, como todos sabemos, foi de aceleração do processo histórico, aqui e lá. Refiro-me aos anos de 1974 e 75. Os acontecimentos precipitaram-se em Portugal, em Angola, em Moçambique...»

«Demasiado dramática» a situação actual

Falamos agora da situação actual nesses países:

«A situação actual é demasiado dramática, na maior parte deles, para que, vista pontualmente, possa projectar luz suficiente sobre o passado, que foi excessivamente condicionado por factores de carácter geral, ora pela questão do desenvolvimento do continente africano, ora pela questão da importância geoeconómica e militar na África Austral.

«No entanto não hesito em afirmar que é exagerado interpretar a situação na África Austral como uma extensão regional do conflito Leste-Oeste. A questão dominante, ali, é entre a África do Sul, potência regionalmente dominante, e os seus vizinhos. É entre o regime do apartheid e os regimes de maioria negra.

«Mais genericamente as questões dominantes no continente africano — e que não dizem, portanto, exclusivamente respeito às antigas colónias portuguesas — são as do seu empobrecimento progressivo e global. Aprecemos-nos dessa globalidade através do problema do crescimento das dívidas externas, da explosão dos focos de fome...»

«Globalmente, podemos dizer que, mais de 20 anos depois da grande época das independências, a auto-suficiência alimentar africana deixou de ser assegurada, passando a África a ser um importador gigantesco de cereais e outros produtos alimentares. Porquê? Parte da resposta depende de problemas ecológicos como a desertificação e outros, mas há componentes de ordem social e política: as convulsões posteriores às independências, os modelos de desenvolvimento aplicados, o incentivo das agriculturas de exportação em detrimento da auto-suficiência, o gigantismo da gestão estatal, a ineficácia das respostas à crise generalizada do sector tradicional camponês...»

Perguntamos a Luís Moita que opinião tem dos modelos de sociedade dos países africanos de expressão portuguesa.

«É impossível comparar Cabo Verde, por exemplo, com Angola. Se algum juízo global é possível, ele diz respeito ao em parte compreensível, mas em parte exagerado, fenómeno da estatização. Quer dizer: houve um certo modelo de tentativa de ruptura com o mercado mundial do sistema capitalista que levou esses Estados a assumirem excessivas responsabilidades no terreno económico. Ora, devido à sua fraqueza pós-colonial, os Estados não foram geralmente capazes de responder a essas responsabilidades: o Estado pós-colonial é fraco, controla de modo diminuto a sua própria sociedade.»

Lembramos-lhe que, por vezes, o controlo do Estado sobre o território se perde logo na periferia da capital.

«Exacto. Além disso, nessas sociedades há muitas reminiscências da antiga sociedade tradicional codificada pela ocupação colonial, e isso passa ao lado do controlo do Estado: há uma série de níveis que coexistem sobrepostos, sem síntese, e que são a realidade tradicional africana, a organização nela deixada pelo ocupante colonial, o projecto social pós-independência e o tipo de acção do Estado para a realizar; tudo isto sobreposto, sem sínteses harmónicas que só amadurecerão com o tempo. São também sociedades onde todos esses níveis estão, simultaneamente, em crise.»

Falência de um modelo de sociedade

Perguntamos-lhe se os modelos de sociedade marcados pelo gigantismo do Estado, e que não têm em conta a sua fraqueza, não são induzidos pela experiência soviética.

«Por um lado — responde Luís Moita —, a pressão histórica nos seus vários aspectos nem sempre esteve de acordo ou foi sequer prevista pelo projecto ideológico dos poderes pós-independência. Por outro lado, se há uma plantação colonial e o colono se

vai embora, o Estado é forçado a tomar conta dela. Quando 75 por cento, dos quadros dos caminhos-de-ferro moçambicanos desaparecem de repente, ou o Estado toma conta deles, ou tudo aquilo paralisa...»

Insistimos: se a plantação em causa é de algodão, por exemplo, tem o Estado algum interesse em herdá-la, em geri-la, em tentar mantê-la produtiva?

«É a isso — responde Luís Moita — que chamo a pressão histórica resultante da necessidade de manter o país a funcionar, apesar da ausência de quadros, e em obediência ao princípio ideológico do primado do Estado e do avanço para a colectivização das alavancas fundamentais da economia.

«Ora, o Estado não teve, geralmente, capacidade para assegurar esse papel. Quando se chega a Moçambique, por exemplo, encontra-se tudo o que é equipamento agrícola — tractor, camião, adubo, enxada, concentrado nas mãos da Mecanapa, a empresa estatal. Conhecendo a extensão e a geografia do país, tornam-se evidentes as dificuldades extremas que a empresa enfrenta para gerir esse equipamento à escala nacional. Lembro-me de estar no vale do Lipoco a estudar a coopertivização do campo em aldeias comunitárias; os camponeses esperavam o tractor da Mecanapa para uma lavra e ele não chegava. O gigantismo estatal torna inoperante a centralização do controlo sobre os instrumentos de produção...»

Parece-nos que a descrição é extensiva a Angola. Perguntamos-lho. Responde Luís Moita:

«Sim, excepto no tocante a certas particularidades. A guerra domina o cenário angolano. Há uma profunda ruptura na relação cidade-campo, um enorme êxodo rural para Luanda; a concentração urbana e a instabilidade rural condicionam a normalidade dos abastecimentos (fenómeno bastante conhecido da opinião pública), mas tem efeitos nocivos em todos os aspectos da sociedade angolana...»

Queremos apurar se o conflito com a Renamo não criou, em Moçambique, distorções idênticas:

«Mais graves até, porque a Renamo paralisou virtualmente todo o aparelho produtivo moçambicano, todos os circuitos de distribuição e os transportes internos, generalizando a insegurança a todo o país. Curiosamente, em Portugal, a percepção que se tem da gravidade da situação de Moçambique é muito limitada: sabe-se que há fome, que há guerra, mas não se tem a percepção do estado de decomposição que atingiu a sociedade moçambicana actual, como se tivesse havido ali um recuo de muitas décadas das suas capacidades produtivas e de desenvolvimento. Trata-se de um desastre, no sentido mais grave da palavra.»

Soluções políticas para os conflitos militares

Quisemos saber se o CIDAC tem um ponto de vista sobre a solução dos conflitos armados com a Unita e a Renamo, se considera estes movimentos como guerrilhas nacionais e comparáveis um com o outro. Eis a resposta:

«Recuemos um pouco para recordar

Continua na pag. 14

que a contradição regional dominante é com a África do Sul. É ocioso recapitular a série de responsabilidades que os sul-africanos têm na sobrevivência da Unita e da Renamo. No entanto, também me parece errado interpretar os fenómenos de oposição armada aos regimes de Angola e Moçambique como meras emanções do exterior, ou como construções totais de Pretória.

«Parece-nos imperioso reconhecer que existem contradições internas nessas sociedades, contradições que, provavelmente à falta de outras válvulas de escape, segregam facilmente luta armada. Essas contradições têm a ver com o estado das economias, mas também como a situação internacional na zona, e transformam-se em questões sensíveis nos domínios da segurança e da defesa nacionais, portanto no domínio militar... Todos esses problemas fazem bola de neve, crescem influenciando-se mutuamente. Mas, repito, é um erro escamotear a existência de motivações internas para a resistência armada: elas prendem-se com a estrutura socioeconómica que descrevi, com a crise da auto-subsistência e do modelo de desenvolvimento, com a contradição entre a fragilidade e a vocação hegemónica do Estado.»

«O CIDAC nunca teve quaisquer contactos com a Unita ou com a Renamo, embora tente descortinar os seus pontos de vista através dos relatos de Imprensa. Não creio que venhamos a ter esses contactos, porque somos profundamente críticos em relação a alguns dos seus objectivos, à sua prática e aos apoios internacionais de que dispõe.»

«Mas não conseguimos deixar de ser sensíveis ao impasse da situação militar tanto num país como no outro, e à possível inevitabilidade de uma solução política para qualquer dos conflitos. Resumindo, digamos que, em última análise, a questão sul-africana domina a cena, mesmo a interna, em Angola e Moçambique, e que no entanto há uma autonomia pensável dos processos internos em cada um desses países, que justificam a busca de soluções políticas. Não ignoramos a sua dificuldade, porque quando há incapacidade de resolver militarmente um conflito como aqueles e quando, do ponto de vista político, há compromissos internacionais de tal modo pesa-

dos, não está, de facto, à vista, o delinear de qualquer solução política. Eis o drama dessa região do continente africano: os conflitos militares arrastam-se, e não se vislumbra no horizonte qualquer solução política com alguma coerência.»

«Petróleo mais cubanos»; a importância de Angola

«Claro que — prossegue Luís Moita — em alguns aspectos, a situação nos dois países é comparável apenas por contraste: em Angola, o regime sustenta-se, do ponto de vista financeiro e militar, em boa parte por factores externos: trata-se da famosa equação **petróleo mais cubanos** (sem prejuízo da notória capacidade das FAPLA para se tornarem cada vez mais num exército regular. Mas isso não diminui a importância dos conselheiros soviéticos e do contingente cubano). O petróleo representa porventura 90 por cento das exportações e tem permitido assegurar as compras ao exterior. Ora Moçambique não tem uma coisa nem outra, nem petróleo nem cubanos.

«Já disse que a situação em Moçambique é mais grave do que geralmente se pensa. O regime mantém-se, mas a situação real tem-se degradado aceleradamente. E por que se mantém o regime? Sem dúvida porque a Frelimo representa um grande capital de coerência ideológica, de prestígio internacional e de influência diplomática, e ainda suscita uma adesão interna considerável, embora controversa. Além disso, do ponto de vista da alternativa política, a Renamo é o vazio puro e simples.

«Pode chocar-nos o facto de Maputo designar a Renamo por «bandidos armados». Mas o facto é que o banditismo, aliás generalizado, se tornou num problema de segurança nacional. Naturalmente que é um exagero atribuí-lo em conjunto à Renamo: quando um povo tem fome e alguns elementos desse povo têm armas, é fácil desencadear-se a violência. Sem contar com a violência atribuível às milícias e ao próprio Exército nacional.

«Parte destes fenómenos são comparáveis às antigas revoltas camponesas na Europa: parece tratar-se de algo por vezes autónomo em relação às forças

LUÍS MOITA



Parece não haver solução militar irreversível para os conflitos com a Unita e a Renamo

políticas em confronto, como se se tratasse de questões que dizem sobretudo respeito à sobrevivência.

«As características da Frelimo que salientei representam, neste contexto, a sua fraqueza e a sua força. Mas também me parece que a situação não é sustentável a longo prazo.»

Quando a Igreja Católica grita «Aqui d'El-Rei!»

Último tema abordado nesta entrevista: o papel desempenhado pelas Igrejas nos antigos territórios coloniais portugueses. Diz-nos Luís Moita, a este respeito:

«Dado o défice do Estado no ataque às questões sociais, é natural que se desenvolvam relações que lhe são alheias. A reminiscência ou o recrudescimento das questões étnicas é disto um bom exemplo. Dir-se-ia que, perante a quebra da solidariedade social, renasce o vínculo étnico, tribal, familiar, e se procura regressar à organização social que dele emana.

«Talvez por isso a questão das etnias veio a tornar-se tão importante aos olhos dos observadores exteriores, ela que, porventura, nunca terá deixado de

ser importante.

«O fenómeno religioso é um pouco da mesma ordem: é um factor de compensação, cria espaços de solidariedade ideológicos e até materiais, dada a gravidade da situação e a incapacidade do Estado em a alterar.

«Na Guiné-Bissau há hoje um novo despontar de fenómenos místicos muito marcados pela inserção étnica, por exemplo.

«As Igrejas, Católica e protestante, têm uma larga tradição de implantação em África. Dado o papel que uma e outras desempenharam, as protestantes beneficiam até, por vezes, da simpatia dos Estados. Muitos dirigentes africanos foram formados em missões protestantes. Veja-se, aliás, a importância actual das diversas frentes protestantes na África do Sul, na luta contra o regime racista.

«A Igreja Católica, por seu lado, parece muitas vezes insensível às grandes questões que se põem aos povos: só se torna subitamente sensível quando lhe entram em casa, quando há catequistas, missões, comunidades católicas que são afectadas directamente. Então sim, **Aqui d'El-Rei!** É exactamente o que se passa em Timor-Leste.

Aí terá havido, por parte dos sectores eclesiais, uma sensibilidade genérica ao problema dos direitos humanos, mas o facto é que o genocídio teve lugar durante anos perante o quase silêncio da Igreja. De repente são afectados eclesiais, e a Igreja sente o perigo iminente da islamização do território por parte da Indonésia. Está em causa a identidade religiosa de uma parte de Timor, e então, finalmente, a Igreja reage. Tem sido, infelizmente, um reflexo frequente, este.

Mas em Angola, por exemplo, a Igreja é alvo da hostilidade ideológica do regime e da hostilidade da Unita, que chega a raptar destacadas personalidades eclesiais para aumentar o eco internacional das suas acções e para forçar o Vaticano a envolver-se directamente nas negociações com ela...

Esta última questão tinha sido suscitada pelo anúncio público recente, pela Igreja Católica, de que poderia servir de mediadora em contactos entre dirigentes angolanos e da Unita. É fácil concluir, da resposta de Luís Moita, que ele não considera que qualquer das partes reconheça o interesse ou sequer a legitimidade dessa mediação...

TRIBUNAL DE 1.ª INSTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DE LISBOA - 1.º JUÍZO

ARREMATACÃO 1.ª Praça

Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 25 de Julho de 1986, às 10 horas, neste Tribunal - R. Braamcamp, 5 - 4.º Lisboa, vão à praça os bens abaixo indicados, penhorados a MANUEL RAFAEL GROSSISTA MATERIAL ELÉCTRICO, LDA., com sede na Trav. do Forno n.º 7-A - Lisboa, no proc.º executivo n.º 8640/83.

BENS PENHORADOS

Verba única - O direito ao arrendamento e trespasse do escritório sito na Av. António Augusto de Aguiar, 148 - 3.º C (fracções C e D), sendo paga a renda mensal de 51 920\$00 e respectivo recheio composto de uma máquina fotocopiadora XEROX 3100 n.º 261 534, 1 quadro didax 0,90 m x 1,20; 1 armação, digmo, mesa de armação metálica e tampo em madeira «Cortez»; 1 cadeira cortez e 6 cadeiras de plástico, a que se atribui o valor de 10 000 000\$00.

São citados quaisquer credores incertos ou desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 7 de Julho de 1986.

O JUIZ DE DIREITO
João Cordeiro Dias
O ESCRIVÃO
José Henriques

DL-15/7/86 - 2.ª Pub.

TRIBUNAL DE 1.ª INSTÂNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS DE LISBOA - 1.º JUÍZO

ARREMATACÃO 1.ª Praça

Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 25 de Julho de 1986, às 10 horas, neste Tribunal - R. Braamcamp, 5 - 4.º Lisboa, vão à praça os bens abaixo indicados, penhorados a MANUEL RAFAEL GROSSISTA MATERIAL ELÉCTRICO, LDA., com sede na Trav. do Forno n.º 7-A - Lisboa, no proc.º executivo n.º 8640/83.

Verba única - O direito ao arrendamento e trespasse do escritório sito na Travessa do Forno n.º 7-A, sendo paga a renda de 19 375\$00 e respectivo recheio composto por: 1 secretária em madeira c/ tampo forrado a napa; 1 mesa de máquina de escrever em madeira forrada a napa preta; 1 cofre monobloco c/ segredo de 4 combinações marca JOTOCAR-FICHET; 1 armário em madeira c/ 3 gavetas, portas de vidro e prateleiras; 3 máquinas de calcular marca ADLER c/ os n.ºs 71 616 674, 67 418 361 e 706 841 113, respectivamente; cinco cadeiras giratórias c/ 3 pés metálicos e forradas a napa preta, a que foi atribuído o valor total de 4 500 000\$00.

São citados quaisquer credores incertos ou desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 7 de Julho de 1986.

O JUIZ DE DIREITO
João Cordeiro Dias
O ESCRIVÃO
José Henriques

DL-15/7/86 - 2.ª Pub.

TRIBUNAL DO TRABALHO

LISBOA ANÚNCIO

Faz-se saber que pela 1.ª Secção do 15.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm seus termos uns autos de acção declarativa, com processo comum sumário, emergentes de contrato individual de trabalho, registados sob o n.º 46/85, em que são: — autora Dina Aurora Alves Lopes, residente na Alameda 25 de Abril Bloco C n.º 27-5-B em Miraflores, e ré Jerónimo & Ferreira, Lda., com última sede conhecida na Quinta da Varejeira Lote A n.º 17 em Miraflores, e neles correm editos de Trinta Dias, contados a partir da publicação do 2.º e último anúncio, citando a ré para, no prazo de Oito Dias findo o dos editos, contestar a acção que lhe move a autora, sob pena de, não o fazendo, ser imediatamente condenada no pedido, bem como para, no mesmo prazo, contestar, querendo, o pedido de assistência judiciária formulado pela autora no seu requerimento inicial.

E, que o duplicado da petição inicial se encontra, nesta Secção de Processo, à disposição da citanda.

Lisboa, 6 de Junho de 1986

O Juiz de Direito
a) Arnaldo Moreira da Costa
O Escrivão Adjunto
a) António Luís Miranda

D.L. 15/7/86-1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

16.º JUÍZO PROC. N.º 3911

ANÚNCIO

O DOUTOR ROGÉRIO SAMPAIO BEJA, JUIZ DE DIREITO DA 3.ª SECÇÃO DO 16.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

FAZ SABER QUE, por este Juízo e Secção, nos autos de ACÇÃO ORDINÁRIA que «OTIS - Elevadores, Lda.» movem contra «CONSEL - Cooperativa Nacional de Elevadores, SCARL», com a última sede conhecida na Rua Morais Bernardino, n.º 2-2.º Esq.º - CASAL DE CAMERA, SINTRA, e actualmente em parte incerta, correm editos de 30 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando aquela Ré para, no prazo de vinte dias, findos os dos editos, contestar querendo a presente Acção que lhe é movida pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que, nesta Secção, fica à disposição da citanda, sob pena de, não contestando, se considerarem confessados os factos, articulados pelo Autor no já citado requerimento inicial.

Para constar se lavraram três editais e o anúncio que vão ser respectivamente afixados e publicados.

Lisboa, 27 de Junho de 1986.

O JUIZ DE DIREITO,
(assinatura ilegível)
O ESCRIVÃO DE DIREITO,
(assinatura ilegível)

DL-15/7/86 - 2.ª Pub.



DR. MANUEL JOÃO DOS SANTOS AFONSO FARMHOUSE

FALECEU

João Alberto, Maria da Nazareth, Maria Margarida, Maria Teresa, Carlos Manuel, Maria Leonor, Maria Helena e Jorge Afonso e suas famílias e restantes familiares, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de seu querido pai e parente e que o funeral se realiza amanhã dia 16 às 9 horas, saindo da Igreja dos Jerónimos, onde o corpo se encontrará depositado a partir das 20 horas de hoje, para o cemitério da Ajuda.

AGÊNCIA MAGNO — TELEF. 53 41 67

Pressão de Madrid sobre a Salvador Caetano

Autocarros portugueses condicionados à incorporação de componentes espanhóis

A empresa Salvador Caetano não está interessada em fabricar autocarros portugueses com componentes espanhóis «Pegaso» e depois exportá-los para Espanha, disse o administrador-delegado da empresa.

Abreu Teixeira afirmou à Anop que a empresa produz actualmente autocarros de passageiros, com componentes mecânicos importados da empresa alemã-federal Man, tendo procurado exportá-los para Espanha.

No entanto, o administrador-delegado da Salvador Caetano considera que a Espanha tem «imposto entraves proteccionistas à livre importação dos autocarros, o que contraria o estipulado no tratado de adesão de Portugal à CEE».

A administração da Salva-

dor Caetano vai reunir-se quarta-feira, no Porto, com representantes da empresa pública espanhola Enasa — produtora de chassis de autocarros e camiões Pegaso — para estudar a possibilidade da empresa portuguesa vir a utilizar componentes espanhóis, facto que é considerado «não negociável» por meios ligados à empresa nacional.

Fontes empresariais disseram que «o governo espanhol pretende através da Enasa que a empresa Salvador Caetano deixe de fabricar autocarros de passageiros com componentes mecânicos alemães-federais Man e passe a produzi-los com material Pegaso».

No fundo, trata-se de uma forma de pressão por parte do governo espanhol, através de uma empresa pública, de pro-

curar que a Salvador Caetano possa exportar autocarros para Espanha, mas apenas fazendo-o se importar componentes deste país, acrescentaram.

Esta posição, frisam, «não é aceite pela administração da empresa portuguesa, que tem já prontos 20 autocarros para exportar para Espanha e até final do ano terá prontos mais 60 unidades, encomenda que é avaliada em um milhão de contos».

O administrador-delegado Abreu Teixeira, disse que «os autocarros da empresa, a exportar para a Espanha, têm uma componente nacional de cerca de 64 por cento, enquanto que, se a firma portuguesa aceitasse utilizar componentes mecânicos Pegaso, em detrimento do contrato com a em-

presa Man, a incorporação ibérica seria entre 90 a 95 por cento».

Entretanto, meios empresariais afirmaram que a Salvador Caetano não está interessada no projecto da Enasa e sustentam que a empresa portuguesa «não vai rescindir o contrato que tem com a empresa alemã-federal Man».

Para estes empresários, a tentativa pela parte espanhola de negociar um novo projecto, que rejeita o acordado primeiramente estabelecido com a Man, «é inaceitável».

Se a administração da firma Salvador Caetano «não vir qualquer interesse» nas negociações que se iniciam quarta-feira, «vamos apresentar queixa na Comunidade Europeia contra o governo espanhol por não permitir a entrada de autocarros de passageiros em Espanha, como estipula o tratado de adesão de Portugal à CEE».

FMI prolonga

negociações

com Moçambique

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que desde há uma semana mantém consultas com as entidades moçambicanas decidiu prolongar as conversações por mais cinco dias, informaram fontes citadas pela agência de informação de Moçambique.

Segundo a mesma fonte, o prolongamento das negociações deve-se à vastidão dos temas tratados e também ao facto de pela primeira vez estar a ser analisado um programa concreto de medidas.

As consultas conjuntas debruçaram-se sobre os dados macroeconómicos do País, tendo também sido feita uma análise detalhada da situação económica e financeira de Moçambique.

A partir de hoje, as negociações deverão centrar-se na definição da estratégia para a reabilitação económica, cujo foco central é o apoio externo para a dinamização da agricultura, indústria e transportes.

Amanhã de tarde

Barcos do Barreiro voltam a parar

Os barcos Lisboa — Barreiro da CP paralisaram esta manhã e estarão de novo parados na quinta-feira, das 5h00 às 10h00 e quarta e sexta-feira das 15h00 às 20h00.

Uma fonte sindical declarou que a greve visa pressionar a gerência da CP a aceitar as reivindicações dos trabalhadores no âmbito do regulamento de carreiras.

Quinta-feira a greve coincide com a decretada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários, que também se prende com questões do regulamento de carreiras.

Esta manhã apenas circulou um barco, o Pinhal Novo, entre os oito que asseguram as ligações entre Lisboa e o Barreiro.

Aprovados mais 213 projectos a financiar pelo FEDER

A Comissão Europeia aprovou ontem em Bruxelas mais 213 projectos portugueses candidatos ao financiamento por parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Os projectos em causa totalizam um financiamento comunitário de 27,76 milhões de ECU (cerca de 4 milhões de contos), incidem no domínio das infra-estruturas e têm origem nas autarquias locais.

A Região Centro é agora compensada de insuficientes dotações anteriores, sendo-lhe aprovados 123 projectos, correspondentes a um financiamento de 11,3 milhões de ECU (1,5 milhões de contos).

A Região Norte vê aprovados 57 projectos, de 5,52 milhões de ECU (cerca de 725 mil contos); a região do Algarve um projecto, de 1,32 milhões de ECU (145 mil contos) e a região da Madeira 13 projectos, de 6,32 milhões de ECU (800 mil contos).

Têm carácter multi-regional 19 dos projectos agora aceites pela Comissão Europeia, de cerca de 500 mil contos.

O projecto mais importante, dos agora aprovados, de acordo com a Comissão Europeia, é o da criação de infra-estruturas hidráulicas na zona de Dão-Lafões, região Centro.

Meio milhão de moedas de cem escudos em homenagem a Fernando Pessoa

O Banco de Portugal lançou ontem em circulação 505 mil moedas de 100 escudos comemorativas dos 50 anos da morte de Fernando Pessoa. 25 mil das moedas são para ser comercializadas pela Casa da Moeda.

A nova moeda tem 34 mm de diâmetro, 126,5 gramas de peso, com uma tolerância de 1,5 por cento no título e peso e bordo serrilhado.

Antiga empresa da secretária de Estado do Comércio Externo

Governo quer ressuscitar um nado-morto à custa da AGA e da EPAC

Está em curso a nível do Governo uma manobra tendente a fazer sobreviver e activar um nado-morto, a Tradingpor, à custa dos recursos e do sangue das duas empresas públicas, a EPAC e a AGA.

A denúncia destas manobras foi feita pela Comissão de Trabalhadores da AGA-Administração Geral do Açúcar e do Alcool, que explicou a necessidade de se dirigir directamente à opinião pública pelo facto de ser impossível dialogar com o ministro da Indústria e com a secretária de Estado do Comércio Externo.

A Tradingpor, segundo a comissão de trabalhadores da AGA, é uma sociedade que foi dirigida, até à entrada para o actual Governo, pela secretária de Estado do Comércio Externo. Mas trata-se de um nado-morto pois, por incompe-

tência de gestão, só deu prejuízos e nunca teve qualquer papel importante no comércio externo, para que estaria em princípio vocacionada.

Agora o Governo pretende atribuir-lhe uma fatia da competência da EPAC e da AGA, afectando-lhe recursos e funções facilmente rentáveis, e desmembradas daquelas duas empresas públicas.

«Sendo a AGA uma empresa com sólida situação económico-financeira, com excelente imagem nos mercados interno e externo, com um volume de vendas da ordem de 20 milhões de contos e com resultados dos exercícios superiores a meio milhão de contos, não se compreende como o secretário de Estado da Alimentação, que nada tem a ver com a tutela da AGA, elabore um surpreendente projecto em que, para ten-

tar salvar a Tradingpor, sociedade sem qualquer projecção nos meios comerciais, tenta optar pelo desmembramento de importantes sectores de duas empresas públicas (EPAC e AGA) — acentua um comunicado da referida comissão de trabalhadores.

A AGA tem sido uma empresa altamente rentável e obteve em 1985 o melhor resultado dos últimos seis anos apesar de lhe ter sido retirado o exclusivo na importação de ramas de açúcar.

A AGA tem um importante conjunto de actividades na economia nacional e estudos recentes colocam-na em quarto lugar segundo o volume de vendas entre as 50 maiores empresas comerciais e em 17.º lugar dentro das 250 maiores empresas portuguesas de todos os ramos de actividade.

Isentos do IVA os transportes para as Regiões Autónomas

O transporte de mercadorias entre as Regiões Autónomas e entre estas e o Continente passa a estar isento de IVA nos termos de um diploma ontem publicado na folha oficial.

O decreto isenta igualmente de imposto diversas manifestações culturais levadas a cabo por associações de cultura e recreio sem finalidade lucrativa, incluindo a cedência de bandas de música, sessões de teatro e o en-

sino do «ballet» e da música.

As alterações agora introduzidas no código do Imposto sobre o Valor Acrescentado visam, segundo se lê no preâmbulo do diploma, a correcção e ajustamentos de situações que a experiência colhida nestes primeiros meses de funcionamento do imposto tornou «aconselháveis».

Na área dos transportes, estabelece-se a isenção para o trans-

porte de mercadorias entre as ilhas que compõem as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e entre estas e o Continente e vice-versa, tendo em atenção que o tratado de adesão de Portugal às Comunidades Europeias permite que se equipare aquele transporte a um transporte internacional.

O diploma determina, igualmente, a simplificação de alguns

procedimentos administrativos associados ao imposto.

Revoga, nomeadamente, a obrigatoriedade para os sujeitos passivos de fazerem prova antecipada do pagamento do imposto sempre que pretendam obter empréstimos ou efectuar outras operações activas junto das instituições de crédito ou quando forneçam bens e serviços a organismos do Estado ou equiparados.

COTAÇÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade)	
	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	43\$05	49\$05
ALEMANHA FED. (marco)	68\$00	69\$20
ÁUSTRIA (xelim)	9\$60	9\$80
BÉLGICA (franco)	3\$141	3\$341
BRASIL (cruzado)	4\$00	6\$50
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	107\$80	109\$30
(notas de 5 a 1000)	108\$30	110\$80
DINAMARCA (coroa)	18\$15	18\$55
ESPAÑA (peseta)	1\$038	1\$158
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	148\$60	152\$10
(notas de 5 a 100)	149\$10	152\$60
FINLÂNDIA (marka)	29\$25	29\$45
FRANÇA (franco)	21\$15	21\$85
HOLANDA (florim)	60\$35	61\$45
IRLÂNDIA (libra)	205\$00	209\$00
ITÁLIA (lira)	\$091	\$101
JAPÃO (iene)	\$901	\$936
NORUEGA (coroa)	19\$40	19\$90
REINO UNIDO (libra)	221\$20	225\$70
SUÉCIA (coroa)	20\$75	21\$25
SUÍÇA (franco)	83\$30	84\$80
VENEZUELA (bolivar)	6\$05	7\$05

Observações:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

PESSOAS E FACTOS

Prémios RTC-1986

McCann-Erickson/Hora foi a agência mais distinguida

Depois de ter conquistado o Grande Prémio RTC-85 com o anúncio «Cidade Amarela», a McCann-Erickson/Hora foi este ano a agência de publicidade mais distinguida com os prémios «RTC-86».

Aquela Companhia alcançou quatro galardões: o 1.º Prémio na categoria de «Serviços», com o anúncio «Livro Amarelo», filme publicitário que concebera e realizara para o seu cliente Imprimarte — Páginas Amarelas; menção honrosa, na mesma categoria, com o filme «Encomendas Postais», feito para os CTT; e ainda outra, na categoria «Alimentos», com o anúncio «Porto Offley», do seu cliente Martini&Rossi.

A McCann-Erickson/Hora conquistou ainda o Grande



Prémio RTC-86 por ter sido a agência com maior crescimento publicitário durante o ano de 1985. Depois de, no ano passado, ter alcançado alguns dos mais ambicionados galardões

em certames nacionais e internacionais, a McCann-Erickson/Hora prossegue este ano na mesma senda de progresso, sendo há vários anos, leader nacional do mercado publicitário.

Energia Solar afirma-se em Portugal

A «SOLCAP — Captação de Energia Solar, Lda.», promoveu, no dia 11 do corrente, um Encontro Nacional de Agentes, em Sintra.

A «SOLCAP», que é líder do sector em Portugal, igualou no primeiro semestre deste ano a sua facturação de 85, sendo neste momento a única fábrica de energia solar do país a produzir colectores solares selectivos. Deste modo, a «SOLCAP» afirma-se como a primeira empresa produtora de equipamentos para a captação de energia solar, apresentando no mercado português os melhores produtos e serviços.

No Encontro, a «SOLCAP» fez um balanço das suas vendas a nível nacional e apresentou a campanha de promoção, a decorrer em todo o País, durante a época de Verão.

Transdata divulga Telepac

A Transdata levou a efeito na passada semana uma sessão especial de apresentação da Telepac para os órgãos de comunicação social. A Telepac, rede pública de comunicação de dados, é uma nova rede de telecomunicações, acessível em todo o país, destinada ao transporte rápido e seguro de informação entre equipamentos informáticos situados no território nacional ou no estrangeiro.

A existência desta rede, que entrou em funcionamento já há alguns meses, possibilitará igualmente o lançamento de uma série de serviços de natureza telemática, que os CTT/TLP têm já em fase avançada de preparação.

Entre estes serviços destaca-se o Videotex, que permite a exploração da informação armazenada (em suporte magnético) numa base de dados existente num computador remoto, através do diálogo interactivo efectuado com assinantes que dispõem, em casa ou no escritório, dos terminais adequados.



A Transpac é um consórcio formado pelos CTT e pelos TLP com a finalidade de explorar a Telepac.

EFACEC publica contas de 1985

«A EFACEC, S.A.R.L.» publicou o Relatório e Contas relativos ao exercício de 1985, onde consta que a empresa superou o clima depressivo que afectou a generalidade da actividade industrial e continuou o seu desenvolvimento segundo as orientações adoptadas: na modernização dos seus produtos; no reforço das actividades de electrónica, robótica, energias renováveis e tração eléctrica e no incremento das exportações.

O valor das encomendas recebidas em 1985 atingiu 13,3 milhões de contos, ultrapassando em mais de 50% o valor de 1984, enquanto que as vendas em 1985 atingiram 10,8 milhões de contos, representando um ligeiro aumento de volume relativamente aos 8,6

milhões de contos de 1984. Durante o exercício findo a EFACEC investiu 425 mil contos.

A produtividade global da Empresa, medida pelo quociente entre o VAB e o número total de efectivos disponíveis, aumentou de 3% entre 1984 e 1985.

Os investimentos destinados a aumentar a produtividade têm prosseguido, nomeadamente, o contínuo desenvolvimento e utilização dos meios informáticos. No final de 1985 a Empresa possuía já 71 terminais conversacionais e 16 impressoras. A conta de resultados apresenta um lucro líquido de 280 096 632\$40, sendo 220 mil contos para distribuição de dividendos.

«Codorniu» chega a Portugal

«Codorniu», o mais famoso vinho espumante natural produzido no país vizinho — e a marca mais vendida em todo o mundo —, chega a Portugal, pelas mãos de SILENO, que acrescenta, assim, mais uma «celebridade» à já extensa galeria de nomes internacionais que representa e distribui entre nós.

Preparando a sua entrada no mercado português e promovendo um estreitamento da relações comerciais e de amizade entre Codorniu e Sileno, efectuou-se uma convenção de

vendas em San Sadurni de Noya, Barcelona, para a qual foram convidados, a Sileno e seus principais clientes, bem como a Agência de Publicidade «BOOM», que fará o lançamento publicitário de «Codorniu» em Portugal.

A convenção decorreu de forma a proporcionar uma extraordinária motivação pelo novo produto no mercado português. A recepção incluiu uma visita às caves — cerca de 26 km de galerias subterrâneas onde envelhecem nobremente mais de 100 milhões de garrafas.

TAP assina protocolo com Câmara Municipal de Lisboa

A «TAP AIR PORTUGAL» e a Câmara Municipal de Lisboa, assinaram no dia 8 de Julho, com efectividade imediata, um Protocolo de cooperação mútua, do qual resultarão benefícios para o desenvolvimento do turismo em Portugal. O Protocolo institui vários procedimentos conjuntos, nomeadamente, a obrigatoriedade de consultas mútuas em todas as acções promocionais que tenham Lisboa como referência, e estabelece ainda a necessidade de implementar campanhas promocionais conjuntas, cujo objectivo último é o de motivar o desenvolvimento do tráfego turístico, de negócios e congressos, especialmente nas épocas baixas, de modo a atenuar os efeitos sazonais que se verificam actualmente.

O acordo agora assinado estabelece a colaboração directa da CML, cujos postos de turismo promoverão a distribuição de informação da «TAP AIR PORTUGAL», que, por sua vez, utilizará todos os seus postos de venda, designadamente no estrangeiro, para o suporte de acções promocionais a lançar em conjunto. Foi constituída, com o fim de executar este Protocolo, uma Comissão permanente — Câmara Municipal de Lisboa/TAP AIR PORTUGAL — que será composta por três elementos de cada uma das entidades e será presidida pelo Vereador do Pelouro do Turismo da CML e pelo Director Geral Comercial desta Transportadora.



TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA — 1.ª JUÍZO

Arrematação
3.ª Praça
Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 22 de Julho de 1986, pelas 15 horas, neste Tribunal — R. Brancamp, 5-4.º — Lisboa, vão à praça os bens abaixo indicados, penhorados a Imexmundo-Soc. Imp. e Exportação de Artigos Equipamentos Industriais, Lda com sede na Av. Defensores de Chaves, 85-5.º dt.º — Lisboa, no proc.º executivo n.º 1500/85.

Bens Penhorados
Verba única — Uma máquina de calcular electrónica, marca «Mach», mod. 821-PD, S/valor.

São citados quaisquer credores incertos ou desconhecidos da executada, bem como os sucessores dos credores preferentes

Lisboa, 7 de Julho/86

O Juiz de Direito
João Cordeiro Dias
O Escrivão
José Henriques

D.L. 15/7/1986

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 12.º JUÍZO

Proc.º 10 851

2.ª Secção

ANÚNCIO
FAZ-SE SABER QUE — por este juízo, 2.ª secção e autos de Execução Sumária que a COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO E.P. move contra BERNARDINO & FILHOS Lda, com sede na Estrada Principal — Casal de Cambra — Sintra, correm editos de vinte dias, contados da 2.ª e última publicação do anúncio, citando-se os credores desconhecidos da executada atrás referida, para no prazo de dez dias, decorrido que seja o dos editos, reclamarem, querendo, o pagamento dos seus créditos, pelo produto dos bens penhorados, desde que sobre os mesmos gozem de garantia real.

Lisboa, 30 de Junho de 1986

O Juiz de Direito
a) — António Manuel Martins Lopes
O Escrivão de Direito
a) — José São Pedro Catarino

D.L. 15/7/86 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CASCAIS

ANÚNCIO

No dia 13 de Agosto de 1986, às 10 horas, à porta deste Tribunal, nos presentes Autos de carta precatória n.º 3960 do 1.º Juízo - 2.ª Secção, em que é exequente Otilia Lima de Carvalho e executado Dr. Ângelo dos Santos residente na Estrada de Benfica, 450 - 5.º Dt.º, Lisboa, há-de ser posto em hasta pública, a fim de ser arrematado ao maior lance oferecido acima do indicado nos autos, o seguinte:

IMÓVEL

Prédio rústico, sítio em Lombos - Carcavelos, inscrito na matriz sob o n.º 39 - Secção 52-53 da 2.ª Secção. Descrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 7758 fls. 192 v.º do Livro B-22.

Cascais, 7 de Julho de 1986.

O JUÍZ DE DIREITO
a) Dr. José Simão Quelhas

O ESCRIVÃO ADJUNTO
a) Artur Pereira

DL-15/7/86 - 2.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ANADIA

ANÚNCIO 16/86 - Ac. Div.

Anuncia-se que na Acção de Divórcio Litigioso e que corre seus termos pela 2.ª Secção do 2.º Juízo da Comarca de Anadia, movida pela autora Maria Teresa Torres Pires Pato de Macedo, casada, professora do ensino oficial, residente em Sernadeiro - Mealhada, desta comarca, contra o réu LINO DE SOUSA MACEDO, casado que teve a sua última residência conhecida no País, no dito lugar de Sernadeiro - Mealhada, agora ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América, é este réu citado para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, contada da data da segunda e última publicação do respectivo anúncio, e cujo pedido da autora consiste em ser decretado o divórcio entre ela e o réu, declarando-se este como único culpado com as legais consequências. — O respectivo processo tem o n.º 16/86 e o duplicado da petição inicial encontra-se na Secretaria Judicial à disposição do réu.

Anadia, 8 de Julho de 1986.
O JUÍZ DE DIREITO,
Albino Gonçalves Loureiro
O ESCRIVÃO DE DIREITO
José Alves Lourenço

DL-15/7/86 - 2.ª Pub.

Caminhos de Ferro Portugueses - E. P.

12/86

Aviso ao Público CONCURSO

Até às 17 horas do dia 5 de Agosto de 1986, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um pavilhão no apeadeiro de Barcarena.

A anuidade mínima a oferecer é de 80 000\$00 e os concorrentes devem depositar, em qualquer estação da CP, a quantia de 13 400\$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

- Cacém
- Barcarena
- Região Suburbana de Lisboa
- LISBOA (Rossio)
- Serviço Comercial de Passageiros Estação de Santa Apolónia, 1.º andar LISBOA

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., Apartado n.º 2733, 1118 LISBOA CODEX, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

“Proposta para a instalação e exploração de um pavilhão no apeadeiro de Barcarena.”

Novos apelos a Nino Vieira

A Comissão «Direito e Justiça», secção portuguesa da Comissão Internacional de Juristas, enviou ontem um apelo ao Presidente de Guiné-Bissau para que não permita a execução da sentença de pena capital aplicada a 12 cidadãos guineenses. Também o bispo de Setúbal enviou um telegrama a Nino Vieira onde pede perdão para os condenados. Os doze réus condenados à morte por fuzilamento estiveram implicados numa tentativa de golpe de Estado em Outubro de 1985 e o seu julgamento terminou sábado.

Mitterrand contra privatização

O presidente francês, François Mitterrand, afirmou ontem que rejeitará assinar um decreto sobre a privatização de 65 companhias francesas, fazendo surgir perspectivas de uma discórdia com o governo de direita. Interrogado durante uma entrevista televisiva sobre se assinaria um decreto que será apresentado esta semana, Mitterrand afirmou: «na presente situação, certamente que não».

Prisão perpétua para espião

Um Tribunal norte-americano condenou segunda-feira o antigo agente do FBI Richard Miller a duas penas de prisão perpétua mais 50 anos e uma multa de 60 000 dólares, por espionagem a favor da União Soviética. O juiz David Kenyon deu aquela pena de duas vidas mais 50 anos depois de um júri ter considerado Miller culpado de seis acusações de espionagem e de corrupção.

Socialistas contra Andreotti

O primeiro-ministro italiano indigitado, Giulio Andreotti, iniciou conversações formais para a formação do governo, apesar da total oposição dos socialistas aos seus esforços. Andreotti, 67 anos, um veterano democrata-cristão que foi primeiro-ministro cinco vezes, começou consultas com os partidos depois de Cossiga lhe ter atribuído a semana passada aquele difícil mandato.

Refugiados em Berlim

BERLIM Ocidental anunciou que tinha atingido os limites da sua capacidade, ao absorver no fim-de-semana uma nova vaga de refugiados, da sua maioria do Médio Oriente, que entram na cidade através da RDA. Em Bona, um porta-voz governamental disse que o ministro alemão-federal dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, vai levantar o problema da vaga de refugiados que afluem ao Ocidente através de voos do Leste, nas conversações da próxima semana, em Moscovo, com o líder soviético, Mikhail Gorbachev.

Dezassete mortos

DEZASSETTE militares zimbabwianos morreram quinta-feira passada em consequência do despenhamento de um avião «Dakota» da Força Aérea do Zimbabue na província moçambicana de Manica — soube ontem a Anop de fonte oficial. O aparelho despenhou-se pouco depois de levantar voo do aeroporto de Chimoio (antiga Vila Perry), devido a «avaria técnica», segundo informação oficial.

Oposição mexicana contra fraude

MILHARES de apoiantes do Partido da Acção Nacional (PAN), da oposição mexicana, ocuparam segunda-feira duas pontes que fazem a ligação ao estado norte-americano do Texas, em protesto pela alegada fraude eleitoral nas eleições estaduais de Chihuahua. Líderes da Igreja afirmaram entretanto que os católicos estavam a ser convocados para os protestos pacíficos contra os métodos fraudulentos seguidos no processo eleitoral, depois de a Comissão de Eleições ter anunciado a vitória esmagadora do candidato apresentado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), no governo.

Grã-Bretanha propõe interdição de armas químicas

Uma proposta para a interdição de armas químicas será apresentada pela Grã-Bretanha na conferência de Genebra. O anúncio foi feito durante o último dia da visita do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros a Londres, classificada por funcionários britânicos e soviéticos como «positiva». Shevardnadze convidou Margaret Thatcher e Geoffrey Howe a visitarem Moscovo, tendo ambos aceiteado.

A Grã-Bretanha vai apresentar uma nova proposta destinada a obter uma interdição total de armas químicas que levará a um compromisso entre as posições dos EUA e da URSS na questão-chave da verificação, anunciaram ontem funcionários britânicos.

Adiantaram que as propostas, a serem apresentadas hoje à conferência de Desarmamento de Genebra, permitirá que qualquer signatário exija a inspecção em outro país das instalações capazes de produzir armas químicas.

Mas um Estado assim desafiado terá um direito limitado de recusa, desde que possa apresentar medidas alternativas que satisfaçam o desafio.

As negociações de Genebra iniciaram-se há cinco anos e a questão da verificação bloqueou o acordo entre o Leste e o Ocidente, com os Estados Unidos insistindo em medidas mais rígidas do que a União Soviética admitia.

Funcionários britânicos indicaram que as propostas de Londres destinavam-se a obter um compromisso, ao «encontrarem a meio caminho» a exigência soviética do direito à recusa.

Entretanto, a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, aceitou um convite entregue pelo ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, para visitar Moscovo numa data a ser acordada.

O convite foi entregue por Shevardnadze durante as conversações com Thatcher, que se prolongaram por mais de duas horas, quando estava prevista uma reunião apenas de hora e meia.

Shevardnadze também entregou à primeira-ministra britânica uma mensagem do líder soviético Mikhail Gorbachev sobre controlo de armamentos, cujo conteúdo não foi divulgado, tendo um porta-voz do 10 Downing Street afirmado que Thatcher responderá a ela em devido tempo e pelos canais normais.

Durante o encontro entre os dois dirigentes foram também debatidas as perspectivas de uma segunda cimeira entre o presidente norte-americano, Ronald Reagan, e Gorbachev. Funcionários soviéticos indicaram anteriormente terem sentido que a Grã-Bretanha podia utilizar a sua «relação especial» com os Estados Unidos para ajudar a criar o clima ideal para um tal encontro.

«Após este encontro, poder-se-ia dizer que as relações anglo-soviéticas estão completamente operacionais, depois de problemas recentes» — afirmou um funcionário britânico.

Reunião com Howe

«Construtivo, descontraído e pormenorizado» foram as expressões utilizadas por um porta-voz oficial britânico para descrever o encontro, segunda-feira, em Londres, entre os chefes da diplomacia da Grã-Bretanha e da União Soviética.

Para além da informação de que o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Geoffrey Howe, visitará a União Soviética em 1987, a convite do seu homólogo Eduard Shevardnadze, pouco mais transpirou deste encontro, além de que os dois negociadores concordaram na necessidade de estabelecer um regime mais regular de contactos bilaterais.

Sabe-se, contudo, que o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, a primeira individualidade soviética a visitar Londres após um interregno de visitas de cerca de 10 anos, fez do controlo de armamentos o ponto mais relevante da sua agenda com os líderes britânicos.

Shevardnadze deslocou-se de helicóptero desde Londres até à residência de campo oficial do seu homólogo britânico, sir Geoffrey Howe, para manterem conversações.

A sua chegada, o ministro soviético disse aos jornalistas

que esperava uma resposta da Grã-Bretanha às últimas propostas de Moscovo sobre controlo de armas. «Para nós é importante sabermos qual a posição da Grã-Bretanha», declarou Shevardnadze.

As últimas propostas do Kremlin defenderam cortes substanciais nos mísseis estratégicos em troca de a Iniciativa de Defesa Estratégica norte-americana, conhecida por «Guerra das Estrelas», ser limitada.

Salt-2

O presidente norte-americano, Ronald Reagan, aceitou a petição soviética para uma reunião especial sobre o tratado Salt-2 — anunciaram fontes da Casa Branca.

A União Soviética tinha pedido uma reunião da comissão de consultas para 22 de Julho a fim de discutir o anúncio de Reagan, feito em 27 de Maio, de que não se sentia vinculado pelo tratado, assinado por ambos os países em 1979, mas não ratificado pelo Senado norte-americano.

Entretanto, cientistas representando 35 nações encontraram-se com Mikail Gorbachev e entregaram-lhe uma delaração que apela às duas superpotências para proibirem testes nucleares, anunciou a agência Tass.

O cientista italiano Giovanni Martini-Betolla entregou a declaração adoptada por unanimidade no fim de uma reunião de três dias de cientistas sobre proibição de testes nucleares, disse aquela agência noticiosa.

Na sequência do atentado de Madrid

Grupo basco anuncia retaliações contra refugiados

Um chamado Grupo José António — Batalhão Basco Espanhol ameaçou executar, a partir de terça-feira, um refugiado basco dia sim dia não, até um total de 10, como represália pelo atentado de Madrid.

Num comunicado enviado à France Press em Bordéus, o «Batalhão» declara que as execuções principiam às 9 e 45 locais de terça-feira (8 e 45).

A Polícia do departamento francês de Pau, Pirinéus Atlânticos, encontra-se em estado de alerta total, a fim de evitar repercussões do atentado de ontem de manhã em Madrid.

Com a morte de um guarda civil que se encontrava hospitalizado, elevou-se para nove o número de membros daquela corporação que faleceram

em consequência da explosão de um carro armadilhado em Madrid. O atentado, que ocasionou ainda ferimentos em 56 pessoas, foi atribuído pela Polícia à organização separatista basca ETA-Militar, numa aparente retaliação pela explosão de França do líder máximo do grupo.

Conforme ontem noticámos, a bomba, colocada numa carrinha estacionada fez explodir um autocarro, transportando 50 guardas civis, quando o veículo passava junto de uma praça, num bairro residencial.

Entretanto, continuam internados trinta e dois guardas civis, dos quais cinco em estado crítico. O presidente da Câmara de Madrid, José Baranco, pediu aos madrilenos que ao meio-dia de hoje inter-

rompessem as suas actividades e guardassem três minutos de silêncio em homenagem às vítimas deste atentado mais mortífero da ETA-Militar depois do ocorrido na Calle del Correo, ainda no tempo de Franco, em que morreram 14 pessoas.

O atentado de ontem foi condenado duramente por todas as forças políticas do país, à excepção do Partido Harri Batassuna, considerado o braço político da ETA. No entanto, a acção de ontem não foi ainda reivindicada.

Por se supor que o atentado tenha sido uma acção de retaliação contra a expulsão de França de um dirigente da ETA, os representantes franceses em Espanha foram aconselhados a adoptarem medidas especiais de prevenção.

Os diplomatas deixaram de usar automóveis com matrículas diplomáticas para utilizar as espanholas normais.

O atentado deu-se na véspera da constituição das Cortes Gerais resultantes das eleições legislativas do passado dia 22 de Junho.

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção N.º 64 828 «APERFEIÇOAMENTOS EM OU RELATIVOS AO VAZAMENTO DE METAL».

Trata: CLARKE, MODET & C., LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201-3.
Esq.
1000 — LISBOA

Professores ao lado dos "infantes"

A Federação Nacional de Professores (FENPROF) manifesta, em comunicado distribuído à Imprensa, a sua solidariedade para com os jogadores da selecção nacional de futebol que foram alvo de sanções disciplinares por parte da Federação Portuguesa de Futebol (FPF). Classificando as suspensões impostas aos oito «infantes» como um acto de «prepotência e autoritarismo», a FENPROF coloca-se na disposição para acções de «defesa da dignidade e do profissionalismo» dos jogadores, numa luta que entende ser contra o «compadrio e a incompetência que domina a FPF». É tempo de acabar com feudos de ilegalidade e desrespeito por regras mínimas de justiça e conveniência democrática — lê-se no comunicado.

A FENPROF exige, no mesmo comunicado, que «as arbitrariedades cometidas sejam anuladas e que seja promovido um inquérito rigoroso e imparcial sobre os acontecimentos no México, que reponham a verdade e a justiça punindo se for caso disso quem o merecer».

Os professores alegam (ainda) a uma decisão da FPF de suspender oito futebolistas é «inaceitável num estado que se pretende de direito e democrático».

Académico de Viseu sem técnico

Alegando que a direcção presidida por José Oliveira não cumpriu o que estava planeado, o técnico Idalino de Almeida despediu-se do Académico de Viseu.

Manuel Oliveira critica Setúbal

Manuel Oliveira (agora técnico do Barreirense) comentando o actual momento do Vitória de Setúbal:

Se eu lá continuasse, o Vitória ainda estava na 1.ª divisão. Quando eu saí a equipa estava no 8.º lugar e a subir de rendimento. Pode ser que as pessoas agora repensem a sua forma de estar e a despromoção constitua um passo em frente, em termos futuros, concluiu o técnico. As quedas têm sempre o factor benéfico de nos obrigar a levantar.

António Pinto: taviense dopado

António Pinto, profissional de ciclismo que tem envergado as cores do Távira/Staad Custódio/Bicicletas Esmaltina/Caves Bolido, foi considerado «dopado» numa etapa do Grande Prémio Jornal de Notícias, pelo que não deverá poder alinhar na próxima Volta a Portugal.

Laffite: situação estacionária

O piloto francês de Fórmula Um, Jacques Laffite, que fracturou (no domingo) ambas as pernas e a pélvis, no Grande Prémio de Inglaterra, vai ficar hospitalizado em Londres pelo menos até 5.ª-feira. «O estado geral de Laffite é bom e ele apresenta-se animado e mesmo divertido», disse um informador do hospital.

Laffite (42 anos) foi vítima de um acidente em Brands Hatch, quando o seu carro foi embater de forma violenta nos raios de protecção da pista e não voltará a competir na Fórmula Um.

O primeiro acidente grave de Laffite na Fórmula Um ocorreu no próprio dia em que igualava o recorde do britânico Graham Hill, que participou em 176 Grandes Prémios. O decano dos pilotos de Fórmula Um tinha afirmado, recentemente, que queria atingir as 200 presenças.

Futebol americano: plano antidogra

A Liga Nacional de Futebol dos Estados Unidos decidiu não subscrever, de momento, o programa de detecção do consumo de drogas pelos jogadores, que prevê sanções que vão até à irradiação dos implicados. O plano foi anunciado dez dias depois da morte por consumo de cocaína do jogador Don Rogers.

O programa prevê a realização de três análises de surpresa durante as concentrações de pré-temporada, com sanções (no caso de resultados positivos) que vão de 10 a 30 dias de suspensão nas duas primeiras vezes e de irradiação na terceira.

Acácio na montanha

Acácio da Silva desceu um lugar na tabela geral, mas manteve a distância que o separa do «camisola amarela», após a 11.ª etapa da Volta à França em Bicicleta. Acácio da Silva encontra-se agora na 54.ª posição, a 7.13 minutos do dinamarquês Joergen Pedersen.

Ontem, o belga Rudy Dhaenens bateu o holandês Mathieu Hermans e o francês Laurent Biondi, no «sprint» final para vencer a 11.ª etapa do «Tour». Dhaenens (25 anos) membro da equipa «Hitachi», percorreu a mais longa etapa do Tour (258,5 km) entre Poitiers e Bordéus no tempo de seis horas 12 minutos e 40 segundos. Hermans foi credi-

tado com o mesmo tempo, enquanto a Biondi foram atribuídos mais dois segundos. A seguir (com mais nove segundos que o vencedor) chegou o pelotão, com o inglês Sean Yates à frente.

O dinamarquês Joergen Pedersen manteve a camisola amarela, pelo 5.º dia consecutivo. O francês Joel Pelier é 2.º (a 1.03 minutos) o irlandês Stephen Roche é 3.º (a 1.05) e Bernard Hinault, cinco vezes vencedor do «Tour», continua no 4.º lugar (a 1.10 do «líder»).

Hoje disputa-se a 12.ª etapa, a primeira de alta montanha, antes da qual haverá uma neutralização. Os corredores viajam de Bordéus para Bayone (cerca de

190 quilómetros) para partirem daqui para um tirada de 217,5 km, até Pau, com difíceis escaladas.

Elas

A holandesa Connie Meijer venceu ao «sprint» a 4.ª etapa da «Volta a França» para o sector feminino, ao cobrir os 127 quilómetros da tirada no tempo de três horas e 5,29 minutos. A italiana Maria Canins conservou a «camisola amarela» da prova, tendo agora um total de nove horas e 36,48 minutos, com um avanço de 22 segundos na geral sobre a norte-americana Betsy King.

Polónia, China, Suécia e Inglaterra na "Sportinguíada" de ginástica

De amanhã até sábado, no Pavilhão Carlos Lopes (Lisboa), decorre a 3.ª Sportinguíada Internacional, da Ginástica de Alvalade. Por norma, o festival realiza-se a partir das 21 horas mas está também prevista uma sessão às 15 e 30 no último dia.

Cerca de 2200 atletas tomam parte nos festejos da ginástica do Sporting. De Bragança ao Algarve alguns dos clubes mais representativos da ginástica nacional aderiram à mais mar-

cante iniciativa da ginástica de grupo que se realiza em Portugal: mais de trinta clubes em desfile.

Quanto ao Sporting, todas as classes de topo, com realce especial para Senhorinhas. Especial de Homens. Debutantes. Senhoras-Seleção. Classe Mista. Acrobática. Tarzans. Acrobática Desportiva e Jazz.

As representações estrangeiras são provenientes da China, Polónia, Inglaterra e Suécia.

Os chineses mandam até nós o par feminino classificado em 2.º lugar dos campeonatos nacionais. Wang Li e Zhang Xiu-Rong e o par misto 3.º classificado, ela, Chen Fu-Rong e, ele, Li Ya-Gui. Os polacos fazem-se representar por um par feminino e outro misto, em ginástica acrobática. Os ingleses trazem um grupo masculino de destreza no solo, saltos de tapete e mini-trampolim. Finalmente, os suecos anunciaram a vinda de um grupo rítmico feminino.

Amélia Domingues com "boa vontade"

A portuguesa Amélia Domingues ocupa a 7.ª posição (após a 3.ª regata), da prova de vela, classe 470, dos Jogos da Boa Vontade, em Moscovo. A velejadora portuguesa soma 38,7 pontos.

Comanda a competição a canadiana Helmsman Caren Johnson (zero pontos), seguida da soviética Larisa Moskalenko (11,7) e da alemã-democrática Peggy Harwiger (19). Nos lugares imediatos estão: 4.ª, Pease Herndon, EUA (21,4); 5.ª, Ester Harangyi, Hungria (32); 6.ª, Wieslawa Hszowanska, Polónia (34,7).

Mundial de basquetebol: URSS e Brasil em frente

Com os seus triunfos de ontem, União Soviética e Brasil garantiram a passagem à fase final do Campeonato do Mundo de basquetebol sénior masculino, pelo grupo «A», que decorre em Barcelona. No grupo «B» (em Oviedo) tudo ficou para decidir hoje, na derradeira jornada, com dois encontros decisivos: Itália-Argentina e Estados Unidos-Jugoslávia.

Resultados da segunda ronda da fase semifinal do campeonato: Grupo «A», em Barcelona: União Soviética-Espanha, 88-83; Cuba-Grécia, 74-66; Brasil-Israel, 90-75.

Classificação actual: 1.º URSS, 8 pontos; 2.º Brasil, 8; 3.º Espanha, 6; 4.º Israel, 6; 5.º Cuba, 5; 6.º Grécia, 4. Terceira e última jornada (hoje) da fase semifinal, Grécia-Israel União Soviética-Brasil.

Grupo «B», em Oviedo: Jugoslávia-Itália, 102-76; Estados Unidos-Canadá, 77-65; Argentina-China, 97-80. Classificação actual: 1.º Jugoslávia, 8 pontos; 2.º Estados Unidos, 7; 3.º Argentina, 6; 4.º Itália, 6; 5.º Canadá, 5 e 6.º China, 4. Terceira e última jornada: Itália-Argentina, Jugoslávia-EUA e Canadá-China.

Microscópio

Deficientes valem ouro

Portugal obteve sete recordes mundiais nos Campeonatos Mundiais de Deficientes de Paralisia Cerebral, que tiveram lugar na Bélgica para 400 atletas em representação de 21 países. A selecção portuguesa constituída por 23 elementos, conquistou 42 medalhas, 15 de ouro, 13 de prata e 14 de bronze e os recordes do mundo em ciclismo (2), lançamento de precisão, lançamento à distância e atletismo (400 e 800 metros em pista) classes 7 e 8.

Ginástica portista

O Futebol Clube do Porto venceu os Campeonatos de Conjuntos «A» de ginástica rítmica desportiva. Em 2.º lugar classificou-se o Sport Al-gés e Dafundo.

Tiro na Ota

Sob a égide do Conselho Internacional dos Desportos Militares, decorrerá em Agosto o 26.º Campeonato do Mundo de Tiro, para o qual já se encontram inscritos atiradores

da Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Kuwait, Noruega, Holanda, Qatar, RFA, Suíça e Portugal. As provas femininas terão lugar na Base Aérea, em 4 de Agosto, a partir das 13 e 30.

Medicina desportiva em conclave

Na Murtosa, efectuaram-se as 3.ªs Jornadas de Medicina Desportiva, iniciativa que teve a colaboração de alguns dos principais médicos dos nossos clubes profissionais de futebol.

Ténis no Jamor escolhe selecção

O Grande Prémio «Pepsi-Cola» em Ténis, prossegue até sábado, nos «courts» do Estádio Nacional (Jamor) com a disputa dos Campeonatos Nacionais de Juniores entre os jovens tenistas previamente apurados a nível distrital.

Quarenta e sete rapazes e 21 meninas vindos de todo o País encontram-se no Centro de Estágio da Cruz Quebrada. A estada é custeada pela «Pepsi-Cola», enquanto os transportes no continente foram oferecidos pela Rodoviária Nacional.

Lisboa e Porto constituem as representações mais numerosas, com 24 e 18 atletas, respectivamente. Participam ainda nesta 2.ª fase do Grande Prémio jovens tenistas de Castelo Branco, Leiria, Setúbal, Faro, Oliveira de Azeméis, Vila Real, Braga, Santarém, Évora, Portalegre, Funchal e Ponta Delgada.

Os dois primeiros classificados em singulares masculinos, tal como a campeã e vice-campeã nacionais, representarão Portugal nos próximos Campeonatos Europeus, a disputar no Jamor, de 28 de Julho a 3 de Agosto. Este campeonato inclui ainda provas de todas as variantes pares: masculinos, femininos e mistos.

França veleja melhor

A França tornou-se pela 2.ª vez, campeã mundial de vela na classe «Optimist», com seis vitórias, depois de analisados protestos apresentados após a última regata da competição, na localidade espanhola de Girona. Portugal classificou-se em último lugar, sem vitórias.

Classificação final: 1.º, França, 6 vitórias; 2.ª, Itália, 5; 3.ª, Argentina, 5; 4.ª, Espanha, 5; 5.ª, Finlândia, 3; 6.ª, Suécia, 2; 7.ª, Noruega, 1; 8.ª, Brasil, 1; 9.ª, EUA; 10.ª, Grécia; 11.ª, Uruguai; 12.ª, Holanda; 13.ª, Dinamarca; 14.ª, Jugoslávia; 15.ª, Senegal; 16.ª, Portugal.

Mundial de Vaurien

Apenas cinco equipas portuguesas estarão presentes no próximo «Mundial» de vela da classe «Vaurien», a decorrer na Suíça, de 2 a 8 de Agosto próximo. As cinco tripulações que se deslocarão a Biel (Suíça) são as seguintes: Seniores — António Silva / Miguel Ferreira (Clube Oriental de Lisboa); Fernando Cruz / Pedro Cruz (Clube Naval de Almada); Manuel Sequeira / José Padinha (Clube Desportivo da Cimpôr); Manuel Soares / Ana Campos (Sport Clube do Porto); Juniores — João Barreto / Nuno Barreto (Clube Desportivo da EDP). As tripulações seniores deslocam-se à Suíça a expensas próprias, já que a Federação apenas subsidiará, com 120 contos, a tripulação júnior.

Na sua agenda

HÓQUEI EM PATINS: hoje, pelas 21 e 30, no Pavilhão de Alvalade, Sporting e Sanjoanense disputam o 3.º lugar do Campeonato Nacional.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FUNDÃO

ANÚNCIO

(Duas publicações)

— Na execução Ordinária que a Sociedade Portuguesa do Ar Líquido SARL, move à executada António Santos Marques & Filho Lda, com sede no Fundão, correm editos de VINTE DIAS, contados da 2.ª publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos da executada, para no prazo de DEZ DIAS, decorridos os editos, reclamarem os seus créditos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados, que são as quotas da executada nas firmas

«Decorbeiras Lda» e Antunes Belchior & Santos Lda, nos termos do art. 865 do C. Proc. Civil.

Fundão, 7 de Julho de 1986

O Juiz de Direito,

a) Fernando José Martins G. Neves,

O Escrivão da 1.ª Secção,

a) J. Serrasqueiro

D.L. 15/7/86 — 1.ª Pub.

Futebol apresenta-se do Minho a Coimbra

Guimarães:
à brasileira?

O estilo de jogo a criar na equipa dependerá das características dos jogadores do «plantel» — garantiu o novo técnico de futebol do Vitória de Guimarães, o brasileiro Marinho Peres. Antigo adjunto de Telé Santana, chegou à cidade de Guimarães ontem, cerca das 16 horas, fazendo-se acompanhar pelo auxiliar Paulo Autouri, que vêm trabalhar com José Alberto Torres e Pina de Moraes.

O novo treinador vimarense manifestou a sua satisfação em estar em Portugal e treinar o clube minhoto e mostrou-se optimista na realização de um bom trabalho ao longo da próxima temporada futebolística. Marinho foi apresentado a todos os jogadores do Vitória de Guimarães numa pequena cerimónia, no Departamento de Futebol do clube, na qual estiveram presentes várias figuras ligadas a colectividade.

Entre os reforços do clube contam-se Peres (ex-Farense), Carvalho (ex-Portimonense), Palecas (ex-Estrela da Amadora) e Nedinga, Barzaoula, Nkama e Canu (todos do Zaire). O brasileiro Nivaldo (Guarani de São Paulo) e Ademir (internacional de Porto Alegre) devem chegar a Portugal nos próximos dias, enquanto os ex-juniões Jorge (defesa) e Artur (avançado) reforçam também o «plantel» da equipa.

Entre as «baixas» no clube há a destacar as de Gregório Freixo, Valério e Costa (todos no Marítimo) e o regresso de Bóbo, Cerqueira e Teixeira, ao FC Porto. Entretanto, Horácio «mudou-se» para o Fafe, Russiano para a Académica e Hilário para o Belenenses, enquanto Gilberto, Klever e Carlitos regressaram ao Brasil.

Da equipa anterior transitam os guarda-redes Jesus, Vítor Pontes e Lopes; os defesas Costead, Tozé, Miguel, Castro, Rui Vieira, Basílio (que estava cedido ao Fafe) e Jorge (ex-júnior); os médios Paulo Jorge, Nascimento, Adão, Soeiro (que estava cedido ao Lixa) e Dinis (que estava emprestado ao Moreirense); e os avançados Cascavel, Roldão e Alcântara.

Braga: à espera de Jaime Pacheco?

«A massa associativa quer vitórias e, embora não se possa ganhar sempre, vamos fazer o nosso melhor» — afirmou o novo técnico bracarense Humberto Coelho, na cerimónia de apresentação da equipa para a próxima temporada. Humberto Coelho referiu (contudo) não ser «de importância vital a conquista de um lugar com direito a participar nas competições europeias de futebol. O meu objectivo principal é repensar o estilo de futebol da equipa e dotá-la do funcionamento que se adapte à competição» — disse Humberto

Coelho, acrescentando: «muita coisa funciona aqui ao nível amador e o meu objectivo é reestruturar a equipa, de molde a torná-la mais competitiva».

Humberto Coelho revelou que o Braga vai realizar oito jogos de preparação para além da presença já confirmada no Torneio de Verão. Entre os reforços bracarenses contam-se Abdoulaye Traore (ex-Metz de França), Mirinho (ex-Itubiera, Brasil), Carvalhal e António Borges (ex-Chaves), Bastos Lopes (ex-Penafiel), Saucedo (ex-Sporting), Magro (ex-Portimonense) e os ex-juniões Fernando Pires e Manuel Joaquim. Traore (natural da Costa do Marfim) representou na época transacta o Metz (França) sendo um dos reforços mais importantes do clube bracarense.



Sporting de Braga: futebol apresenta-se a todo o público

As ausências de vulto na equipa são as de Dito (que se transferiu para o Benfica) e de Zinho (que apesar de ter comparecido na apresentação da equipa bracarense, se prepara para viajar para Lisboa, rumo a Alvalade).

Durante a cerimónia em Braga, as boas-vindas aos futebolistas foram dadas pelo presidente do clube, Mesquita Machado, que disse esperar dos atletas o melhor possível, garantindo (em contrapartida) que os «os contratos serão cumpridos religiosamente». Mesquita Machado referiu (ainda) que «a direcção estará sempre ao lado da equipa técnica, aconteça o que acontecer».

Por seu turno, Nuno Cunha (vice-presidente do Braga) declarou que estão a decorrer negociações para a contratação de um médio do futebol português, recusando-se, contudo, a revelar o nome do jogador em causa. Será Jaime Pacheco?

O «plantel» do Braga para a próxima temporada inclui os guarda-redes Hélder, Barradas e Marinho; os defesas Artur, Toni, Bastos Lopes, Nelito, Carvalhal, Manuel Joaquim, Ernesto, Magro e Serrate; os médios Serra, Serra II, António Borges, Quim Alberto, Spencer, Vítor Santos e Fernando Pires e os avançados Jacques, Lito, Saucedo, Jorge Gomes, Traore, Mirinho e Jorge.

Os treinadores adjuntos de Humberto Coelho são Fernando Valença e José Abrantes. Os futebolistas do Braga entraram hoje em estágio no

Bom Jesus, até ao próximo fim-de-semana.

Boavista: Filipovic adjunto

Os 25 jogadores profissionais do Boavista para a próxima época foram apresentados à imprensa, no Estádio do Bessa. O «plantel» dos «axadrezados» para a nova temporada é constituído pelos seguintes elementos: Adão, Agatão, Alfredo, Barney, Caetano, Casaca, Coelho, Frederico, Jaime, Parente, Pires, Queiró, Rafael, Ribeiro, Walker, Tonanha, Monteiro (ex-júnior), Ricardo (ex-júnior), Vítor (ex-júnior), José Augusto (ex-Vizela), Carvalhal (ex-Famalicão), João Medeiros (ex-Felgueiras), Quim (Ex-Leixões), Nelson (ex-Botafogo, do Brasil) e Álvaro (Ex-Lusitânia dos Açores). Os técnicos serão João Alves



(treinador principal) e os adjuntos Filipovic e Celso. Vítor Frade é o preparador físico e Fernando Caiado o secretário-técnico.



Boavista: de Fernando Caiado e Filipovic tudo escuta directores do Boavista

O Boavista estará em estágio na Guarda, a partir de hoje e até ao próximo dia 25.

Adiante-se que o jogo Boavista - Fiorentina (Taça UEFA), para não calhar no mesmo dia do Boavista - Sparta de Praga, deverá ter lugar a 2 de Outubro.

Salgueiros: Walsh e Romeu no «team»

Walsh, Madureira, Romeu e Fernando são os quatro novos reforços da equipa de futebol do Salgueiros, que realizou a apresentação para a nova época. Walsh (ex-FC Porto), Madureira (Penafiel), Romeu (Sporting) e Fernando (S. Pedro da Cova) vieram ocupar os lugares deixados vagos por Gilberto e Edgar (que foram para o Chaves) e de Janita, Júlio e Soares (que também trocaram de clube).

A equipa técnica do Salgueiros,

formada por Rodolfo Reis, Rolando e pelo professor José Augusto, mostrou-se optimista para a próxima temporada, tendo o ex-técnico dos juniores do FC Porto afirmado que o objectivo do clube é fazer o melhor possível, não tendo esse melhor limites «a priori». Rodolfo Reis destacou que o Salgueiros será uma equipa humilde, mas com garra e agressiva no bom sentido da palavra, sendo o ambiente de grande confiança nos jogadores. Reforçar e manter a mística do clube é uma das missões principais — frisou Rodolfo Reis, em declarações à imprensa.

Com um «plantel» que deverá contar com 22 a 24 jogadores, o Salgueiros dedicará a sua primeira semana de trabalho a exames médicos, a testes físicos e a alguns contactos com a bola. A turma salgueirista tem agenda para o dia 20 um estágio prolongado em Torres de Novões, onde deverá cuidar de uma forma mais rigorosa da sua preparação física.

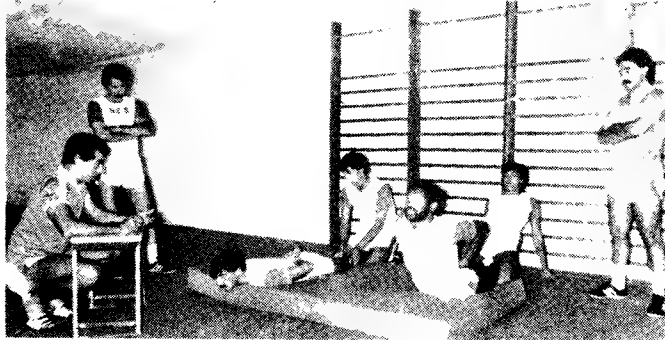
O Salgueiros efectua o seu jogo de apresentação no dia 2 ou 3 de Agosto, frente ao Boavista. A equipa rubra deverá realizar seis jogos de preparação antes do começo do campeonato nacional, marcado para 24 de Agosto.

Académica: à espera de Carlos Xavier

Carlos Xavier (Sporting) e um ponta de lança estrangeiro deverão ser as últimas aquisições da Académica para a temporada seguinte.



Guimarães: o técnico brasileiro Marinho está na extrema direita da imagem



Futebolistas do Salgueiros já fazem testes físicos

ções da Académica para a temporada futebolística, disse o presidente academista, Jorge Anjinho, falando na apresentação do novo «plantel» da turma. Disse (a propósito de Carlos Xavier) que já há acordo entre o clube e o jogador, faltando apenas a decisão do Sporting.

A apresentação do «team» para a nova época realizou-se na sede do clube, com a presença dos jogadores que transitam da temporada anterior, bem como das aquisições, à excepção de Tozé (ex-Marítimo) que só hoje se juntará aos colegas.

A Académica vai contar com um «plantel» de 26 profissionais, reforçado este ano com as aquisições de Quinto (ex-Boavista), Tozé (ex-Marítimo), Russiano (ex-Guimarães), Pedro (ex-Torriense) e Rogério (ex-Vila Real).

O treinador conimbricense Vítor Manuel, mostrou-se satisfeito com o grupo que tem à sua disposição, considerando que «há melhoria qualitativa relativamente ao ano transacto». Vítor Manuel disse, a propósito: «conto com os novos jogadores e espero que alguns deles deixem definitivamente de ser promessas do futebol português para passarem a ser realidade».

O técnico do clube, tal como o presidente, referiu que a Académica «não promete lutar pela Europa, nem por nada de especial, mas apenas a tentativa de fazer o melhor campeonato possível».

O presidente Jorge Anjinho, disse (ainda) que vão ser despendidos este ano cerca de 80 mil contos com o futebol profissional, considerando que «não é um salto no escuro, porque a Académica dispõe de capacidade para o fazer, sem pôr em risco o seu equilíbrio financeiro».

A Académica inicia hoje a sua preparação, no Estádio Universitário de Coimbra, e segue dentro de uma semana para a Figueira da Foz, onde ficará em estágio. Antes do campeonato, o «onze» dos «estudantes» vai efectuar jogos de preparação com o Porto, Elvas, Rio Ave, Valladolid e Torriense.

Estrela da Amadora: apresentação do bloco

A direcção do Clube de Futebol Estrela da Amadora convida a Imprensa para assistir à apresentação e início de trabalho para a nova época futebolística, que se efectuará esta tarde (15 horas) no parque desportivo da Reboleira (Amadora).

O preço dos louros

Neves de Sousa

Quando os bôldes desfilam pela fita negra, cumprindo quase eterno fadário no seu redopiar, a plateia (snobe ou distraída) raramente tem ensejo (por um centésimo de segundo) para fixar um olhar, um pedaço de rosto, o traço de um fio. Mas, de quando em vez trava um instante e deixa cair a mais fugidiva das lágrimas: é um astro que voa para junto das estrelas que o adoptaram. É menos um homem-sanduiche que deixa o mercado da pronta voragem.

Signor, vole una bionda? Grande Prémio, Imola, Berger e Arnoux entreolhando-se. **Do you speake english? You like me?** Alboreto e Patresi continuam em frente: a meta é outra, não mora em Las Vegas nem em Detroit. Prost estende os braços: não quer a princezinha monegasca, prefere uma simples e vulgar coroa de louros. Nelsinho e Ayrton saltam por Jarama: **te gusta bessar-me?** Palmer e Mansell desfilam lá no alto, envoltos por outros admiradores diferentes: **please, please**, deixem-nos!

É assim a vida louca dos dominadores de caixões voadores. Embarcar para um destino

que nunca marca a hora desejada: avança, corre

célere, nunca atrasa porque, nisto de mergulho, quem sabe onde termina a vontade do homem?

Recordo uma galeria fabulosa de vedetas sobre quatro rodas que toquei com os dedos, que vi sorrir ou crispar os nervos, espezinhar os lábios ou suar em bica quando a bandeira estava prestes a fazer meio círculo. Gonzalez, Rodriguez, Villeneuve: três distantes etapas numa só aceleração. Um bonacheirão, outro parceiro que deslizava pela vida a caminho do bar mais próximo, um jovem que sonhava atapetar de ouro o chão dos seus pais. Este domingo, quando Jacques Laffite ficou preso no harmónio de aço e metal prensado, quando (nas ruas de França se escutava o choro convulsivo de muitas famílias) dei comigo na mesma constelação: **voulez-vous être une étoile?** Muito obrigado: prefiro o anónimo, o passeio na margem de uma estrada que não conduz ao tesouro mas vai permitindo que, na tal esquina maliciosa, entenda o cantar da minha única sereia: o destino traçado no berço. Em pele de gente, corriqueira, vulgar, sem nome.

Ferlinghetti em Portugal

O poeta norte-americano Lawrence Ferlinghetti, uma das principais figuras literárias da «Beat Generation», desloca-se proximamente a Portugal, anunciou a Editora Ulmeiro.

Ferlinghetti dará dois recitais de poesia, um em Lisboa e outro no Porto, ambos promovidos pela Ulmeiro.

O recital em Lisboa realiza-se na noite de quarta-feira na Livraria Barata, onde será inaugurada, simultaneamente, uma exposição de reproduções de obras de Salvador Dalí.

O segundo recital efectua-se sexta-feira na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, no Porto, também com a participação do poeta André Shan Lima, do actor Luís Machado e dos músicos Jorge Palma e Rui Cardoso.

Na noite de terça-feira, na Galeria Livrarte, Ferlinghetti terá um encontro com escritores e órgãos de Comunicação Social portugueses.

Ferlinghetti fundou e dirige a editora «City Lights Books», que tem publicado autores como Kerouac, Ginsberg, G. Corso,

Filmes em disco

«Hollywood Collection» é o título de uma série de discos com bandas sonoras de filmes conhecidos que acaba de ser editada em Portugal.

O primeiro «pacote» inclui a música original de sete películas: «E Tudo o Vento Levou», «Um Americano em Paris», «2001, Odisseia no Espaço», «Doutor Jivago», «Gigi», «Dançando à Chuva» e «Isto é Espectáculo».

Cada disco é acompanhado por um «poster» original relativo ao filme a que diz respeito.

MARGUERITE YOURCENAR — A primeira mulher a entrar na Academia Francesa de Letras (2)

O pai, Michel de Crayencourt teve sobre ela uma grande influência, já que era um homem infinitamente livre, que vivia segundo os impulsos do momento, mas que era também um letrado pelo amor aos livros.



Pode dizer-se, de uma certa forma, que a história dos grandes seres humanos, é sempre uma história de amor. A história do génio de Marguerite pode ser contada também por intermédio da história de Michel de Crayencourt e de sua filha. História de um grande afecto feito de grandes diálogos, aceitação e generosidade. Pois se é verdade que lhe faltou a mãe como presença, figura de identificação, pessoa, modelo, etc. é verdade também ela que teve um pai extraordinário, uma pessoa fora do comum, que ocupou com inteligência, respeito, amor e graça, o grande vácuo no universo familiar da menina. Só muito mais tarde ela se daria conta disso, só muito mais tarde viria a amar verdadeiramente o pai. De qualquer maneira, a história de um adulto e de uma menina vista como ser humano, no princípio do século. Ao lado de Michel, não havia culpa, já que ele nunca exigiu que ela fosse diferente do que era. Não havia

medo, nem da prepotência nem do crescimento e muito menos da liberdade. Michel era alguém que vivia segundo os impulsos e caprichos do momento, mas era também um letrado pelo amor aos livros. Um homem infinitamente livre, o mais livre que ela diz já ter conhecido e fazia exactamente o que queria, não se preocupando em absoluto com o resto.

Quando alguma coisa não corria bem, ele definia a situação com uma fórmula — fora oficial da marinha até desertar: «Oh, isso não é nada, não somos daqui. Vamos embora amanhã!»

Havia nele, segundo as próprias palavras de Marguerite «uma mistura de audácia e generosidade e também um dar de ombros, um fundo de indiferença». O mesmo fundo de indiferença que ela vê na criança de um modo geral e que parece trazer dentro de si ainda hoje.

Muito cedo se sentiu contemporânea do pai. Não se lembra de ter havido entre eles sentimento de diferença de idades. Passeavam os dois juntos durante horas, ele falando de filosofia grega, Shakespeare ou de recordações que tinha das pessoas mais velhas. Isso deu-lhe uma memória que se estendia quase a duas gerações antes dela. Uma memória do século XIX, portanto. Foi ele quem lhe ensinou o gosto pela exactidão e pela verdade. Além disso, ele jamais a contradizia, o que é uma grande arte frente à juventude. Ele nunca dizia: «Porquê? Tu não deverias... Estás errada...»

O seu desejo era ir em frente, o que para Marguerite continua a ser a única maneira de conversar: «Deixar cair as diferenças e avançar pelas linhas onde se está acordado.»



Filipe Ferrer e Maria Amélia Matta, numa cena da peça «O Fim»

Teatro

● Integrado no ciclo «Retorno à Tragedia» a peça de António Patrício «O Fim», actualmece em cena na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna Fundação Gulbenkian, vai entrar na última semana de representações, em horário de fim de tarde, pelas 18.30 horas. Encenado por Jorge Listopad, «O Fim» tem como intérpretes Maria Amélia Matta, Carmen Dolores, Filipe Ferrer, Carlos Wallenstein, Isabel Alarcão, Luís Silva e Ricardo Rosa. O cenário e os figurinos foram concebidos por Nuno Carinhas.

● O grupo brasileiro «Feliz Meu Bem» inicia esta tarde pelas 15 horas, no Largo das Portas do Sol, em Alfama, uma série de representações da peça infantil «O Mistério do Boi Surubim» é um espectáculo montado com base nas tradições populares do Bomba-Meu-Boi, manifestação folclórica muito difundida no nordeste brasileiro, é da autoria de Tónio Carvalho e tem duração de uma hora.

● No teatro S. Luiz continua o Festival de Teatro Amador de Lisboa, pelas 21.30 horas, hoje com a apresentação das peças «O Urso» e «Os Marinheiros do Tabaco», de Tchecov, pelo Grupo de teatro da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

● Em Setúbal, o 11.º Festival de Teatro daquela cidade prossegue hoje com duas representações, pelas 21 e 23 horas, no Teatro de Bolso, de «Noite Mágica», por Fernando Gomes.

● A «III Festa de Teatro de Almada» tem esta noite duas alternativas: no palc da Esplanada, pelas 21 horas, a actriz Adelaide João leva à cena o «Auto da Maria Parda», no Pátio do Prior do Crato, às 21.45 horas, o Teatro Experimental de Leiria apresenta a peça de Camões 2ª «Comédia dos Anfitriões», numa encenação de José Valentim Lemos.

Música

● Na Fortaleza de Santiago, em Sesimbra, a Banda de Música da Guarda Fiscal realiza um espectáculo pelas 21 horas, integrado no ciclo «Concertos de Música d Costa do Estoril» em Cascais, pelas 21.30 horas, António Rosado interpretará ao piano composições de Viana da Motta e Liszt.

Feira do Livro

● No jardim público de Viana do Castelo até 26 deste mês mantem-se aberta a VI Expo/Feira do Livro, organizado por um secretariado composto pela Câmara Municipal, Centro Cultural do Alto Minho e Comissão Regional de Turismo. Para além da Feira do livro e de diversas exposições, realizam-se outras manifestações culturais: hoje é a vez da actuação da Banda de Música Velha de Berroselas, pelas 21.30 horas.

Exposições

● A Semana Latino-Americana prossegue hoje, no AR.CO (R. de São Tiago, 18) com a exposição/venda de artesanato (17/19 horas) e a exibição do filme cubano «Memórias do Subdesenvolvimento», realizado por Tomás Gutierrez Alsa (19 horas).

● Uma exposição de originais de pintura e desenho de Fernando Felgueiras é inaugurada esta noite, pelas 22 horas, no bar «Fora de Moda», (na rua baluarte do socorro), em Setúbal. Esta mostra prossegue a nova programação do «Fora de Moda», que tem como pretexto para a escolha — artistas ligados às artes gráficas, que ali revelarão originais dos seus trabalhos impressos ou outras faces da sua produção plástica.

Companhia de Dança de Lisboa na Gulbenkian

A Companhia de Dança de Lisboa vai realizar uma série de espectáculos, no período de 15 a 20 deste mês, no anfiteatro ao ar livre da Fundação Calouste Gulbenkian, com início pelas 22 horas.

Em dois programas independentes, serão apresentadas as seguintes obras: «Cocktail para Três», com coreografia de Rui Horta e música de Dave Makeena, Dave Brubeck e Benny Goodman, num bailado que terá música ao vivo, pela Orquestra Jazz do Hot Clube de Portugal (constituída por 4 trompetes, 2 trombones, 4 saxofones, piano, guitarra, contrabaixo e bateria); «Oásis», com coreografia de Rui Horta e música de Rão Kyao; «Histórias de Amantes», de Marc Bogaerts e música de Grieg (Concerto el lá menor); «O Pai é que sabe», de Patrice Soriero e música de Carl Orff, Elmer Bernstein, Kate Bush e Peter Gabriel; «Blues for the Night Owls», de Lindsay Fussell e Ron Devane e música de S. Thompson e, finalmente, «Sem Saída», de Rui Horta e música de Clam of Xymox e Tuxedo Moon.

A Companhia de Dança de Lisboa é hoje uma realidade no panorama cultural e artístico



português, tendo nascido como «Grupo Experimental de Dança Jazz», com a preocupação de descentralizar a arte do bailado. É um projecto de qualidade, com componente muito jovem.

A Companhia, constituída por 15 elementos, é dirigida por

Rui Horta, que tem vindo a valorizar o trabalho de conjunto, numa busca artística constante e de invulgar maturidade, de molde a conseguir estimular e afirmar o talento de cada um dos artistas. Tem um repertório do maior interesse para o público,

que terá agora oportunidade, no cenário do Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação e de acordo com Tomás Ribas de apreciar a «Dança com toda a sua magnificência de sempre e na sua amplitude de hoje».

Alfas Triplex

— T. 806496

Alfa 1

PLENTY — UMA HISTÓRIA DE MULHER
(maiores 12 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30,
21.30 e 24 h

Alfa 2

O LOBIJOVEM
(maiores 6 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e
00.15 h

Alfa 3

JOVENS MÉDICOS APAIXONADOS
(maiores 12 anos)
13.30, 16.15, 18.45, 21.30 e
00.15 h

Alfa Club

— T. 763319

OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
(não acons. men. 13 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e
24.00 h

Shopping Center de Lisboa

Amoreiras 1

PLENTY — UMA HISTÓRIA DE MULHER
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e
24.00 h

Amoreiras 2

O ANO DO DRAGÃO
(maiores 12 anos)
13.45, 16.45, 19.15, 21.45 e
00.15 h

Amoreiras 3

LOBIJOVEM
(maiores 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30,
21.30 e 24.00 h

Apolo 70

VIVER EM MORRER EM LOS ANGELES
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e
24.00 h

Ávila

— T. 539930

007 — ORDEM PARA MATAR
(maiores 12 anos)
14.45, 17, 19.10, 21.45 e
23.45 h

Avis

— T. 547163

A LEI DO SEXO
(int. men. 18 anos)
15.00, 17.00 e 21.30 h
Contém cenas chocantes

Berna

— T. 776098

ERA UMA VEZ NA AMÉRICA
(maiores 16 anos)
15.00 e 21.00 h

Capitólio

— T. 372358

A FILHA SEXY DO SENADOR
(int. men. 18 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e
23.00 h



Uma cena do filme «Nova Iorque fora de Horas» do realizador Martin Scorsese. Grande Prémio da melhor realização/Cannes 86. Em exibição no Quarteiro e Estúdio 444.

Castil

— T. 530194

ACADEMIA DE POLÍCIA III — DE VOLTA AOS TREINOS
(maiores 6 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Cinebloco

— T. 556824

A FILHA DO MINEIRO
(n. acons. m. 13 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
A FRONTEIRA
(int. a men. 13 anos)
24.00 h

Cine Camões

— T. 324194

VENTOS DE VIOLÊNCIA
(maiores 18 anos)
14.15, 16.30 e 21.30 h

Cinemateca

ENCERRADO PARA FÉRIAS

Cine 222

— T. 579460

ALICE JÁ NÃO MORA AQUI
(não acons. m. 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
REVOLVER
(maiores 18 anos)
24.00 h

Cine Portela

— T. 2524761

TRÊS HOMENS E UM BERÇO
(m. 12 anos)
16.00 e 21.45 h

Estúdio Shear

A TESTEMUNHA
(maiores 12 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine

— T. 549999

APOCALIPSE NOW
(não acons. men. 18 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h
O REI DA COMÉDIA
(maiores 6 anos)
23.45 h

Condes

— T. 322523

TERROR NA AUTO-ESTRADA
(m. 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Eden

— T. 320768

O PROTECTOR
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estúdio

— T. 555134

ARTHUR, O ALEGRE CONQUISTADOR
(n/acons. m. 13 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio ACS

— T. 887255

A TESTEMUNHA
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444

— T. 768078

NOVA IORQUE FORA DE HORAS
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Fonte Nova

— T. 7145109

CÓDIGO DE SILÊNCIO
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Sala 2

O ENIGMA DA PIRÂMIDE
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 3

OS SETE MAGNÍFICOS
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

Forum Picoas

— T. 541037

BLADE RUNNER
(int. men. 13 anos)
19.00 e 21.30 h

Gemini

— T. 734009

O PROTECTOR
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Hollywood

— T. 802859

Sala 1

TERROR NA AUTO-ESTRADA
(maiores 18 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.30 e
23.45 h

Sala 2

A EXPERIÊNCIA DE FILADÉLFIA
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 18.45, 21.30, e
24 h

Império

— T. 555134

ACADEMIA DE POLÍCIA III — DE VOLTA AOS TREINOS
(maiores 6 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas

— T. 631162

TERROR NA AUTO-ESTRADA
(m. 18 anos)
14.00, 16.15, 18.45 e 21.30 h

ABSOLUTE BEGINNERS
(maiores 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.45 h

Londres

— T. 801313

ABSOLUTE BEGINNERS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Mundial

— T. 538743

OS DEZ MANDAMENTOS
(m. 13 anos)
15.00 e 21.00 h

Nimas

— T. 574362

O ROMANCE DE MARTHY
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19 e 21.30 h

Odeon

— T. 326283

MISSÃO FINAL
(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Olimpia

— T. 325309

TAXI GIRLS
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
Filme pornográfico
(int. men. 18 anos)

Pathe

— 821933

POLÍCIAS E LADRÕES
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30 e 21.30 h
O EXORCISTA II
24.00 h

Politeama

— T. 326305

CARNE PARA O III REICH
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto

— T. 771378

AS BICICLETAS SÃO PARA O VERÃO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
1900 (2.ª parte)
(maiores 16 anos)
23.30 h

«PSICO»
(maiores 17 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
O ÚLTIMO FOLEGO
(m. 16 anos)
23.30 h

NOVA IORQUE FORA DE HORAS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.45, 19.00 e 21.30 h
VERÃO INDIANO
(m. 16 anos)
00.45 h

Sala 4

A ESCRAVA DO AMOR
(maiores 12 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h
O FANTASMA DO PARAÍSO
(maiores 16 anos)
23.30 h

N'Gola

ENCERRADO PARA OBRAS

Restelo

— T. 610375

ENCERRADO

Cinema Rex

REBEL O INSUBMISSO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Roma

— T. 889192

O PROTECTOR
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Roxy

— T. 548560

HERCULES E O MONSTRO
(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge

— T. 579144

PLENTY — UMA HISTÓRIA DE MULHER
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.15 h

ÁFRICA MINHA
(maiores 12 anos)
14.15, 17.30 e 21.00 h

OS DIAMANTES SÃO ETERNOS
(n/acons. m. 13 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

7.ª Arte

— T. 730715

ACADEMIA DE POLÍCIA III — DE VOLTA AOS TREINOS
(maiores 6 anos)
14.45, 17.00, 19.10, 21.45 e
23.45 h

Star

— T. 804210

GENTE GIRA N.º 2
(maiores 6 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h

Terminal

— T. 371573

ACADEMIA DE POLÍCIA III — DE VOLTA AOS TREINOS
(maiores 6 anos)
13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e
21.30 h

Tivoli

— T. 570595

O LOBIJOVEM
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Turim

— T. 706666

ESTRADA DE FOGO
(maiores 12 anos)
15.00, 17.30 e 21.45 h

Xenon

— T. 368480

A EXPERIÊNCIA DE FILADELFIA
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Zodiaco

— T. 570151

FALTA AMOR NO TEU OLHAR (filme indiano)
(m. 13 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Linha de Sintra

AMADORA — Cineteatro Lido — «O regresso da selva», às 21.30 h (maiores 16 anos)

AMADORA — Cinestúdio — «África Minha», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

CACÉM — Cinestúdio Flores — «A Rosa Púrpura do Cairo», às 15 e 21.30 h (todos)

Babilónia, «Os implacáveis extremadores», às 15.15, 18.30 e 21.30 h

MEM MARTINS — Cineteatro Chaby — Descanso

Estúdio Dois Eme — «O justiceiro de Nova Iorque», às 21.30 h (maiores 16 anos)

Linha de Cascais

Casino Estoril — «Loucas Aventuras de Amor e Sexo», às 17.00 e 21.15 (m. 16 anos)

ALGÉS — Cinema 2000 — «Pela noite dentro», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

OEIRAS — Alto da Barra — Sala 1 — «Era uma vez na América», às 15.30, 19.00 e 21.45 h (maiores 6 anos)

Sala 2 — «O casamento de Maria Beaun», às 15.30, 19.00 e 21.45 h (maiores 16 anos)

CASCAIS — Miramar/Sala 1 — «África Minha», às 15.15 e 21.30 h (maiores 12 anos)

Sala 2 — «A última reportagem», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

CARCAVELOS — Atlântida Cine — «Daryl», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

Oxford — «Juventude inquieta», às 15.15, 18.15 e 21.15 h (maiores 16 anos)

Outra Banda

ALMADA — Incrível — «O fio da navalha», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

ALMADA — Academia — «África minha», às 15.30 e 21.30 (maiores 12 anos)

ALMADA — Cinestúdio Almada — «África minha», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (maiores 6 anos)

COSTA DE CAPARICA — Oceano — Sala 1 — «O Ano do Dragão», às 15.45 e 21.30 h (maiores de 12 anos).

Sala 2 — «Gremlins, pequeno monstro», às 16.15 e 21.45 h (maiores 12 anos)

CRUZ DE PAU — Lord — «Era uma vez na América», às 16.00 e 21.00 h (maiores 16 anos)

BARREIRO — Cinestúdio Barreirense — «O justiceiro de Nova Iorque», às 15.00 e 21.15 h (m. 16 anos)

LINDA-A-VELHA — Cinetropical — «Gente gira», às 16.00 e 21.30 h (n. acons. m. 13 anos)

MOSCAVIDE — Stop — «Os implacáveis extremadores», às 15.00 e 21.30 h (m. 12 anos)

ODIVELAS — Cineodivel — «O Sol aos quadradinhos», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

Cineoceano — «Rocky IV», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)

TRAFARIA — Pavilhão Jardim — «Chamavam-lhe o Bulldozer», às 16 e 21.30 h (não ac. men. 13 anos)

Lisboa — PERMANENTE
— AJUDA: Moura, T. da Memória, 55 (T. 630944); ALVALADE: Líbia, Av. da Igreja, 4-B-C (T. 637318); AVENIDAS NOVAS — AVENIDA JOÃO CRISÓSTOMO: Cosmos, Av. João Crisóstomo, 44-C (T. 520592); **BAIRRO AZUL:** Bairro Azul, Av. Ressa Garcia, 7-A (T. 571451); **BAIXA:** Normal de Lisboa, R. da Prata, 220 (T. 878342); **BENFICA:** -BAIRRO DE SANTA CRUZ: Lavinha, R. Eng. Paulo de Barros, 28-A (T. 708242); **CAMPO DE OURIQUE:** Linada, R. Ferreira Borges, 30 (T. 660955); **CHELAS - JUNTO À AVENIDA DR. AUGUSTO DE CASTRO - CARRIS:** Sacramento, R. Actriz Palmira Bastos, lote 42 (T. 850904); **CHILE -ALAMEDA:** Nobel, R. Actor Vale, 53 (T. 842152); **CONDE REDONDO - SANTA MARTA:** Davi, R. Conde Redondo, 68-72 (T. 554342); **LUMIAR:** Central do Lumiar, Al. das Linhas de Torres, 254-B (T. 758063); **PAMPULHA -JANE-LAS VERDES:** Nazário Pinto, R. Presidente Arriaga, 39 (T. 667460); **QUINTA DA LUZ -CARNIDE:** Findor, R. Adelaide Cabete, 10-E (T. 714527); **ODIVELAS:** Central de Odivelas, Al. Infante D. Henrique, 1 (T. 9811201); **PONTINHA:** Pimentel, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328).

REFORÇO — AREIRO: Garantia, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 5-A-B (T. 887300); **GRACA:** Morão, L. da Graça 63 (T. 860700); **JARDIM DOS ANJOS:** Confiança, Av. Almirante Reis, 46-A (T. 821653); **JARDIM ZOOLOGICO:** Alegria, E. de Benfca, 180-A-B (T. 780511); **OLIVAIS SUL:** Marta, R. Cidade de Nampula, Edifício Paris, lote 534 (T. 333696); **PRAÇA DA ALEGRIA:** Brites Moita, P. da Alegria, 33-34; **PICHELEIRA:** Mariuz, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **POÇO DOS NEGROS:** Valência, R. Poço dos Negros, 88-90 (T. 601453); **SALDANHA:** Dalva, Av. Duque de Ávila, 125 (T. 545225); **SANTO AMARO:** Botânica, R. da Junqueira, 38-40 (T. 638132); **XABREGAS:** Salter, R. de Xabregas, 63-65 (T. 381185); **BURACA - AMADORA:** Vaz Martins, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **COLINA DO SOL - BRANDÃO -AMADORA:** Vidal Reis, Urbanização Alfontelos, célula G, lote 35 (T. 996540); **OLIVAL BASTO:** Nova, R. dos Acores, 11-A (T. 9810305); **PRIORE VILHO:** Matos, T. das Prioras (T. 2519939).

Outra Banda — ALMADA: Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 275071). Permanente; **COVA DA PIEDADE:** Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Tel. 276356) Perm.; **MONTE DA CAPARICA — Nova — R. dos Trabalhadores Rurais,** 82 (T. 2954436). Até às 19 horas; **COSTA DE CAPARICA:** Carlos, Av. do Mar, 35-A (T. 2401060). Até às 19 horas; **LARANJEIRO:** Baptista Marques, R. Boa Vontade, 17-B (T. 2298572). Até às 22 horas; **SESIMBRA:** Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADJO:** J. Consolado, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO:** Ferreira & Pilar, Av. da República, 1 (T. 2703023). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA:** Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302). Até às 19 horas; **CORROIOS:** Lino, Alfama, Sesimbra (T. 2232841). Até às 19 horas; **AMORA:** Nova Amorense, E. Nacional 10, bloco A, loja A,

Paivas (T. 2216824). Até às 22 horas; **SEIXAL:** Soromenho, P. Paiva Coelho, 38 (T. 2213560). Até às 22 horas; **MONTIJO:** União Mutualista, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035). Até às 22 horas; **MOITA:** Silva Rocha, P. da República, 16 (T. 239029). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS:** Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 2040020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE:** Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100). Até às 19 horas; **Q. SE-TUBAL:** Oliveira, R. da Misericórdia, 10 (T. 22488). Permanente; **Portugal,** R. Camilo Castelo Branco, 134 (T. 23211). Permanente; **Mira,** P. Jorge Af. (T. 20427). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Dias & Saraiva, Av. Afonso Pala, 17 (T. 2114487). Permanente; **LINDA-A-VELHA:** Pinto, R. Antero de Quental, 9 (T. 4191697). Até às 19 horas; **TIRES:** Guimarães, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDE:** CHE: Carvalho, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO:** Ferreira Bastos, R. D. Firmiro Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **CAXIAS:** Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 2432839). Permanente; **MALVEIRA DA SERRA:** Luz, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **OELRAS:** Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Até às 22 horas; **CARCAVELOS:** Central, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA:** Godinho da Silveira, R. Afonso de Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAEDE:** Macau, R. José Elias Garcia, 42 (T. 2471785). Permanente; **SÃO PEDRO DO ESTORIL:** São Pedro, R. 9 de Abril (T. 2683052). Até às 22 horas; **SASSOEIROS:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE:** Imani, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MADORNA:** Madeira, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA:** Abrantes, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL:** Lopes, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 22 horas; **CASCAIS:** Cordeiro, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: Romeiro, Urbanização Casal de São Brás, lote 116 (T. 4949050). Permanente; **São Jorge,** R. Pedro del Negro, 5, Reboleira (T. 4938703). Até às 22 horas; **DAMAIA:** Confiança, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 971023). Permanente; **QUELUZ:** Serra & Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-GE (T. 4377619). Até às 22 horas; **CAMARATE:** Batalha, R. Aveiro S. Oliveira, 5 (T. 2571069). Até às 19 horas; **CACÉM:** Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D (T. 9243693). Permanente; **ALGUEIRÃO:** Rodrigues Rato, R. dos Morais, 1 (T. 9212038). Permanente; **MERCES:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA:** Araújo, C. da Rinchoa, 2 (T. 9260404). Até às 22 horas; **SINTRA:** Simões, R. Heliodoro Salgado, 26 (T. 9230832). Permanente; **CO-LARES:** Abreja (T. 9290088).

Outras Farmácias — MOSCAVIDE: Varela, Av. de Moscavide, 44-B (T. 2518520). Permanente; **SACAVEM:** Maria, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Até às 22 horas; **LOURES:** Sálvia, Av. da República, 29 (T. 9831240). Permanente.

TEATROS

Teatro Nacional D. Maria II

Rossio — Tel. 372246

Sala Garrett

De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 16.00

«MÃE CORAGEM E OS SEUS FILHOS», de Bertold Brecht. Versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos. Encenação de João Lourenço. Interpretado por: Eunice Muñoz, Irene Cruz, Rui de Carvalho, Rogério Paulo, Francisco Pestana, São José Lapa, Carlos Daniel, entre outros.

A Barraca

R. Alexandre Herculano, 70 (Tel. 686300)

De 3.ª a sáb., às 21.30. Sáb. dom. às 16.00

«CLAMITY JANE» uma mulher de armas ou o Monólogo da Vaqueira. Dramaturgia e encenação de Hélder Costa. Interpretada por Maria do Céu Guerra.

Teatro Oficina

R. S. Mamede (ao Caldas), 19

Sexta, sábado, domingo, e seg., às 21.30

«COMANDO PARA A MORTE» de Alfonso Sastre, com prólogo de Fernando Dacosta. Encenação de João Barros.

Teatro Ibérico

R. Xabregas, 54 — Tel. 382531

De 3.ª a sáb. às 21.30 — Dom. às 17.00

«AVAREZA, LUXURIA E MORTE NA ARENA IBÉRICA», de Ramon del Valle Inclán. Encenação de Blanco Gil. Interpretado por Lia Gama, Argentina Rocha, entre outros.

Casa dos Tabuenses

R. Poiais de S. Bento, 75 — Tel. 60 18 66

Sábados e domingos, às 16.30

«A RUA DOS FANTASMAS», de Javier Villafañe. Pelo Maizum. Encenação de Adolfo Gulkyn. Interpretes: Carlos P. Vasconcelos, Isabel Bezelga e Silvina Pereira.

Centro de Arte Moderna

R. Dr. Nicolau Bettencourt (Tel. 734309)

Sábado e de segunda a quinta às 21.30. Domingos às 15.00

«O FIM» de António Patrício. Encenação de Jorge Listopad. Cen/fig. de Nuno Carinhas. Música de Paulo Brandão. Interpretes: Carmen Dolores, Carlos Wallenstein, Filipe Ferrer, Isabel Alarcão, José Wallenstein, Luís Silva, Maria Amélia e Ricardo Rosa.

Teatro Variedades

Parque Mayer — Tel. 32 06 37

De terça a domingo às 21.45; domingos, também às 16.00.

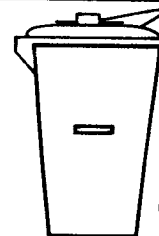
«O CORONEL EM DOIS ACTOS». Adaptação de F. Nicholson. Encenação de Varela Silva. Interpretação: Alina Vaz, António Feio, Camilo de Oliveira, Duke Gumarines, F. Nicholson e P. Marcelo.

Teatro Aberto

P. de Espanha — Tel. 77 09 69

De 4.ª a sábado, às 21.30; aos domingos, às 16.00

«VOLPONE», de Ben Jonson. Pelo Novo Grupo. Direcção e encenação de Norberto Barroca. Cenários e figurinos de José Costa Reis. Interpretes: Adriano Luz, Alexandre Sousa, Amílcar Botica, Ana Oliveira, Fernanda Policarpo, Isabel Ribas, Joaquim Rosa, José Beato, José Jorge Duarte, José Raposo, Mário Garcia, Melim Teixeira, Miguel Duarte, Sara Lima e Vítor Norte.



CML

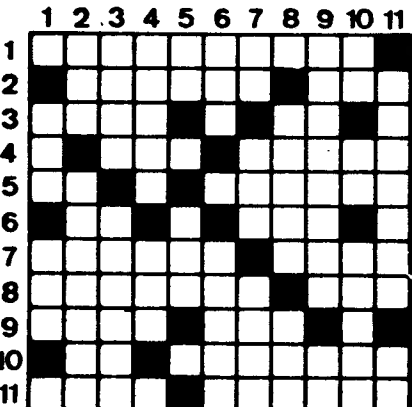
proteja a sua saúde mantenha a tampa fechada

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 16 774

HORIZONTAIS:

- 1 Acto de oxigenar.
- 2 Empregar. Preposição.
- 3 Carta de jogar a que também se chama curinga. Berilo (s.q).
- 4 Sadio (inv). Branqueiem.
- 5 Ruim. Matiza.
- 6 Cálcio (s.q). Oceano.
- 7 Guita. Borracha de apagar letras.
- 8 Separar. Conjunção.
- 9 Rezar. Faz doação.
- 10 Isto é (in). Cidade de Itália.
- 11 Lago do Canadá Setentrional. Charruas.



VERTICAIS:

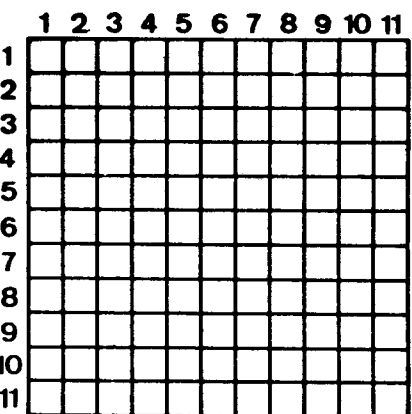
- 1 Artigo definido. Rio do estado do Paraná. Calote.
- 2 Espécie de sapo grande (Bras). Acudir.
- 3 Antiga cidade da Ásia Menor. Mestre ou patrão de barco.
- 4 Antiga máquina de guerra semelhante à catapulta (pl). Ofereci.
- 5 Értio (s.q). Medicina.
- 6 Recusa. Dá latidos (o cão).
- 7 Amónio (s.q). Um cento em romano. Rutar.
- 8 Crateras. Antiga capital da Birmânia.
- 9 Agucaram. Idem.
- 10 O sono das crianças. Preposição. Desleal.
- 11 Animaras. Artigo definido.

Resolveu completamente este problema? Procura, agora em segundo posantempo, o provérbio nele inscrito.

NOVAS MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 612

HORIZONTAIS:

- 1 Cidade do Sudão. Tempo do verbo ir.
- 2 Filha de Neptuno e amada por Júpiter. Exclusiva.
- 3 Fritura. Serra de Portugal.
- 4 Olé. Acrescentando uma vogal é ilha do estado do Pará.
- 5 Coisa (ant). Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
- 6 Demónio. Pronome pessoal.
- 7 Duas consoantes desiguais. Ódio.
- 8 Primeira parte do nome da rainha do Egipto cujo título foi descoberto por Mariette em 1859. Exclamação de dor ou aflição usada pelos pescadores da costa estremenha. Nome de letra.
- 9 Decifraras.



- 10 Terreno cheio de mato (pl). Clima. Item.
- 11 Alternativa. Empregasse.

VERTICAIS:

- 1 Cidade de Inglaterra. Ilha do Pequeno Bel.
- 2 Rio da Suíça. Freguesia do concelho de Aguiar da Beira.
- 3 Novecentos e um em romano. Vila e sede de concelho do distrito do Funchal.
- 4 Numeral cardinal. Baixo.
- 5 Deus supremo da religião fenícia. Verbais.
- 6 Carta de jogar. Rio de França.
- 7 Artigo indefinido. Botijas.
- 8 Primeiro rei de Argos e pai de Io. Explodira.
- 9 Zombaram.
- 10 Derao aviso de alguma coisa em voz alta. Progenitores.
- 11 Sadio. Tornaste a ler.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 16 773

HORIZONTAIS:

- 1 CASAMENTO. E.
- 2 Evadir. Aiar.
- 3 Uivos. Clara.
- 4 Serã. Ir.
- 5 Salmoira. Af.
- 6 Er. Au. Aso.
- 7 Inçar. Ac.
- 8 Má. El. Antes.
- 9 Imo. Tanta.
- 10 MORTALHA. NO.
- 11 Ossários.

VERTICAIS:

- 1 CÉU. SE. Mimo.
- 2 Avisaríamos.
- 3 Savel. Ora.
- 4 Adormece. Ta!
- 5 Mistio. Altar.
- 6 Er. Aiar. Ali.
- 7 Ru. Anho.
- 8 TALHA. Antas.
- 9 Oiã. Acta.
- 10 Árias. Na.
- 11 Erário. Soo.

PROVERBIO: Casamento e mortalha, no céu se talha.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 14 611

HORIZONTAIS:

- 1 Zactas. Zazo.
- 2 Ivã. Mamadas.
- 3 Gírio. Ui! NS.
- 4 Oso. Re. Mata.
- 5 Mas. Dm. ED.
- 6 Ar. Sapo.
- 7 Acabaras.
- 8 Za. Latagão.
- 9 Im. Ará. Im.
- 10 Ar. Tabu.
- 11 Ave. Mamam.

VERTICAIS:

- 1 Zigoma. Zita.
- 2 Avisariam.
- 3 Caros. Pê.
- 4 Sala.
- 5 Amordaçaram.
- 6 Sá. Empatara.
- 7 Mu. Oba.
- 8 Zaimo. Agita.
- 9 Ad. Tramam.
- 10 Zante. Ao.
- 11 Ossadas. Sul.

Antena Um

16.00: A gaita dos sete foles; 17.00: Pequeno jornal; 17.15: Musicomania; 19.00: Informação e música; 20.00: Música portuguesa; 20.15: No estúdio e no estúdio; 20.30: A voz da solidariedade; 21.00: Movimento; 21.30: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

16.00: Música do século XX; 16.30: Árias de óperas; 17.00: Integrais; 17.25: Música de câmara de Dvorak; 18.00: «Suite Inglesa», n.º 6, em ré menor, BWV 811, de Bach; 18.40: Música de concerto; 20.02: Sonata, em si maior, D. 575, de Schubert; 20.40: «Metamorfoses Sinfónicas», sobre um tema de Weber, de Paul Hindemith; 21.00: Música portuguesa; 21.30: Transmissão directa, das Ruínas do Carmo, em Lisboa, de um concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP; 23.30: Intercâmbio musical; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397m)

15.00: Dora a hora; 16.00: A feira mágica; 19.15: Musical; 20.00: Conta corrente; 21.00: Discos pedidos; 22.00: Portugal e a CEE; 22.30: Tempo de desporto; 23.00: Vigésima quarta hora; 02.00: Guarda nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.00: O som da frente; 17.00: Rock em stock; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Nova geração; 21.00: Jazz; 22.00: As mil e uma noites; 00.00: Morrison Hotel; 02.00: Guarda nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Onda Média

15.00: Ré maior; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Fim de tarde; 20.00: Conversa de amigos; 21.00: Encontro; 22.00: Diário do desporto; 22.30: Clube dos colecionadores; 23.30: A vez e a voz; 23.55: Meditando.

Onda Média Regional-Voz do Minho e Voz do Porto

15.00: As boas tardes da Renascença; 18.30: Ligação à rede nacional; 19.00: Jornal das regiões; 19.30: Ligação à rede nacional.

Voz do Alentejo

14.00: Sopa dourada; 15.00: As boas tardes da Renascença; 18.30: Ligação à rede nacional; 19.00: Alentejo em notícia; 19.30: Diversos.

Voz de Lisboa

15.00: A Rádio da cidade; 18.30: Sete colinas; 20.00: Diário; 20.30: Transmissão do terço; 21.00: Música no espaço; 23.30: Diário do desporto; 23.57: Meditando.

FM-Estéreo

13.10: Os cem mais; 19.30: Transmissão do terço; 20.00: Serra de estrelas; 22.00: Oceano Pacífico; 23.55: Boa-noite. Noticiários a todas as horas.

RTP/1

15.00 — Desenhos Animados

«As Aventuras de Waldo Kitty»

15.25 — Imaginação da Matéria

«A pedra, a máquina e a mão» (3.º episódio)

15.55 — A Tragédia da Rua das Flores

(3.º episódio)

16.55 — Histórias com Pés e Cabeça

(3.º episódio) «Comparações»

17.25 — Ontem Viu?

«Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa»

18.00 — Sumário

18.05 — Tempo dos Mais Novos

A emissão de hoje é preenchida com mais um episódio das séries «O Jovem Ramsay» e «O Urso Teddy».

18.45 — País, País

19.00 — Atletismo

Meeting Internacional de Nice

19.50 — O Livro Grande de Petete

20.00 — Telejornal

20.30 — Boletim Meteorológico

20.40 — Corpo a Corpo

(91.º episódio): Cláudio fala com Teresa reiterando-lhe a sua amizade e afirmando que não gostaria de vê-la presa.

Osmar recebe uma carta de uma tia que mora numa terra distante. Não podendo deslocar-se lá, envia Amauri em seu lugar. A tia diz-lhe que pensou legar a Osmar uma pequena herança.

Lúcia procura Alice que a recebe com uma certa agressividade. Procura, então, Eloá para saber se Cláudio e Sónia se namoram e, ao obter a resposta afirmativa, jura vingança. Teresa aproxima-se da loucura. Raul faz-lhe uma visita. Também Guimarães procura Rafael de novo.

Alfredo nega ao filho o dinheiro para a compra da fazenda.

21.30 — Programa da Direcção de Informação

22.25 — Um César Americano

(3.º episódio): Com a Austrália em perigo de ser invadida pelos japoneses, McArthur torna-se o sustentáculo da resistência, apesar de Washington lhe não enviar as tropas solicitadas.

22.50 — 24 Horas

23.20 — Volta a França em Bicicleta

23.35 — Encerramento da Emissão

RTP 2

16.30 — Indicativo do «Europa TV»

O Tempo

16.35 — Tempo dos Mais Pequenos

«Tic-Tac» e «O Mundo Maravilhoso de Gigi»



«Um César Americano», 3.º episódio

17.05 — Count Down

17.45 — O Tempo

17.50 — Eurorepórter

17.55 — Eureka

18.20 — O Mundo Amanhã

O Tempo

18.30 — Série Juvenil

«Dick Turpin» (último episódio)

18.55 — Campeonato do Mundo de Dança

20.00 — Notícias

20.05 — Atletismo: «Nikaya»

— Encontro Internacional de Nice

Transmissão directa via Eurovisão

21.50 — Cinema Português em Retrospectiva

«O Princípio da Sabedoria»: O proprietário de uma mansão algarvia acumulou ao longo dos anos toda a espécie de objectos dispersos, estátuas, azulejos, resquícios de outras épocas amalgamados por uma imaginação prodigiosa. Nesse jardim, cruzam-se histórias, aparições, verdades e valores que o tempo não alterou. É este o tema do filme.

Com numerosas curtas metragens no seu activo, António de Macedo é um dos mais prolíficos realizadores portugueses. Desde o seu filme de estreia («Domingo à Tarde», de 1966, o seu mais notável filme até à data), Macedo tem mantido um ritmo de produção que faz dele um caso ímpar no panorama actual do cinema português.

Tendo-se notabilizado com trabalhos tão diversos como filmes publicitários e obras de intervenção (integrado na cooperativa Cinequanon) António de Macedo manifesta ao longo da sua obra a preocupação de renovar e dinamizar o cinema português, não hesitando em assinar filmes polémicos («As Horas de Maria») ou em arriscar em tentativas mais comerciais, com resultados nem sempre conseguidos, mas que exprimem um constante inconformismo e confiança no cinema português.

Realizador: António Macedo. Intérpretes: Guida Maria, Nicolau Breyner, João D'Ávila, Carmen Dolores, Sinde Filipe. Duração: 160 m. Ano de estreia: 1977 — Cor — Dramático.

Nota: o bloco informativo «Notícias» será transmitido no intervalo do filme.

00.35 — Últimas Notícias

00.50 — Encerramento de Emissão

Amanhã

RTP/1

11.00 — Sumário

11.07 — Memória dum Povo

11.30 — Espaço 11/13

12.30 — Vereda Tropical

(69.º episódio): Marco observa, de longe, o encontro de Zeca com a mãe e Luca e vê-os levarem a criança para o posto médico pois está febril e com muita tosse.

Bárbara e Olívia resolvem sair para celebrarem o reatamento do seu romance e escolhem a «boite» onde Leo actua.

Cesco e Teo vão também a essa «boite» e Leo faz um solo de bateria para impedir Cesco de dançar com Vanessa.

Catarina assusta-se quando é surpreendida por Verónica escolhendo uma jóia para homem.

Luca anuncia a Jamil que se vai afastar definitivamente de Silvana. Verónica surpreende Catarina e Alfredo beijando-se no escritório.

13.15 — Jornal da Tarde

15.00 — Desenhos Animados

15.25 — Documentário

15.45 — O Homem Montanhês

16.10 — O Conde de Monte Cristo

17.10 — O Dia a Dia

17.35 — Trânsito

18.00 — Sumário

18.05 — Tempo dos Mais Novos

18.45 — País, País

19.15 — Telemundo

19.55 — O Livro Grande de Petete

20.00 — Telejornal

20.30 — Boletim Meteorológico

20.35 — Vamos Jogar no Totobola

20.55 — Corpo a Corpo

21.45 — Noite de Cinema — «Artigo 22»

00.05 — 24 Horas

00.30 — Volta a França em Bicicleta

RTP 2

16.30 — Europa TV

20.00 — Notícias

20.05 — Conheça Melhor

20.30 — A Aventura da Arte Moderna

21.25 — Notícias

21.30 — Foi Êxito na TV

22.35 — Últimas Notícias

22.40 — Vereda Tropical

AOS PAIS

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

«Transporte sempre as crianças no banco de trás»

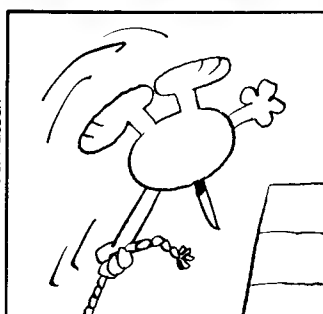
Um César Americano

«O Princípio da Sabedoria»

GRUNDIG PORTUGUESA
comércio de artigos electrónicos, Lda.

Rua Bento Jesus Carapa, 17
Cruz Quebrada-1495 LISBOA
Telef: 4197570

Corpo a Corpo



MARES DE HOJE		TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS	
PREIA-MAR	BAIXA-MAR		
08.45 3,40 m	02.15 1,40 m	BRAGANÇA	—
21.09 3,40 m	14.41 1,50 m	VIANA DO CASTELO	23°
	Dia 16	VILA REAL	18°
09.54 3,40 m	03.23 1,40 m	PORTO	24°
22.24 3,40 m	15.55 1,50 m	COIMBRA	22°
		CABO CARVOEIRO	16°
		CASTELO BRANCO	19°
		PORTALEGRE	22°
		LISBOA	24°
		ÉVORA	21°
		BEJA	19°
		FARO	21°
		SAGRES	19°
		PONTA DELGADA	18°
		FUNCHAL	18°

UDP desmente que José Manuel Relvas tivesse sido seu militante

Ainda por identificar um dos mortos da explosão na Avenida dos Estados Unidos

A Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Combate ao Banditismo (D'CB), afirmou esta manhã ainda não possuir dados sobre a identidade de uma das duas vítimas mortais da explosão ocorrida, na madrugada de ontem, no 1.º andar do prédio n.º 105 da Avenida dos Estados Unidos da América, em Lisboa. Recorde-se que, tal como noticiámos, um dos mortos foi José Manuel Miranda Relvas, de 30 anos, filho do proprietário do andar, o coronel na reserva, José Eduardo Miranda Relvas, de 65 anos, na altura ausente com a mulher de férias em São Pedro de Moel. Na habitação, mas num outro andar, encontrava-se outro filho do casal, Luís Eduardo Miranda Relvas, que saiu ileso, tendo a deflagração provocado ainda ferimentos no locatário do andar contíguo, o médico José Augusto Barreiros da Costa, de 67 anos.

Uma notícia veiculada pela NP, que apresentava José Manuel Miranda Relvas como militante da UDP, foi de imediato desmentida pelo dirigente daquele partido, major Mário Tomé. Ao que o DL conseguiu apurar, José Manuel Moreira Relvas, que foi furiel miliciano em Angola, terá sido simpático de uma organização da extrema-esquerda (PRP ou PRT, não o conseguimos confirmar), sendo o seu pai um oficial dos Serviços Administrativos, pouco motivado para a política, que, em 1973, passou voluntariamente à reserva, depois de ter feito duas comissões na Guiné e de ter passado pela Guarda Fiscal.

Quanto ao morto ainda não indentificado, sabe-se apenas que é do sexo masculino.

«FP-25» e «ORA» reivindicam atentados

Entretanto, os quatro atentado bombistas (dois em Setúbal, dois em Évora), também perpetrados na madrugada de ontem, foram simultaneamente reivindicados pelas «FP-25» e por uma organização até agora desconhecida, a ORA (Organização Revolucionária Armada), que observadores admitem ser integrada por elementos dissidentes das próprias «FP-25».

No manifesto que fez chegar às redacções de vários órgãos da Comunicação Social, a ORA refere que «irá imprimir um cunho violento e armado à luta contra o Poder, representado pelos governos, que põem ao seu serviço instituições armadas e repressivas (...) Poder que de tudo se serve para sustentar a força que renasce da sua acção violenta (...) Poder que vende o País em que nascemos às multinacionais e monopólios estrangeiros (...) Poder que estabelece regras de comportamento a que chama «Leis» e que compra aqueles que a regem».

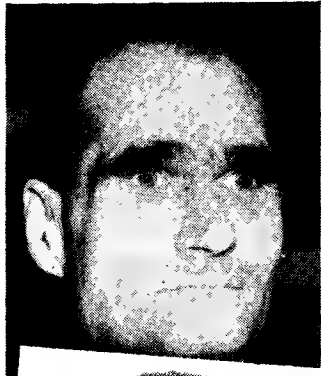
Os atentados mereceram, porém, a condenação de forças de quadrantes políticos que vão da GTP à AP. Para a GTP, toma-se sintomático o facto de que tais actos terroristas aconteçam exactamente numa altura em que as forças de direita e reacçãoárias pretendem voltar à carga com a aprovação da famigerada Lei de Segurança Interna. Quanto à AP, depois de considerar que a colocação das quatro bombas visa «ameaçar o Governo nas suas propostas de alterações estruturais do sector agrícola», apela «aos responsáveis do Governo para que mobilizem todos os meios ao seu dispor no combate ao terrorismo».

Homicídio a bordo de navio

O segundo comandante do navio mercante «Walli», ancorado no Cais de Alcântara em Lisboa, foi ontem morto com diversas facadas quando a bordo foi atacado por um tripulante daquele barco, registado no porto de Tânger.

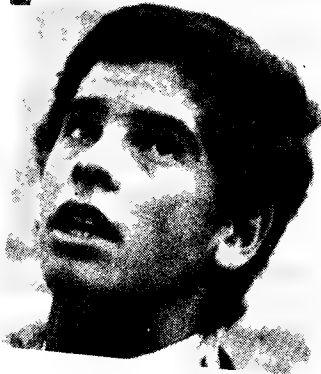
Tanto a vítima, Majidi Jilali, como o homicida são de nacionalidade marroquina.

D/E/C/A/R/A/S/



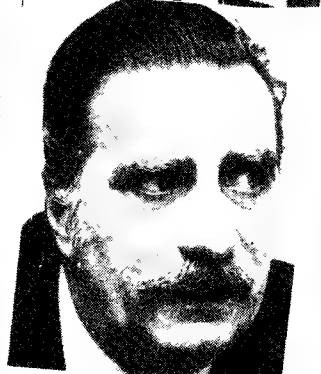
RUDOLF HESS, o antigo lugar-tenente de Adolf Hitler, regressou à prisão de Spandau depois de um internamento hospitalar de quase uma semana, disse em Berlim Ocidental um porta-voz das forças militares britânicas. Anderson Purdon disse a uma agência noticiosa, numa entrevista pelo telefone, que o estado de saúde de Hess era «satisfatório», mas recusou-se a dar mais pormenores. Purdon sublinhou que Hess tinha sido levado para o hospital militar britânico em Berlim Ocidental cerca da meia-noite de terça-feira, para observação. «Hess tinha-se queixado que não se sentia bem», disse. Os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a União Soviética, os quatro aliados da Segunda Guerra Mundial, tomaram em conjunto a decisão de levar Hess de volta à prisão de Spandau, disse Purdon.

JOSÉ AFONSO foi ontem homenageado num programa especial da Rádio Nacional de Espanha por cantores espanhóis e portugueses, que propuseram a celebração de uma homenagem peninsular ao cantor de «Grandola Vila Morena». Os que intervieram no programa, com duração de uma hora, comprometeram-se a participar num recital em homenagem ao cantor português. A principal dificuldade é a capacidade de organização, concluíram, ao mesmo tempo que alguns deles se comprometeram a fazer parte de uma comissão com representantes dos dois países para estruturar o recital.



BOB DYLAN encarnará no cinema a figura de um cantor rock norte-americano que em 1965, no norte de Inglaterra, uma cantora de quem quer fazer uma «super-estrela». A película, que terá por título «Hearts of Fire», será dirigida por Richard Marquand e produzida pela sociedade norte-americana Lorimar, a produtora da série «Dallas». Para contracenar com Dylan foi escolhido o actor britânico Rupert Everett. A rodagem de «Hearts of Fire» começa em Agosto na Grã-Bretanha e a estreia está prevista para Junho de 1987.

SAM NUJOMA, presidente da Organização do Povo do Sueste Africano (SWAPO) e actualmente em visita ao Senegal, reuniu-se ontem com o presidente em exercício da OUA, Abdou Diouf, a quem informou do desenvolvimento da luta de libertação na Namíbia. «As forças imperialistas que apoiam o regime de Pretória são incapazes de sustentar a luta do povo namibiano pela sua independência, sob a di-



recção da SWAPO», disse Sam Nujoma depois da reunião com o presidente senegalês.

JOÃO MOURA, para participar na tradicional corrida de touros promovida anualmente pela Casa da Imprensa, a favor da sua obra social, o cavaleiro de Monforte pediu (apenas) 2500 contos de «cachet». Assim, os jornalistas Raúl Nascimento e José Sampaio, organizadores do festival, no Campo Pequeno, contrataram Joaquim Bastinhas e Paulo Caetano, menos exigentes para com a realização dos profissionais de Imprensa.

LORENZO NATALI, vice-presidente da Comissão Europeia, vai ser condecorado pelo presidente da República Portuguesa com a grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique. A condecoração será imposta a Lorenzo Natali pelo novo representante permanente de Portugal junto das Comunidades Europeias, embaixador Leonardo Mathias, durante uma cerimónia que se realizará em Bruxelas no próximo dia 23. Natali, que durante as negociações de adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia era, na Comissão Europeia, o responsável pelas questões do alargamento, é dessa forma recompensado pelo esforço que então desenvolveu.

Constâncio defende alteração à apresentação de moções de censura

O Partido Socialista irá propor no próximo processo de revisão constitucional a criação de um novo mecanismo com vista à apresentação de moções de censura construtivas, revelou o secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, durante um pequeno-almoço com jornalistas oferecido esta manhã pelo departamento das relações públicas do Hotel Meridien.

Explicitando melhor a ideia desta nova fórmula, aquele dirigente político afirmou que a partir do momento em que tal instituição vigorar, um governo só cairá no Parlamento (quando for apresentada uma moção de censura) se as oposições entre si conseguirem formar um outro alternativo. «Nem que seja uma maioria simples, ela terá de existir para que não aconteça o que sucedeu, por exemplo, com o bloco central», recordou Vítor Constâncio.

Durante a conversa, o secretário-geral do PS falou do fenómeno da bipolarização e defendeu a existência de dois polos hegemónicos do seio do sistema partidário. Revelou alguns aspectos da vida interna do partido, previu uma descida acentuada no PRD (em futuras eleições) e considerou-se «o líder da oposição» não só por ser o dirigente do maior partido, mas também por as sondagens indicarem uma subida considerável do Partido Socialista. Sobre esta conversa daremos na edição de amanhã mais algumas notas recolhidas de um encontro que durou mais de hora e meia.

Portugal na UER

Portugal, representado pela RDP e RTP, foi eleito para o Conselho de Administração da Assembleia Geral da União Europeia de Radiodifusão (UER).

Assim, a partir de Janeiro de 1987 e durante quatro anos, Portugal estará presente naquele órgão, juntamente com a Áustria, Bélgica, Egito, Alemanha Federal, Inglaterra e França.

A presença de Portugal no Conselho de Administração da UER vai permitir que os nossos representantes participem nas suas funções, entre as quais se contam propor à assembleia geral a eleição de novos membros, examinar os relatórios das Comissões de Programas, Técnica, Jurídica e outras.

SETE PONTO SETE

SUPLEMENTO SEMANAL DO DIÁRIO DE LISBOA. SAI ÀS TERÇAS-FEIRAS. NÃO PODE VENDER-SE SEPARADAMENTE DO RESTO DA EDIÇÃO. RESPONSÁVEL EDITORIAL: JOÃO MENDES. CORRESPONDÊNCIA: RUA LUZ SÓRIANO 44, 1.200 LISBOA. TELEF. 320271/320272. TELEX: 12363

A outra maneira de combater o apartheid

Com as acusações do chefe zulu Gatsha Mangosuthu Buthelezi, que afirma que o ANC (Congresso Nacional Africano) «ordenou o seu assassinio», foi dado um novo passo na luta a que se entregam continuamente as duas alas da oposição política negra ao governo de Pretória.

«Nenhum combate armado pode ser ganho sem que o Ankatha nele participe. Não pode haver negociações políticas sem que façamos parte delas. Somos uma presença inexpugnável no combate pela libertação. Dessa posição de força estendemos a todos a mão da amizade, e prevenimos os que querem utilizar métodos brutais contra nós, que devem antes pensar duas vezes. Não sabemos até que ponto a cólera negra pode subir.» Essa cólera é a dos zulus que, com seis milhões de representantes, constitui a mais importante etnia negra da África do Sul.

Esta chamada de atenção é lançada pelo «chief minister» do home land do Kwazulu, Mangosuthu Gatsha Buthelezi, que preside aos destinos desse Bantustão autónomo povoado pelos descendentes de temíveis guerreiros que, no passado, deram muito que fazer aos soldados ingleses, e aos Boers em busca de novas terras.

O Ankatha é o prolongamento político do movimento popular do Kwazulu e do chefe Buthelezi, esse dissidente da revolução armada que maneja o verbo como uma zagaia. É um antigo movimento cultural, que o chefe Buthelezi fez renascer das próprias cinzas em 1975, e que reivindica hoje um milhão de aderentes. Este bisneto do rei Cestshawayo, célebre por ter infligido uma grande derrota às tropas de Sua Majestade britânica, em 1879, reina como senhor todo-poderoso sobre o Inkatha, que serve docilmente a sua ambição po-

quem seu pai deu o nome de Mangosuthu (à letra: demasiado belo para ser verdade) quando soube do seu nascimento, herdou por tradição real a bandeira da nação zulu, isto é, dos «filhos do céu». Ele considera um insulto que o reduzam à condição de chefe tribal, porque, segundo diz, isso é desdenhar do seu papel de chefe nacional, e desdenhar também dos 40% de membros do Inkatha que, segundo ele, não são zulus. O chefe Buthelezi ocupa incontestavelmente uma posição política na cena sul-africana e internacional. Os chefes de Estado ocidentais apreciam-no como homem sensato, um dirigente moderado e legítimo, o meio termo que se opõe aos extremismos.

É certo que as suas tropas são mais recrutadas na população dos campos do que na das cidades. Apoiando-se numa sondagem, um sociólogo, Mark Orkin, concluiu que «mesmo no seu próprio território» (a província do Natal) ele representa uma minoria. É difícil saber que percentagem da comunidade negra é o que Inkatha representa, devido à própria natureza desse movimento ao qual a adesão é «voluntária» mas na verdade fortemente aconselhada por quem vive na Zululand.

Implantada em todas as camadas da população, o Inkatha dispõe de estruturas para militares, os Amabatho, que não hesitam em utilizar a coacção para dominar os recalcitrantes. As suas brigadas de jovens, de boinas negras e arvorando a efígie do chefe, exibem-se quando há reuniões do movimento.

O Inkatha, que controla todos os lugares submetidos a eleições da Assembleia Legislativa do Kwazulu é, antes de mais, considerado como um movimento zulu, mesmo que o seu chefe represente, mais amplamente, uma corrente do pensamento negro e da luta de liberta-

óculos, barba e fato sóbrio, que às vezes, nas festividades, troca por uma pele de leopardo. Mangosuthu Buthelezi é um «animal político». Ele responde aos golpes dos seus adversários e percorre o país e o mundo para dar a conhecer as suas ideias e falar dos seus receios. O seu programa: abolir o «apartheid», suprimir o Parlamento tricamaral, libertar Mandela e os presos políticos, estabelecer uma nova Constituição e, por fim, realizar eleições em que participariam todos os sul-africanos. Grande adversário do «apartheid», ele sempre recusou a independência do Kwazulu, composto de quarenta e quatro pedaços de território semeados na província do Natal. «É uma ilusão pensar que a África do Sul pode encontrar a paz, a estabilidade e o crescimento económico sem a libertar do «apartheid» e sem substanciais mudanças políticas», assegura ele.

Há anos que pede ao governo um calendário de reformas sem nunca o obter. O governo tenta, no entanto, conciliar as boas graças daquele que é uma figura de proa da contestação pacífica, devido ao peso real ou suposto que ele representa na etnia zulu.

Mas as autoridades sul-africanas não vão ao ponto de ceder à condição «sine qua non» posta por Buthelezi para a abertura do diálogo, isto é, a libertação de Nelson Mandela, por quem o chefe do Kwazulu vota uma admiração profunda.

Ao contrário de grande número de organizações anti-«apartheid», favorável às sanções, ele faz uma campanha encarniçada contra elas porque, afirma, «os Negros serão completamente esmagados pela ruína da economia». Antigo companheiro de Oliver Tambo, de Walter Sisulu e de Nelson Mandela, no seio do ANC, antes desse movimento optar pela via violenta, depois da sua interdição em 1960, não cessa hoje de combater a violência, achando que esse meio

nunca permitirá chegar à libertação. «A história mostrou que os homens que utilizam o terrorismo para atingir o poder, usam depois o terror para governar», diz ele, de acordo, neste ponto, com as autoridades do país.

Partidário da livre empresa, fez notar que «em África, nos países onde as teorias socialistas foram postas em acção, elas não permitiram melhorar a vida dos cidadãos comuns». Personagem controverso, acusado de megalomania, chamado por uns «marionete de Pretória», por outros «traidor à causa» e símbolo da divisão étnica instaurada pelo governo através dos homelands, ele trabalha com tanta virulência contra os seus adversários políticos directos que são o ANC e a UDF (Frente Democrática Unida), como contra o poder branco.

O chefe Buthelezi pensa, de resto, que a África do Sul está «à beira do pesadelo que a Rodésia conheceu durante quinze anos, antes de se tornar finalmente independente, em 1980». «Um erro a não repetir», sublinha ele. Preocupado com o futuro, ele deseja que o chefe do Estado, Pieter Botha, avance o mais depressa possível na via da mudança porque «pode chegar o tempo em que eu seja levado a bater-me porque o meu povo me pede que o faça. E, como seu fiel servidor, farei o que ele me disser para fazer». De momento, «faz pressão» verificando que foram dados alguns passos. Ele age a seu modo, «convencido de que esse modo é o único que actualmente é bom».

Apesar das críticas que o acusam de trabalhar «no interior do sistema», continua a avançar no caminho que traçou, replicando ponto por ponto aos seus detractores, também eles cada vez mais virulentos».

M.B.R.

Sinais dos Tempos

Já aceitou

O dr. José Manuel Vilça, jornalista do «Diário de Lisboa» e advogado, já aceitou o convite que lhe foi feito para assumir a direcção do «Acção Socialista», órgão do PS. A nova situação desenhou-se na sequência do Congresso em que Vítor Constâncio assumiu o cargo de secretário-geral do partido. José Manuel Vilça substitui António Manuel, que desempenhava as funções de director-adjunto, visto que a direcção do jornal era assegurada por António Macedo. António Manuel fica a dirigir o gabinete de Imprensa do PS.

Reservas CEE

Dos cinco aprovados no concurso público para administradores de Imprensa na CEE (concorreram cerca de 50 candidatos), três trabalham nos quadros redactoriais do «Diário de Lisboa»: trata-se dos drs. José Manuel Vilça (agora director do «Acção Socialista»), José António Cerejo e João Mendes. Os dois outros finalistas são os drs. António Perez Metello (jornalista da RTP) e Paula Figueiredo (jornalista da «Notícias de Portugal»). Estes cinco nomes integram uma lista de «reserva» de onde, em princípio, serão escolhidos quadros a colocar até 31 de Dezembro próximo. A não se verificarem colocações até essa data, a mesma lista poderá ser revalidada pelo prazo de um ano.

Soares e os repórteres da República

Mário Soares estará amanhã presente no lançamento da obra «Grandes Repórteres Portugueses da I República», que se realiza na Sala Artur Portela da Casa da Imprensa, ao fim da tarde.

Lang no «Frágil»

Para além da sessão que animou no Meridien, em torno da questão das relações entre Cultura e Poder, o ex-ministro francês Jack Lang almoçou em Belém com o Presidente da República, a convite deste, e passou, à noite, pelo bar «Frágil», o «Rossio da Rua da Atalaia», recentemente regressado ao seu aspecto (quase) original. A entrada do ex-ministro no bar fez sensação e permitiu aos presentes confirmarem que o local está no centro da actividade mental das noites lisboetas.

«Grande Negociação»

No seu regresso de Moscovo, o presidente francês, François Mitterrand, tem salientado que encontrou na capital soviética um «clima diplomático» que o satisfaz, e deixando entender que se multiplicam os prenúncios de uma nova «Grande Negociação» entre a URSS e os EUA. Aparentemente, a equipa Gorbachev estaria disposta a concessões de considerável importância para impedir o desenvolvimento da Iniciativa de Defesa Estratégica americana, considerada o mais grave dos perigos para o futuro do

Aos cinquenta e sete anos, aquele a

Apesar do seu ar professoral, com



O centenário de um sonho

Pág. 5



Famílias de evacuados de Chernobyl no campo de pioneiros da central de Tripolskaya (foto TASS)

O desastre de Chernobyl renovou alguns hábitos dos «media» soviéticos

Págs. 6 e 7

Fantasyland

(A crise da arquitectura do humanismo II. A propósito de Adolf Loos, de Gaudí, da fantasia e do futuro — função e ornato em arquitectura).

«Follies»

No final do séc. XVIII, o arquitecto britânico William Chambers desenhóu para os jardins reais de Kew, a sudoeste de Londres, uma série de «follies» arquitectónicas: um pagode chinês, uma igreja gótica, um arco romano em ruínas, um templete grego de planta circular, etc. Tratou-se da concentração, num local e momento específicos, de uma arquitectura «de todos os tempos e todos os lugares» como escreveu Louis de Carmontelle responsável pelas «follies» francesas — as do Parc Monceau, desenhadas entre 1773 e 1778.

A partir de 1937, o arquitecto português Cassiano Branco desenhóu os edifícios do «Portugal dos Pequenos» em Coimbra, essas «follies» à portuguesa; não é nada seguro que a ideia que lhes presidiu não se apresente em mais de um aspecto à de Chambers ou Carmontelle.

«Fantasyland»

A Grã-Bretanha vai assistir dentro em pouco à implantação de uma ideia «urbanístico-lúdica» norte-americana; chamam-lhe o «theme park» e o título do projecto é «Fantasyland». Trata-se de uma vasta superfície coberta («leisure box»), espécie de disneylândia com centros comerciais; haverá aí lagos, campos de jogos, reconstruções revivalistas de edifícios medievais e praças victorianas, florestas «tropicais», aldeias típicas, o «Starship Jupiter III» — restaurante em forma de nave da «Guerra das Estrelas» e com empregados «robot», —, um simulador de Boeing 747, etc.

Moral da história. Há alguma?

Gaudí e Loos — utopias

Adolf Loos, o vienense, e Antonio Gaudí e Cornet, o catalão, viveram sensivelmente na mesma época (morreram respectivamente em 1926 e 1933).

A revista «Das Andere», o livro Ornamento e Crime, a casa de Gustav Scheu, primeiras obras de Loos, são contemporâneas da parte mais célebre da arquitectura catalã de Gaudí.

Mas o trabalho dos dois arquitectos não podia ser mais diferente; para Loos, Gaudí seria o protótipo do «criminoso» em arquitectura.

Talvez valha então a pena comparar os dois casos:

Creio que Gaudí e Loos representam talvez exemplarmente duas **utopias alternativas** que se defrontam em toda a história da arquitectura; uma delas (a do vienense) exprime-se basicamente pela conjugação do pilar e da arquitrave como exposição elementar da estrutura de peso e suportes e assenta «historicamente» no mito da Cabana Primitiva. É a **utopia da função**, ideia de uma arquitectura que não seja outra coisa senão a resposta a necessidades práticas — nomeadamente a de termos um tecto sobre a cabeça.

Gaudí representa a **utopia peregrina** — a do ornato. As formas que lhe «correspondem» são o arco e a abóbada — disfarces do sistema de peso e suporte autonomização da



forma em relação à função, ideia de uma arquitectura que apele aos sentidos antes de à inteligência ou à «conveniência» (para utilizar um termo setecentista que designava a função).

Sucede todavia que toda a arquitectura digna desse nome só existe na estrita medida em que se torna mais surpreendente e arbitrário o caminho entre a função e a forma que lhe corresponde. Mas também na medida em que tal correspondência existe de facto.

A arquitectura de Loos não se resume jamais ao princípio que ele próprio defendeu — o de que arte arquitectónica só existe em edifícios radicalmente a-funcionais: os **túmulos**; é mais adequado à realidade aplicar-lhe a máxima do seu amigo e cliente Tristan Tzara: «a arte é o processamento contínuo das diferenças». De facto, os edifícios de Loos mostram interiores cheios de surpresas, mudanças súbitas de nível, escadas helicoidais rasgando planos, exploração dos vãos como reveladores ou palcos da articulação de volumes, ângulos e espaços; os seus exteriores expõem por

vezes construções inteiramente abstractas.

Trata-se de **forma** (de ornato), em duas palavras.

No que respeita a Gaudí, não há nada menos «racional» que os telhados ondulados que desenhóu; mas também não é possível conceber melhor adaptação ao clima da Catalunha que a solução do arquitecto para os vãos da Casa Batlló (1904-06) ou da Casa Millá (1906-10); os bancos em curva e contra curva da grande praça do Parque Güell (1900-1914) permitem que as pessoas se sentem para conversar, para estarem sós, para olharem a paisagem, para manorarem — sem se perturbarem uma às outras.

São **funcionais**, portanto.

As questões da arquitectura não são, de facto, as de maior ou menor funcionalidade ou ornamentação (embora haja na insistência sobre estes aspectos muito de uma **questão moral** que conviria debater; um dia será).

As questões da arquitectura são as das suas utopias. No sentido preciso em que toda a arquitectura é **dene-**

gação de uma utopia.

Pode afivelar-se a máscara (por vezes tão sentida que se confunde com o rosto) da indiferença pelos **compromissos** a que a prática arquitectónica obriga. Mas é muito raro que se execute o único gesto que pode assinalar, para um arquitecto, a radical recusa a esses compromissos: do de Miguel Ângelo quando decidiu **abandonar a Arquitectura** em desespero de Absoluto.

Projectar é denegar a utopia, chegar a comprometidas certezas. É erguer essa metáfora dos saberes e das sociedades que o edifício sempre representou.

Pode acontecer que um certo desalento e confusão dê origem, em épocas de crise, à ironia e ao jogo — e temos os Kew Gardens, o Parc Monceau, o «Portugal dos Pequenos».

Mas pode também suceder que, de repente, se tome a **utopia à letra**, a metáfora no seu sentido literal — e se projecte o ornato puro (a «Fantasyland») ou uma sociedade inteira sobre o estirador (para não ter de comprometer os edifícios com o existente); e

teríamos neste último caso, os planos do Corbusier para o Rio, S. Paulo, Paris (a frase sobre o estirador é aliás dele).

A verdade porém é que só uma das utopias da arquitectura (a da função) deu origem a impulsos de Totalidade como os do Corbusier; tais impulsos fizeram-se sentir sempre (mas talvez não **para sempre**) contra o ornato, contra o «capricho» (contra o gótico, contra o barroco, contra o rococó, contra o ecletismo novecentista).

A história de uma utopia

Nem os arquitectos greco-romanos nem os da Renascença tiveram a função como programa. Foi o triunfo das teorias da representação no campo da arquitectura, até porque correspondeu ao predomínio do Estado Absoluto, que abriu caminho ao dogmatismo. Entre o simbolismo medieval e as teorias neoclássicas do séc. XVIII, o lugar do Homem na arquitectura enquanto ideologia do subjectivismo e individualismo, **não se chegou a afirmar**. E a questão é mesmo capaz de ser essa.

O séc. XVII assinalou, pelo menos em França, uma tentativa sistemática de amarrar a arquitectura a uma gralha unívoca de representação: da Natureza e do Homem — um homem irreal, «grego», projectado «ad quadratum» e «ad arcum» como no Renascimento, mas agora enquanto módulo de uma escala que o ultrapassava em definitivo; não é por acaso que a dimensão **urbanística** se tornou muito mais importante que a propriamente arquitectónica nos séculos XVII e XVIII (e no Modernismo...). A arquitectura foi palco de uma campanha tendencialmente **anti-humanista**. A linha recta, a conjugação do pilar e da arquitrave, o espaço centralizado ou de direcção única, o círculo e o semicírculo, o ordenamento perspectivo foram formas de base de um pensamento dominado pela visão e a inteligência e profundamente desconfiado em relação à dissonância, às sensações tácteis, à arbitrariedade das reacções individuais. Um tal pensamento estava a um passo de «descarrilar» para o materialismo mecanicista de um La Mettrie e postular a existência de um «homem-máquina» (dentro de uma «máquina de habitar»... dirá, cento e cinquenta anos depois, Corbusier).

Quando Claude Perrault, em meados do séc. XVII, introduziu na teoria da arquitectura as questões da funcionalidade e da verdade em relação à Natureza e ao Homem, deu-se uma decisiva **deslocação** da teoria arquitectónica clássica. Já referimos noutro local que C. Perrault foi responsável por um efeito contraditório na teoria: por um lado, introduziu nesta a questão da arbitrariedade dos signos, abrindo caminho ao **subjectivismo**; por outro lado, forneceu o pretexto para a criação de um **novo código** que substituisse o das Ordens Clássicas já obsoleto e demasiado marcado pela abstracção inerente à arquitectura. Esse novo código foi o da **função**.

O **funcionalismo racionalista** tornou-se a nova rede representacional onde se podia «arrumar» cada homem (e iludir a sua existência), colocar entre parênteses o indivi-

Continua na pag. 3

dualismo, efectuar uma muito significativa operação de maquinização do Sujeito clássico como topos da Arquitectura (não é por acaso que Laugier foi a grande referência clássica do Corbusier).

Representando funções (auto-representando-se, afinal), a arquitectura passou a dispensar o homem e a produzir o tabuleiro das cidades iluministas como a Lisboa de Pombal/Manuel da Maia/Eugénio dos Santos ou utopias quase megalómanas como a desse espantoso «Tratado da Ruação» escrito pelo português José de Figueiredo Seixas nos anos 60 do séc. XVIII.

Repare-se no facto (aparentemente paradoxal e jamais explicado decentemente) que a arquitectura iluminista e a maioria das ideias dos arquitectos «visionários» do séc. XVIII (como Boullée ou Ledoux) foram de facto elaboradas antes da Revolução Francesa, em pleno Antigo Regime e para servir o Estado Absoluto e a Aristocracia. Neste como noutros aspectos, a burguesia «enganou» os historiadores modernos (a começar por Engels...); é que, no campo da arquitectura, o iluminismo não foi um pensamento burguês. A teoria arquitectónica de Laugier ou Quatremère de Quincy foi elaborada por servidores do Estado e para seu serviço; pense-se nos exemplos anteriores de Versailles ou da cidade de Richelieu — urbanismos organizados em função do ponto de vista do Sujeito clássico mas profundamente indiferentes em relação ao Humanismo renascentista (como se sabe, a Renascença nunca ergueu uma «cidade ideal» sem compromissos com o passado e a realidade. Pienza assinala esses compromissos, a utopia de Filarete era claramente a-funcional e o caso de Palma Nova passou por uma planta radiocêntrica que pressupõe questões diferentes das do tabuleiro perspectivo de Richelieu ou da Baixa Pombalina).

Humanismo e luz

O pensamento verdadeiramente burguês e humanista da arquitectura é o que corresponde aos **romantismos**: a teoria do «carácter» dos edifícios (que é a da determinação das sensações individuais pela arquitectura), a teoria do hábito e do prazer de Dubos que vinha de C.P. Perrault, a teoria do sublime de Burke; e depois as ideias de R. Morris, Pugin, Ruskin — teóricos britânicos, e não por acaso. Tal como não foi por acaso que os Kew Gardens ou o «gothic revival» apareceram em Inglaterra como expressão da desconfiança, de facto burguesa e humanista, perante princípios «eternos» e perante uma arquitectura e urbanismo onde não havia lugar para o Homem a não ser como módulo-máquina na rede das funções.

A teoria arquitectónica clássica continha, porém, a negação dessa utopia maquinal; pressupunha ainda um antropocentrismo cujas instâncias de fixação eram a figura do Rei, o olho perspectivo, ou o módulo constituído pelas proporções do corpo humano.

Mas com a crise geral da religião, do Estado e do humanismo que sobreveio na segunda metade do séc. XIX, puderam enfim reunir-se as condições ideológicas para a arquitectura moderna.

A Arquitectura do primeiro Modernismo é em geral **anti-humanista**, pesem embora todas as afirmações em contrário e hesitações teóricas dos mestres do movimento moderno. A utopia da função atinge um máximo de pureza e incandescência: «Eis o programa... mostrar que a indústria cria através da selecção (através da série e da estandardização) objectos puros... mostrar que um apartamento pode ser

estandardizado para satisfazer as necessidades de um homem «de série». A célula de habitar, prática, confortável e bela; verdadeiramente máquina de habitar» (Le Corbusier, 1925).

Tais «programas» não passaram porém, como se compreende, de uma tentação; a arquitectura, já o disse, é compromisso e denegação de utopias (o que significa que, negada, esta é **afirmada — na forma da arquitectura moderna, precisamente, na sua «sobriedade»**).

Mas houve um aspecto em que esse comprometimento ainda «clássico», por assim dizer, com as noções de habitat ou monumento ganhou um germe de corrupção que se revelaria profético — e definitivamente não-clássico.

É que a utopia peregrina (ou uma forma moderna dessa utopia) esteve presente desde a raiz no próprio coração da teoria e da prática arquitectónicas do primeiro Modernismo: refiro-me à questão da **luz**.

Não é esta a oportunidade de discutir este problema como ele merece. Basta que se assinala a verdadeira **obsessão pela luz**, o verdadeiro fototropismo, que atravessa os textos do Corbusier ou as teorias da Bauhaus; a luz é entendida como metáfora ou expressão do movimento e o edifício como um diafragma que se deve desvanecer para lhe dar lugar.

Os desenhos dos anos 20 e 30 abundam em figurações de edifícios iluminados a projectores; mas recordam-se também as Exposições Internacionais, a de Barcelona em 1929 — e até a do Mundo Português em 1940. Ou a Nuremberga nazi. Recorde-se, em resumo, a luz que disfarça e **substitui** as formas, uma arquitectura de velocidade, guerra e cinema que era o prenúncio da destruição real dos objectivos ou do seu desvanecimento para contemplações e reflexões perenes. E a substituição do ponto de vista perspectivo (ainda humano e humanista) pelo da máquina: a câmara, o avião.

A prática do Estilo Internacional dos anos 50 e 60 não foi mais que a assunção (comprometida com os poderes e o Capital) desse desvanecimento do objecto arquitectónico; utopia (interessante e preguiçosa) da função — desculpada esteticamente com a luz como único «ornamento».

O ornato

Mas as reacções irónicas à morte da linguagem clássica e à utopia da função (que foram os Kew Gardens ou o «Portugal dos Pequeninos») são coisa do passado. A ironia também já morreu.

Manfredo Tafuri escreveu em 1968 (quando apenas se começava a pensar sobre estas questões) que a cidade moderna se transformou «num Luna Park que não funciona, rica de imagens persuasivas, redundante nos signos e cada vez mais vazia de significados».

Creio que o crítico e historiador italiano, ao lamentar-se, passava ao lado do essencial (que o Julien Temple de «Absolute Beginners» percebeu muito melhor à sua maneira);

É que a «Fantasyland» ainda fechada na sua «box» anuncia uma Terra de fantasia e luz; efémero contemporâneo (não irónico mas estático) de todos os locais e épocas que corresponde ao gosto eclético das massas — bem capazes, «criminosas» como são no vocabulário de Adolf Loos, de tomar à letra a utopia do Ornamento e de levarem tudo ao extremo — comportando-se elas próprias como ornato de uma arquitectura desvanecida.

Paulo Varela Gomes

Waldheim no trono austríaco

KURT WALDHEIM, eleito presidente da República da Áustria, deu oficialmente início às suas funções a 8 de Julho. A cerimónia, durante a qual Waldheim pronunciou um discurso, decorreu com a presença do corpo diplomático. Notou-se, no entanto, a ausência do embaixador de Israel dos Estados Unidos, em férias, que se fez representar por um encarregado de negócios.

A escolha foi sem equívoco. Ao eleger Kurt Waldheim para a presidência da República, com uma confortável maioria, os austríacos quiseram mostrar ao mundo inteiro que tinha os olhos neles, o seu desejo de serem senhores do seu próprio destino. Resta-lhes, agora assumir as consequências dessa escolha durante o período em que o antigo secretário-geral das Nações Unidas vai ocupar a Hofburg, isto é, seis anos, se ele levar o seu mandato até ao fim.

Ao longo da campanha eleitoral, o candidato Waldheim quis ser tranquilizador. As acusações do Congresso judeu mundial acerca do seu passado nos Balcãs? Cairam definitivamente, segundo ele, uma vez passada a eleição. A desconfiança dos outros países? Acreditem na minha velha experiência de homem de Estado, respondia, o realismo político acabará por vencer e em toda a parte surgirá o tapete vermelho perante o presidente democraticamente eleito, da Áustria.

Ora, na véspera da tomada de funções do presidente Waldheim, o quadro não era assim tão cor-de-rosa.

Uma imagem degradada

O mal-estar engendrado pelas revelações do Congresso judeu mundial não se dissipou, longe disso. «**Podem procurar durante cem anos, que não encontram nada, nada...**», exclamou Kurt Waldheim no dia seguinte ao da sua eleição. Firmemente apoiado pela derradeira linha de defesa («**Não fui mais do que um pequeno burocrata do estado-maior do general Loehr**»), refuta todas as novas acusações que lhe foram feitas desde a sua eleição, em especial a de ter feito parte dos serviços de segurança da Wehrmacht.

Claro que nenhum documento mostra o tenente Waldheim como criminoso de guerra dando ordens de represálias ou deportação. Mas ele surge hoje como um actor do drama no limite do saber e do poder, uma roda, é certo que menor, mas indispensável da máquina nazi. Confortado pela memória — ou pela ausência de memória — da maior parte dos austríacos da sua geração, levou o mais longe possível a desculpa absolutória do dever cumprido e da obediência às ordens.

Claro que Kurt Waldheim pode valer-se do benefício da dúvida, de que beneficiou por parte do primeiro-ministro israelita, Shimon Peres, ou, mais recentemente, do presidente Reagan, que decalrava ao jornal «USA Today»: «**Os elementos de provas não foram concludentes, e sabemos que ele fazia parte do exército, assim como muita gente**». Mas ele não pode ignorar que esses mesmos dirigentes reservaram uma porta de saída com a acumulação das peças do dossier (no qual continuam a trabalhar os historiadores do CJME e o presidente do tribunal Russell) tornassem o presidente Waldheim definitivamente infrequentável.

Desde já, a imagem internacional da Áustria degradou-se consideravelmente. A difícil posição de equilíbrio, que ela mantinha entre o Leste e o



Oeste, entre os árabes e os israelitas, simbolizada pela actividade diplomática do chanceler Bruno Kreisky está, por longo tempo, comprometida. A chamada a Jerusalem do embaixador de Israel na Áustria, a projecção de Shoah na Knesset no preciso momento em que Kurt Waldheim entrou em funções, mostram o desejo israelita de ir o mais longe possível na rejeição. Kurt Waldheim está suficientemente dentro dos usos da diplomacia para pesar os termos das mensagens de felicitações que lhe foram dirigidas após a sua eleição. Só o Luxemburgo se absteve de mandar um telegrama, tendo o cuidado de fazer saber que «**não se tratava de um esquecimento**». Os termos muito pouco calorosos das mensagens francesas, italianas e britânicas mostravam todas um desejo de distanciamento e tinham em vista preservar o futuro das relações bilaterais com a Áustria, sem por isso celebrar a entrada de Kurt Waldheim no «clubes dos chefes de Estado».

O embaixador dos Estados Unidos em Viena, Ronald Lander, encontrou-se na impossibilidade de adiar as suas férias por quatro dias, e foi representado nas cerimónias de 8 de Julho pelo seu encarregado de negócios.

Waldheim arrisca-se a ainda esperar muito tempo por um convite em boa e devida forma, de um Estado ocidental.

A Suíça na primeira linha

Por uma vez, a Suíça encontra-se na primeira linha visto ser de tradição que a primeira visita de um presidente austríaco seja para o seu vizinho alpino. Ora surgiu oportunamente em Berna um mal-estar com a descoberta da tese de doutoramento defendida por Waldheim em 1944. Tratava-se da integração da confederação helvética numa confederação dominada pelo Reich... O novo presidente deve pelo contrário, ter-se alegrado com as reacções à sua eleição, tidas pelos países do Leste e de certos Estados árabes. Infelizmente para ele, o exagero da satisfação mostrada por Moscovo, por Tripoli ou no golfo — a vitória de Kurt Waldheim foi saudada como uma derrota do sionismo — é de natureza a tornar ainda mais difícil, e até impossível, a continuação de uma diplomacia «equilibrada» entre o Leste e o Oeste, que é de tradição desde a assinatura do «tratado de Estado» em 1955 (1).

Kurt Waldheim está consciente dessa **diminutio capitis** de que sofre na cena internacional. Foi por isso que na própria noite da sua eleição insistiu no papel que tencionava ter na política interna do país: restabelecimento da confiança, restauração dos valores morais... Isso ia, dizia ele, **ocupá-lo suficientemente**... Fazendo da necessidade virtude, o novo presidente não pode ser o «grande austríaco» que pouso para os cartazes eleitorais para uso interno de um país de oito milhões de habitantes, o que não é negligenciável mas não corresponde talvez às esperanças de fim de carreira de um antigo secretário-geral das Nações Unidas.

Seria ainda preciso que ele pudesse atingir os objectivos da sua candidatura: reunir sob a sua autoridade moral as forças vivas da nação, impor a sua lei à classe política e conseguir, mais ou menos depressa, a constituição de um governo de «grande coligação» entre os conservadores e os socialistas.

Ora ainda nada foi feito. A primeira vítima política do «caso Waldheim» foi o chanceler socialista Franz Vranitzky. Assim, a derrota do seu candidato Kurt Steyrer talvez tenha infligido ao Partido Socialista austríaco o choque necessário que lhe permita nadar contra a corrente muito desfavorável para as eleições legislativas de 1987. Kurt Waldheim é obrigado a abandonar o palco da cena diplomática ao mudo activo novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Peter Jankovitsch, com quem os Estados ocidentais se desfazem em amabilidades.

Kurt Waldheim terá dificuldade em jogar aos «grandes reconciliadores», depois de ter voluntariamente «endurecido» a campanha presidencial. Mais profundamente, ele acordou o debate sobre o papel da Áustria e dos austríacos sob o III e Reich, e fê-lo consolidando a força do esquecimento e do recalçamento. Um trabalho de redescoberta da responsabilidade histórica do país no drama nazi, está finalmente em curso, animado por intelectuais que desceram do seu Olimpo.

Luc Rosenzweig

(1) O tratado assinado pelos Quatro Grandes (Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha e França) punha fim à ocupação da Áustria e garantia a neutralidade do país.

Monadologia pictural ou a imobilidade afásica do movimento em António do Carmo

HA em cada olhar um mundo céleste e trepidante que as certezas geométricas procuram domar, um lugar e um instante, percluso sobre si mesmo, donde jorra a inspiração como excepção. Ponto, unidimensional para Klee, a partir do qual o artista, sem cálculos a priori, gere e reina sobre a obra. Conquanto esse cobijado ponto reluz entre sombra e penumbra. E como uma matriz que opera à distância mas que, pela sua repercussão traduzida na obra, nunca deixa de estar encoberta. O seu drama surge no momento em que o pintor, apesar da volatilização do ponto, pela pertinência dos processos a que a pintura recorre, consegue, num ápice, transversalizá-lo, isto é, percorre, instantaneamente, a velocidade que o ponto atinge, liberando no seu sulco a vacuidade que o incita. O pintor é o confidente mudo desse arrebatamento ao transcrever ciosamente o seu percurso no plano. Mudez singela do gesto tacteando, analogicamente, a dureza seca do estilo.

Sem abusar da analogia ou, talvez, tentando fazê-la levitar por (ir)respeito, a gestão que assumimos ao mediatizar o que pune, obriga-nos a ponderar e a assentar os lindes do que alvejamos.

Declarar o movimento afásico e, além disso, realçar-lhe a imobilidade, reúne artificialmente o paradoxo que se, ao omitirmos o que o atém, não lhe rendemos a sua movência. A privação não coteja a palavra e o movimento. Pelo contrário, sem os reconciliar, conquista o que a linguística trata em termos de AGRAMATISMO e que em certas afasias conduz à degradação da frase (). O discurso toma, segundo os casos, a aparência de «um monte de palavras» () em que a flexão é, mais ou menos, abolida. O que surge, no caso da pintura de António Carmo, resolve-se, não obstante, em justaposição de elementos de um puzzle em que a flexão é assimilada a um fundo, normalmente azul, o qual é, por sua vez,

integrado ao puzzle, não sob o estatuto de uma transparência aérea, mas como uma unidade contígua, eliminando desse modo a possibilidade de recção, seja o que os linguistas designam pela propriedade que o verbo ou a preposição têm ao fazer-se acompanhar por um complemento cujo modo (ou caso) é determinado gramaticalmente.

Por outro lado, ao incutir esse agramatismo ao movimento, o espaço rarefaz-se e exhibe-se pela sua divisão em elementos simples, pictóricas monadas, além de que, pela compartimentação recebida, engendra a sua parietalização, o que nos faz dizer que o tratamento que António Carmo sugere do espaço é totalmente APERSPECTIVO.

Existe, pois, uma viva tendência a abolir a hierarquia dos elementos e a reduzi-los a uma gama única do plano. Surpreende-nos, então, a ambivalência fornecida pela combinatoria constante entre o opaco e o transparente. Ao presenciarmos o seu sortilégio, adentro dessa imobilidade afásica, o monte de elementos do puzzle surge no prumo do plano, emerge ao longo da sua densidade vertical. Todavia, se a dimensão vertical é assim sublinhada, não significa que a horizontal seja desconsiderada. É essa bidimensionalidade que nos medeia o mundo, ainda que permanentemente ameaçada pelas oscilações inerentes ao imaginário do sujeito enredado na postura contemplativa. O quadro é o lugar que nos suscita tais oscilações: a levitação do corpo através da vertigem do olhar. Ambas são tramadas pela assunção postural de duas problemáticas intimamente ligadas e que, expressivamente, promanam da questão de identificação e das relações intersubjectivas.

Em António Carmo descobrimos o olhar concêntrico do pintor que, ao excavar uma profundidade de uma ordem diferente, permite o acesso à verticalidade do objecto pictural. Pela conjugação do fundo e da figura, assim



como a percuciente desperspectivização do espaço, penetramos numa visão em que a luz chispa cor, diferenciando o espaço que, evoluindo-se, nos propõe uma argamassa que requer o quadro como musculatura. Logo, na coesão dos elementos, assoma uma densidade tão solidária da sua própria imbricação que a materialidade evidente do olhar aponta para uma dureza metalizada, opacificação voluntária do vertical. Todavia a precariedade horizontal tenta persuadir-nos a partilhar um anseio de transparência através da lírica pujante das cores. O que se agencia nesse cruzamento em que a opacidade reconhece a transparência favorece a irrupção de uma crispção, ou a interpretação de uma câibra cuja oscilação espasmódica nos convence da confrontação repetitiva e concêntrica do pintor

à superfície do plano, assim como a dos indivíduos retratados e que são regra geral, cotiados pelo esforço físico.

Do topo à base, o espaço reclama um eixo travestido numa arquitectónica muscular onde se essencializa a câibra que é o sotaque da luz titubeando no guache ou no óleo, acometendo a delineação que se curva. Nessa dissecação assim imputada ao espaço, na confraternização diaspórica da mistura óptica, a cor atinge, dis-tinta do traço, a necessidade de encurralar-se na linha. Esta operação, característica em pintura, apesar da diversidade das obras, revela que o pintor é um fronteiriço que, a desoras, chega sempre «à tabela». Ora, é nessa precisão, orientada com desvelo, que a óptica pictural corta o freio à luz, colorindo a disproporção nas incertezas em que navega.

Com efeito, dos dois elementos que conferimos a António Carmo, resulta-nos, pois, o problema que nos põe a degradação do espaço enquadrado pela actividade problemática que é pintar, e que se recentra no facto de saber que essa dupla perca-escolha que o sustém (agramatismo/aperspectivismo), e pela materialidade nele manifesta, proporciona-nos um outro cenário:

Ao considerarmos que a transparência namora a opacidade, motivamos a transgressão de uma pela outra, privilegiando a deambulação entre elas. Uma espécie de vaivém que, no ensinamento da cor, nos demonstra que o investimento visual e objectivo está totalmente concentrado no trabalho cromático. A cor devém a entidade molar capaz de constituir ou de destruir a forma. Verticalizar um «monte» de cor recolhida em percepções traduz o saber da transgressão reconhecida nos limites da agressividade dinamizada pela altivez quieta da pose. O que o contorno lhe fecha ou veda quebra-se no manso sustentáculo e equilibrado que a luz parece realizar. A cor exige-se, por isso, como problema de trans-

parência aguçado pela objectiva presença opaca do mundo. A sua lógica é o que se destaca, pela distanciação, na verticalização outorgada ao dado captado na esfera da percepção. Na transmutação da luz em cor, ou na distância que poderemos sentir da cor à luz, a qual «não existe para o pintor» como dizia Cézanne, constatamos que a sistemática molar do pintor nos convida — consentindo à abscissa do corpo e à ordenada do olhar — a imobilizar a ascensão. A alegoria cosmológica da Terra e do Sol recobre a atitude em que o olhar se coalha e se crispa num rodopio cristalino de pólo a pólo. O artista entona mas «vê-se a braços». É curioso que, segundo António Carmo, grande parte dos seus trabalhos podem transformar-se em gigantescos painéis. O efeito monumental que o pintor prevê, ainda que essa monumentalidade se encontre miniaturizada, reveste o índice de uma convertibilidade, um-não-sei-quê que segrega a grandeza enfadonha do quotidiano.

O sonho de qualquer artista, seja qual for a gestão que faça da sua obra, contém sempre esse lugar em que a criação, num só gesto, se faz adentro de si mesma, lugar unidimensional que se exhibe no acto de cada pintor autêntico, e que não é, talvez, senão a meta de todas as finalidades ao esbarrarem num deserto de tédio. A força de propulsão da pintura reside, com certeza, nesse momento de derelicção, momento híbrido de temporalidades no seio do qual o tédio se metamorfoseia em arma de decisão. É posto que António Carmo, apesar do pudor do seu gesto nos mostra, ao calá-los, os segredos enovelados da prática do seu olhar, cremos, pois, que a sua obra nos ofereceu, um «semantema» de oscilações onde, generosamente, deposita um acromático saber.

Rafael Godinho

Notas:

(1) (2) Roman Jakobson, *Essais de linguistique générale* Paris, Minuit, 1963.

Os negros no Teatro do Século

HÁ quem procure a verdade dentro de uma religião, um código, um conjunto de regras morais. Genet foi procurá-la no meio da podridão, junto dos mais fracos, dos mais sujos, dos menos seguros, criando sobre isso um código que fosse a não-religião, as não-regras, a «outra» moral. Pureza?

O teatro de Genet, de que agora poderemos ver no Teatro do Século um dos títulos mais famosos, «Os Negros», é como que um reflexo desse percurso. Era preciso fazer um teatro tão diferente do teatro como a imoralidade se opõe à moral. Tão capaz de desorientar os habituais espectadores como um marginal, se for ao seio daqueles que o não são e cometer determinadas acções que lhe são familiares, é capaz de chocar, agredir, desorientar, incomodar. Tirar da sua pele costumeira o comum dos burgueses. Chamá-lo à outra razão. Para isso, Genet criou peças em tudo diferentes das que se representavam até então, acrescentando-lhes minuciosas indicações quanto ao modo de as representar. Tudo deveria conduzir a um afastamento tão grande daquilo que a vida das pessoas habitualmente é que se chegaria ao fundo de uma ritualidade. À capacidade de mostrar uma verdade dentro da mais completa estilização. Ao atribuir a

classificação de «clownerie» à peça «Os Negros», Genet mostrou bem a que ponto o espectáculo não deveria ser cómico nem trágico mas ambas as coisas ao mesmo tempo. Tudo seria, no fundo, tão contrário às regras, que seria impossível de realizar. A partida, um tal desafio deu origem a que «As Criadas», por exemplo, talvez a mais encenada das peças de Genet e da qual acabamos de ver uma versão em Lisboa, tivesse tantas abordagens como o número de vezes que foi montada e o número de encenadores que o fizeram. Isto, apesar das concisas indicações do autor.

No que diz respeito aos Negros, Genet refere-se assim: «Uma noite, um actor pediu-me que escrevesse uma peça que seria representada por negros. Mas afinal o que é um Negro? E aliás, de que cor é?» «Esta peça, escrita por um Branco destina-se a um público de Brancos. Mas se por improvável que seja, fosse uma noite representada perante um público de Negros, seria necessário que fosse convidado para cada representação um Branco — macho ou fêmea. O organizador do Espectáculo irá recebê-lo solenemente, mandá-lo a vestir-se com roupa de gala e conduzi-lo ao seu lugar, de preferência no centro da primeira fila da plateia. A repre-

sentação será feita para ele. Sobre esse Branco simbólico será apontado um projector durante todo o espectáculo. E se nenhum Branco aceitasse esta representação? Que sejam distribuídas ao público negro, à entrada da sala, máscaras de Brancos. E se os Negros recusarem as máscaras utilize-se um manequim».

A peça, quando foi montada em França pela primeira vez, conseguiu deixar perplexos todos os críticos e homens de teatro, que tiveram dificuldade em interpretá-la.

Embora seja sabido que Genet esteve sempre do lado dos mais fracos, das minorias e dos oprimidos, tendo mesmo mais tarde lutado, nos Estados Unidos, pelo movimento dos Panteras Negras, a peça não aborda só nem sobretudo o problema racial mas sim a situação de cada homem no seio da humanidade. É aquilo que as engrenagens desta como de outras peças de Genet têm de desconcertante está na consequência de uma ideia muito clara: ser Negro sendo Branco, estar dos dois lados, espalhar a confusão no seio de si mesmo, como ele próprio dizia. No fundo, colocar problemas, obrigar os outros a colocá-los também.

Para montar este espectáculo, o Tea-

tro do Século, sob a direcção de Rogério de Carvalho, precisou de alargar o seu elenco e de tirar o maior partido que pôde das condições precárias, tanto a nível material como humano em que se encontra. Na opinião do encenador a peça está construída de tal modo que seria difícil senão impossível transpô-la para cinema ou televisão, tratando-se, como se trata, de uma linguagem tão especificamente teatral a todos os níveis, em que, para além da problemática dos Negros e dos Brancos, é a própria linguagem do teatro que é questionada. Não há uma fábula, uma intriga. As coisas surgem como que num clarão, e esse clarão mexe tanto com os actores como com os espectadores, constantemente postos em cheque.

Tendo investido neste espectáculo o subsídio de 1500 contos que possuía, a Companhia interroga-se sobre o futuro, estando certa de que neste caso foi dado um esforço grande demais não havendo condições, com tão pouco dinheiro, para tomar a montar um espectáculo de tal envergadura. Tudo depende portanto da resposta que a secretaria de Estado der ao pedido de subsídio anual que lhe foi dirigido. No entanto, supondo que as actividades poderão prosseguir o melhor possível, e embora o nome de Ro-

gério de Carvalho seja, pelo menos na fase mais recente do grupo, o de um encenador estreitamente ligado à casa, está também latente uma abertura aos jovens que comecem agora a lançar-se no teatro a todos os níveis de criação, sendo desejo do grupo que haja, de futuro, criações e actividades paralelas dentro do seu funcionamento, e de diferentes envergaduras, desde leituras encenadas a todo o tipo de experiências que possam dar vida à sala da Rua do Século.

Manuel Cintra

OS NEGROS de Jean Genet/ tradução de Jaime Salazar Sampaio e Maria José Pinto/ Encenação de Rogério de Carvalho/ Interpretação de Cucha Carvalho, Lucinda Loureiro, José Nogueira Ramos, Miguel Guilherme, Célia Barroca, Adélia Loureiro, Carlos Borges, José Lopes, Vítor Soares, Isabel Bernardo, João Romão, Paulo Magalhães e José Figueiredo Martins/ Cenografia de José Manuel Castanheira/ Música original de Alberto Lopes/ Figurinos de Vera Castro/ No Teatro do Século, Rua do Século 41, Lisboa, às 4.ªs, 5.ªs, 6.ªs e Sáb. às 21.45h. Às 5.ªs, 6.ªs e Sáb. às 18.30h e Dom. às 21.45h: «Viagem para a Felicidade» de Kroetz.

Janelas do crime: evasão, sublimação ... e cocaína

O buraco da fechadura, a janela bruscamente aberta, dão a ver a cena primitiva em que se misturam estreitamente sexo e crime. Violência da castração, regressão momentânea até ao aquém do social, postura animal, fazem desta cena um quadro que funciona como conteúdo fantasmático que ressurgir do recalco de diversas maneiras. Esta emergência, pela sua intensidade, aproxima o criminoso, o analista, o detective e o sedutor (no sentido kierkegaardiano).

Estes personagens, cuja inscrição social se mostra diferente, apresentaram-se porém como diversas faces de um mesmo ser. Kierkegaard, aliás, não deixou de aproximar o Grande Ladrão do Comissário de Polícia, um e outro reflectindo-se ao reflectirem, agindo como em espelho, tal qual reflexos invertidos. O sedutor Johannes utiliza, ele próprio, processos de detective — ou de detector — que têm em consideração teorias científicas. Ciência, sedução, crime e detecção entrecruzam-se assim, não se diferenciando talvez senão por opções de ordem moral, pela escolha de um estilo de vida, de um estilo de escrita.

Como o sedutor kierkegaardiano, Sherlock Holmes declara-se adepto do método de Cuvier. Enquanto o primeiro o aplica para avaliar a presa hipotética, reconstituindo mentalmente, a partir de um pé, o corpo e o espírito de uma rapariga (cf. Janelas Indiscretas XXVIII), o segundo prefere explorá-lo na lógica de detective: «Assim como Cuvier podia reconstituir um animal inteiro a partir de um só osso minuciosamente observado, também o observador, se estudou devidamente um facto numa série de incidentes, deverá ser capaz de anunciar aqueles que o antecederam e aqueles que lhe sucederão», diz Sherlock Holmes em *Os cinco gomos de laranja* (1).

Os detalhes infimos, os restos, a cinza, a poeira, a mancha, que tanto dizem quando se lhes presta atenção (o infinitamente pequeno de Pascal não é menos vertiginoso do que o infinitamente grande) pertencem à banalidade de existência.

Trata-se, em suma, de abstrair do banal, de nos infiltrarmos nele para nele prescudarmos os micro-elementos que nos conduzem a uma realidade extraordinária. Fugir do banal e procurar, em seu seio, o inverosímil, o estranho; abandonar a leitura das grandes notícias nos jornais, preferindo-lhes a dos «casos do dia» e dos pequenos anúncios, recortá-los — fazer janelas nos jornais — classificá-los, tal será o programa de Holmes mas também, de certo modo, o de Freud.

Furar a lanhez do moral, aclará-lo com os detalhes da nevrose, aprofundar o estudo dos pequenos elementos — acontecimentos que relevam do quase — nada (uma palavra que se deixou escapar, uma imagem anódina, um tique, uma tosse) e reconstruam, no entanto, uma história ou, melhor, uma tragédia. Uma tragédia que se pareceria primeiro com um «caso do dia» — uma história de família onde se misturam sexo, rivalidade, honra e dinheiro — mas que reenviaria, em última instância, para a Tragédia da humanidade, para a condição da sua sobrevivência, quer dizer, para o irresolúvel

enigma da sua origem, ou ainda para o enigma da cena originária.

Holmes e Freud não têm na vida interesse, não se animam, senão quando conseguem evadir-se da rotina, da banalidade. Identificar qualquer enigma no quotidiano a partir de elementos infimos, exige que se considere essa banalidade de outro ponto de vista. Holmes e Freud fogem do banal para melhor o penetrarem, nele verem o que outros não podem ver; e entram nele pela janela, não pela porta. É muito exactamente o que Holmes declara ao seu amigo Watson: «Suponho que sejamos ambos capazes de levantar voo saindo por essa janela: planaríamos sobre Londres e ergueríamos docemente os telhados, arriscaríamos um olhar sobre as coisas estranhas que se passam, sobre as coincidências inverosímeis, os projectos, os mal-entendidos, sobre os maravilhosos encaamentos de acontecimentos que se sucedem de geração em geração para chegar a resultados imprevisíveis na origem» (2).

Este olhar outro, de um corpo evadido pela janela, esta olhadela diferente que se apercebe, em voo planado, das relações insuspeitadas pelo senso-comum, este olhar hiperdesenvolvido, este olho ao mesmo tempo tele-micro-periscópio, ligado a um tipo de raciocínio mais rico, mais rápido, capaz de penetrar o mundo da inquietante estranheza, este olhar é portanto aquele que define o meio de evasão caro a Holmes e a Freud: a cocaína. Ambos, praticamente na mesma época, se entregam à droga para estimularem o intelecto, para planarem.

Holmes absorve uma solução de cocaína a 7 por cento, três vezes por dia, e, como anota Watson, a erudição do detective em matéria de botânica não respeita senão aos venenos (ele é nulo em jardinagem): «a beladona, o ópio, todos os venenos em geral».

O episódio freudiano da cocaína é mais do que um episódio. Como brilhantemente sublinha Roger Dadoun, trata-se antes de um *acontecimento* que, ocorrendo sob o signo de Eros, poderia esclarecer «a própria concepção da psicanálise» (3). A cocaína propicia, a Holmes como a Freud, uma «ex-altação», uma «euforia planante», escreve Dadoun, que consiste na obtenção de um suplemento de prazer, para além daquele provocado pela resolução do enigma: o prazer da sublimação, uma ultrapassagem/deslocação, um arrombamento do real. Dadoun faz notar que «a construção obtida no termo da investigação... ao mesmo tempo que mantém uma relação racional com o real, efectua uma forma de desligação com o real, preserva ou reintroduz a dimensão erótica e o gozo no interior da maquinaria intelectual ex-altada».

A cocaína, como uma janela indiscreta, aberta sobre o mundo.

Chaké Matossian

Notas

- 1) Conan Doyle, *Os cinco gomos de laranja*, Genebra, 1971.
- 2) Conan Doyle, *Um caso de identidade*, Genebra, 1971.
- 3) Roger Dadoun, «Um sublime amor de Sherlock Holmes e de Sigmund Freud», in *Littérature*, n.º 49, Paris, 1983.



Veleiros passam diante da Estátua da Liberdade: o seu centenário foi celebrado durante o fim-de-semana de 4 de Julho

Cem anos de um sonho

BARTHOLDI não é Miguel Ângelo: ninguém pensaria em inscrever a boa velha Miss Liberty, hoje centenária, no número das obras-primas da estatutária universal. No entanto, poucos monumentos no mundo estão carregados de tamanho valor afectivo. É que, para dezenas de milhões de seres humanos, a sua silhueta finalmente avistada na bruma, ao fim de uma viagem esgotante, terá sido o sinal de que a nova vida a que tanto tinham aspirado, ia enfim começar.

Os seus descendentes esqueceram os problemas e as desilusões que muitas vezes se seguiram. Basta-lhes comparar o seu próprio bem estar à pungente miséria desses «fatigados», desses «pobres», dessas *massas que aspiram a respirar livremente*, aos quais o poema de Emma Lazarus inscrito no pedestal da estátua prometia a felicidade naquela terra.

Mas a Liberdade de cobre que os franceses ofereceram aos americanos é tida como *iluminando o mundo*, e não só o Novo Mundo. Como se os nossos antepassados tivessem previsto, num tempo em que o isolacionismo tinha valor de dogma para todos os filhos do Tio Sam, que chegaria um dia em que os Estados Unidos teriam um peso decisivo na batalha incessantemente recomeçada entre os totalitarismos e a liberdade.

De Napoleão a Marx, passando por Tocqueville e Thiers, os maiores espíritos do século dezanove tinham entrevisto o papel que a América teria no século vinte. Eles tinham calculado o fantástico poder que daria ao seu povo o facto de ter uma pátria não herdada, como é o caso da maioria dos outros habitantes do planeta, mas escolhida, e escolhida pelas suas ideias. Melhor: pelo sonho de que é portadora.

O «sonho americano»: quem não falou nisso nestes tempos, no meio da explosão verbal suscitada pela aproximação do aniversário? Mas reparou-se que essa palavra, sonho, só é usada acerca da América? Nunca ninguém pensou em celebrar um sonho alemão, francês, britânico, russo, chinês, japonês ou moldo-valáquio. Muito simplesmente porque em todos estes casos haveria dificuldade em detectar uma identificação entre a nação e uma ideologia.

Pelo contrário, os Estados Unidos nasceram da adesão dos pais fundadores, confirmada por gerações de emi-

grantes, a um credo comum cujo fundamento é precisamente a Liberdade. A imagem de Epinal tem as suas zonas de sombra. A *igualdade das condições* perante a qual Tocqueville se extasiava, até ver nisso o *ponto central onde iam dar todas as observações*, já não é mais do que uma recordação longínqua.

A pobreza, a violência, o analfabetismo, não são mitos. A festa da liberdade não merece esse nome para todos, e sobretudo não o merece para os que povoavam o país antes da chegada dos brancos. Nem para os negros que não podem esquecer que os seus antepassados foram trazidos para ali à força, e vendidos como escravos, mesmo que hoje ninguém se espante de ver alguns deles presidir aos destinos de metrópoles como Washington, Chicago ou Los Angeles.

Há também o facto de quanto maior é a adesão popular ao dogma em que o Estado repousa, maior é o risco de ver o Estado em questão sucumbir às tentações do orgulho. Reagan-Rambo não está totalmente ao abrigo desse perigo. *Sempre acreditei*, chegou ele a dizer em Fevereiro de 1982, *que este continente era um lugar excepcional cujo destino era excepcional. Creio que o nosso destino é ser o farol de esperança de toda a humanidade*.

O.K., mais vale um chefe de Estado que quer ser um *farol de esperança* do que um candidato declarado ao domínio. Mas quando ele se julga investido pela providência de uma missão planetária e dispõe, para a realizar, de um poder económico, militar, cultural e mediático sem precedentes, somos levados a desconfiar um pouco da moralidade e da dedicação à democracia dos aliados dóceis e a considerar, pelo contrário, sem importância, e até inadmissíveis, as reservas ou objecções dos que o são menos: a incompreensão com a qual foi acolhida, em Abril passado, a recusa da França em deixar passar os bombardeiros com destino a Trípoli e Benghazi inscreve-se na lista já muito longa daquilo a que Kissinger chamou, num dia de indulgência, os *mal-entendidos transatlânticos* (1).

A raiz dos «mal-entendidos»

Indignar-se, como alguns o fazem, com essa pretensão, pelo menos implícita, à hegemonia e, em todo o caso,

ao «leadership», aproveitá-la para denunciar a hipocrisia e a rapacidade congénitas da Casa Branca, e, por detrás dela, de Wall Street, é pouco eficaz. E nem mesmo é justo, se não se conhecer a raiz dos *mal-entendidos*, que é, a falar verdade, filosófica. Não haveria Estados Unidos se não houvesse no seu solo homens e mulheres que deram a sua adesão a valores comuns à frente de todos os particularismos aos quais os povos da Europa dão tanta importância.

Quando se tem essa convicção, é natural que os que recusam partilhá-la pareçam retardatários ou criadores de problemas. Ainda hoje muitos americanos têm dificuldade em compreender que os seus primos do Velho Continente preferem viver com os seus hábitos, as suas línguas, as suas questões, numa palavra a sua história, a colocá-los na «corbeille» das suas bodas atlânticas.

A história da França, disse recentemente Michel Jobert durante um colóquio no Instituto Francês das Relações Internacionais, é a recusa do império. Francisco I, Luís XIV, Napoleão, os construtores do império colonial não teriam, sem dúvida, ratificado este juízo. Esta em todo o caso, face aos vários problemas do imperialismo ou do universalismo, a existência de uma «identidade» que merece ser preservada, tanto mais que ela implica, à falta de «sonho» francês, uma «certa ideia», uma ideia ao fim de contas moral, do nosso país.

A sua glória foi, de resto, suficiente para que, numa escala, é certo mais modesta do que a dos Estados Unidos, milhões de estrangeiros nela tenham encontrado, ao longo dos séculos, um refúgio, e, para muitos, uma nova pátria.

Quem pode negar que, nessa «certa ideia», o apego à Liberdade tem um papel essencial, e tanto assim é que de Jean-Marie Le Pen a Georges Marchais, toda a classe política deste país se julga obrigado a ter essa palavra na boca? É porque esse apego não é menos forte que o dos americanos, que os nossos dois novos povos são permanentemente concorrentes e solidários. O que significa que, apesar de todas as brigas habituais num velho casal, este não está disposto a romper.

André Fontaine

(1) Título de um livro publicado em 1965 em tradução francesa nas Éditions Denoel.

Saga em Chernobyl

A retenção de informações praticada pelas autoridades soviéticas no início da catástrofe nuclear de Chernobyl, foi justamente criticada. Mas, tem de se admitir que muito precisamente desde 6 de Maio — data da primeira conferência de Imprensa organizada em Moscovo, sobre o caso — a política tradicional foi completamente invertida. Ainda se está, sem dúvida, longe das normas em vigor nas democracias ocidentais. Em todo o caso, em vista do contexto e das tradições soviéticas, o esforço de informação levado a efeito pelos meios soviéticos é sem precedentes nas últimas dezenas de anos, acerca de um acontecimento imprevisível — e negativo. É claro que Gorbachev aproveitou tardia mas deliberadamente esta ocasião de ilustrar a nova política de transparência (*glasnost*) de que se faz advogado.

Dezenas de artigos e narrativas publicados em dois meses, tanto em Moscovo como nas províncias, constituem um vasto campo de informações: sobre o desenvolvimento catastrófico e suas consequências, mas também sobre o funcionamento do regime e das suas várias instituições em circunstâncias graves. A reconstituição que se pode fazer dos acontecimentos sobre esta base, também ilustra tão bem as dificuldades iniciais da burocracia como as suas interiores capacidades de mobilização.

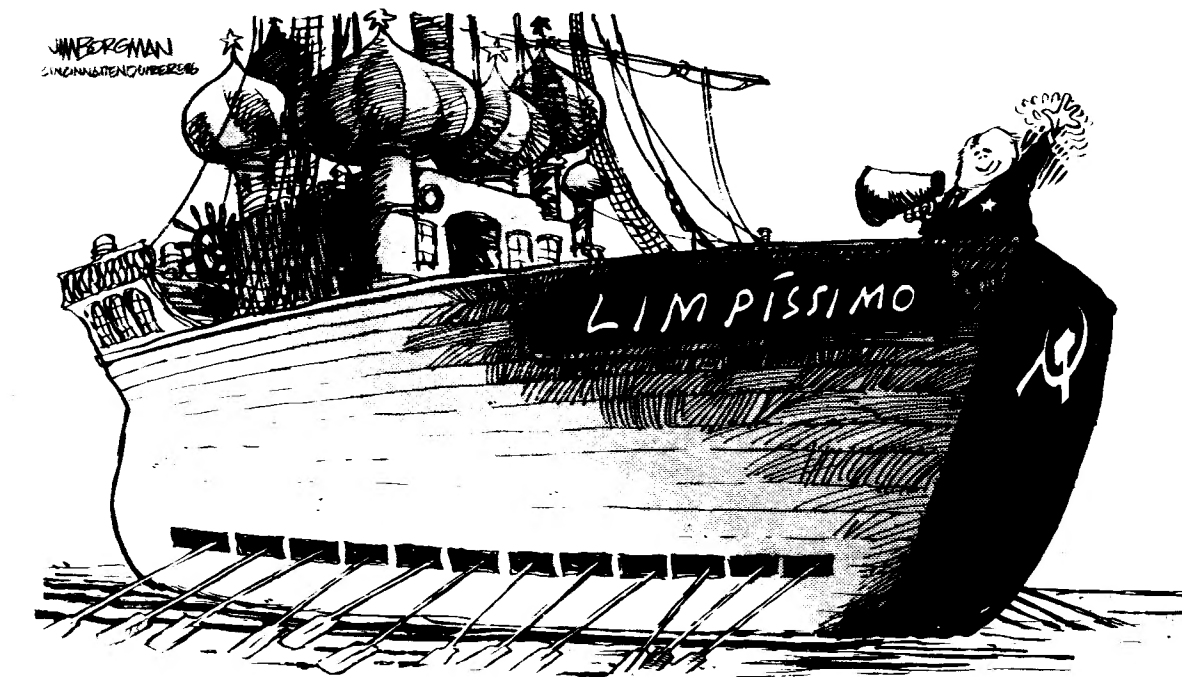
Primeira observação sobre o que é a mais grave lacuna das autoridades no caso: ainda hoje nada se disse sobre os prólogos daquilo a que se chama a avaria do quarto reactor da central, que conduziu, na noite de 25 para 26 de Abril, à sua explosão mortífera. Sem dúvida que estas informações serão muito provavelmente dadas no relatório técnico que Moscovo prometeu para o mês de Agosto à Agência Atómica de Viena. Mas há dois meses que o assunto continua tabu.

Porque, para os meios soviéticos, tudo começa unicamente à 1 hora e 23 dessa noite, quando o tecto do reactor (não protegido) é arrebatado por uma violenta explosão e as chamas surgem, «*pelo menos em cinco lugares*». A única coisa que será dito é que o reactor estava então «*parado, de acordo com o plano, a um nível de potência de 200 megawatts*», e que as circunstâncias que conduziram a esse desfecho eram «*pouco verosímeis, quase impossíveis*».

Saber-se-á ainda que a primeira vítima, o operador de guarda Valeri Khodemtchuk, tinha visto chegar a catástrofe: foi levado sem remissão (o seu corpo nem mesmo foi encontrado) no momento em que tentava «*iugular a força que escapava ao controlo*». Mas não teve tempo de dar o alarme, porque os chefes não desconfiavam de nada. Como o escreveria dias depois o *Pravda* da Ucrânia, «*a situação foi complicada pelo facto de na véspera do acidente ter sido feriado e haver depois, por causa do 1 de Maio, quatro dias em que não se trabalhou*».

O chefe do destacamento dos bombeiros ditos «*militarizados*», ligados à central, o comandante Leonid Teliatnikov, também estava em férias durante uns dias mas pelo menos estava em casa.

Alertado chegou ao local «*em mangas de camisa*» e organizou o combate ao incêndio. O espectáculo dantesco das primeiras horas foi muitas vezes descrito: «*O reactor aberto e, lá em cima, acima do seu sopro mortal, si-*



lhuetas que se agitavam... Tudo na lava ardente do betume em fogo, um fumo pesado e pestilento, trevas (a electricidade fora cortada), enfim, e principalmente «*uma dose espantosa de radioactividade indicada pelos contadores Geiger*».

É inútil dizer que os bombeiros presentes (quinze, segundo os primeiros números, depois vinte e oito) foram deliberadamente — ou foram enviados — para o sacrifício. Se o comandante Teliatnikov parece ter sobrevivido, pelo menos sete dos seus homens morreram nos quinze dias que se seguiram.

Foi em todo o caso graças a eles que se evitou a nova catástrofe que teria sido a extensão do incêndio aos reactores vizinhos. Mas duvida-se que o jogo tenha sido definitivamente apagado por volta das 5 horas da manhã, como o asseguram a maioria dos textos. O sábio, atómico Valeri Legasov contará, com efeito, mais tarde, que tendo saído de Moscovo na manhã de 26, chegou ao local por volta do meio dia, e foi «*ao ver a luz do incêndio*» que começou a compreender o que se tinha passado. Também se sabe que «*mais de cinquenta mangueiras de incêndio vindas de Kiev e da sua região*» foram postas em acção no mesmo dia provavelmente, portanto depois das 5 horas da manhã, dada a distância a percorrer.

Moscovo alertada na primeira hora

Esse dia de sábado 26 de Abril não deve ter sido o primeiro do drama para as autoridades encarregadas do bom funcionamento da central. Mas ele foi decisivo para todas as outras instituições, agora devidamente alertadas. Com efeito, ao contrário do que de início se dera a entender, as autoridades locais não procuraram dissimular o acontecimento e os relatórios foram enviados para Moscovo logo na primeira hora.

Os primeiros a ser mobilizados foram os cientistas do instituto Kurtchatov, de Moscovo, principal centro de investigação nuclear da URSS, que enviaram para o local, logo no sábado de manhã, vimo-lo, uma primeira equipa dirigida por Legasov, subdirector do instituto. Este grupo foi seguido «*algumas horas mais tarde*» pela comissão governamental, logo formada

sob a presidência de Chitchebina, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS. Também em Moscovo a doutora Guskova que trataria na sua clínica número 6 os feridos muito graves e, principalmente os bombeiros, foi «*imediatamente chamada pelo Ministério da Saúde*»: às 16 e 30 do dia 26 de Abril ela entrava em comunicação com as autoridades médicas locais: por volta das 18 horas preparava uma equipa de socorro para se dirigir ao local e recebia de noite um primeiro contingente de paciência.

Enfim, o Ministério do Interior (MVD) já mobilizara as suas tropas: não só os bombeiros, que dependem dele, mas também «*ilhares de milicianos*», que, ainda no sábado, «*barraram todas as estradas que conduziam à central e à cidade de Pripiat*». Um estado-maior de crise, aparentemente o primeiro, foi constituído no quartel general da milícia dessa cidade sob a direcção do general Berdov, vice-ministro do Interior da Ucrânia, «*e que chegara de manhã cedo à zona da central*». O exército também fora mobilizado quase imediatamente. Foi no dia 26 de Abril à noite que o general Antochkine, chefe do estado-maior do exército do ar da região militar de Kiev, recebeu do comandante da região, ordem de se encarregar, com os seus helicópteros, de tapar o reactor sob toneladas de areia e de chumbo.

Nestas condições porquê ter esperado pelo dia seguinte, domingo 27 de Abril às 14 horas, para proceder às primeiras evacuações da população? Tendo em conta as forças e as altas autoridades já presentes no sábado, a operação teria podido começar nesse dia, vinte e quatro horas antes. Ter-se-á subestimado o perigo do reactor? Ou ter-se-á recuado perante a amplitude da tarefa?

Até agora as autoridades privilegiaram a primeira hipótese, e somente para uso do público estrangeiro. Assim, Faline, director da agência Novosti, numa entrevista dada ao *Spiegel*, depois do doutor Tchazov durante uma conferência em Colónia, admitiram esses atrasos na evacuação a «*uma subestimação do perigo da radioactividade*» por parte dos técnicos da central para o primeiro, das autoridades locais para o segundo. Mas, para consumo interno, limitam-se a afirmar, como o

fez o académico Legasov no *Pravda* de 2 de Junho, que «*a decisão de evacuar a cidade de Pripiat foi imediatamente tomada*».

Duas vagas de evacuação

De facto, os meios necessários, principalmente mais de 1200 autocarros e 300 camiões, começaram a ser retirados do parque dos transportes urbanos, de Kiev, no sábado, e dirigiram-se para Chernobyl, a 130 quilómetros de distância, na noite de sábado para domingo. A ordem fora dada às 20 horas por um vice-presidente do governo da Ucrânia, a Reva, primeiro vice-ministro dos Transportes Automóveis da república, que dirigiu a operação e... teve de passar depois cinco dias no hospital.

Essa evacuação efectuou-se em dois tempos. A primeira vaga diz respeito à cidade de Pripiat, a uns quatro quilómetros da central. Exactamente em 2 horas e 45 minutos trinta mil pessoas embarcaram nos autocarros, que entraram na cidade às 14 horas. A operação decorreu com facilidade, ao que se diz, mesmo com demasiada facilidade, porque muitos pensavam que se tratava de um passeio de alguns dias e nem mesmo levavam consigo o necessário. Depois o grande comboio (20 quilómetros de comprimento) dirige-se para as duas primeiras localidades escolhidas para acolher os desalojados: Ivanov e Polesk, na periferia da chamada zona de perigo, delimitada por um círculo de 30 quilómetros em volta da central.

Mas as divisões administrativas já se fazem sentir. A região de Kiev, onde se encontra a central, está directamente interessada no caso, mas a de Gomel, a norte, está-o também, sobretudo porque os ventos sopraram do sul para o norte durante os dois primeiros dias. A vila de Tchamkov, no extremo-sul da região do Gomel, encontra-se, por exemplo, a 5 quilómetros da central. Mas Chernobyl está na Ucrânia, Gomel na Bielorrússia, e as ordens atravessarão mais dificilmente que as radiações a fronteira entre as duas repúblicas. Sabe-se através do jornal *Bielorrússia soviética*, que no dia 1 de Maio, isto é, seis dias após o acidente, só as crianças e as mulheres grávidas tinham sido evacuadas da parte bielorrussa da zona de perigo. Só no dia 8 de

Maio esse mesmo jornal falou de uma evacuação geral.

O comunicado de Moscovo censurado na Ucrânia

Talvez por isso houve críticas, desta vez para uso interno. No princípio, escreveu o *Pravda* de 4 de Junho acerca da situação na Bielorrússia, «*numerosos dirigentes económicos e cidadãos mostram negligência e falta de cultura médica elementar*». E foi, com efeito, nessa república que as precauções sanitárias foram depois mais reforçadas. Não só todos os poços a sul de Gomel devem ser murados, não só se deve proceder a novas evacuações no princípio de Junho, como os trabalhos dos campos são acompanhados de medidas draconianas: uso obrigatório de máscara, construção de tractores especiais com cabines herméticas, duchas portáteis, etc.

Do lado ucraniano não há grandes pressas. Uma vez Pripiat evacuada, prepara-se uma segunda vaga de evacuação, mas há um certo *floou* em todos os escritos, no que diz respeito à sua data. Só se sabe que ela começa uma noite às 2 horas da manhã e diz respeito à cidade de Chernobyl (apesar do seu nome está situada mais longe da central do que Pripiat) e localidades rurais. O trabalho é aqui mais difícil. É preciso evacuar não só as pessoas mas também o gado e as máquinas agrícolas; muitos camponeses não querem partir, em todo o caso sem o seu gado privado: «*Numa série de casos foi preciso convencerlos*», explica o primeiro secretário do partido para a região de Kiev.

Seja como for, essa segunda evacuação terminou em 9 de Maio. E só nesse dia que sai o primeiro número do jornal do cantão de Chernobyl, tirado no seu novo local de trabalho, em Borodianka. Passaram duas semanas desde a avaria e só agora se começa a falar nisso. Lembremos, com efeito, que durante os primeiros dez dias todas as operações decorreram num mutismo quase completo por parte das autoridades. O primeiro comunicado governamental foi publicado em Moscovo na tarde de 2.ª feira 28 de Abril, vinte e quatro horas depois de os países escandinavos terem anunciado a notícia ao mundo. Ora mesmo este comunicado, o mais lacónico de todos, é censurado para uso das populações mais interessadas: o *Pravda* da Ucrânia faz a sua reprodução no seu número 29 de Abril, sem as duas últimas frases, as que referem as vítimas e anunciam a criação de uma comissão governamental. E segundo as testemunhas estrangeiras, foi só na 2.ª feira 5 de Maio que se anunciou de súbito à população de Kiev uma série de medidas de protecção sanitária.

Os helicópteros do general Antochkine

Mas desde o início que, no local, há verdadeiros trabalhos de Hércules. As coisas vão organizar-se progressivamente, mas no primeiro dia e apesar da presença de um vice-presidente do governo de Moscovo, tudo começa numa improvisação dramática. Uma das narrativas mais alucinantes é aquela em que a *Estrela Vermelha*, órgão do exército, conta, um bom mês depois (no dia 7 de Junho), como os pilotos de helicóptero do general Antochkine cumpriram a sua missão de lançar

Chernobyl terá provocado uma renovação no trabalho dos media

sobre o reactor uma «rolha» de 500 toneladas de areia, chumbo e boro.

O trabalho começa na noite de 26 para 27 de Abril, isto é, só algumas horas depois da extinção do incêndio. É o próprio general que, encarrapitado no telhado do hotel Pripiat e tendo constantemente debaixo dos olhos o cimo destruído do quarto bloco, guia os primeiros aparelhos. Também é ele que, já sem embalagens para a areia, corre no seu automóvel para a aldeia mais próxima e arranja uma série de sacos nas casas dos camponeses. Quanto ao lançamento desses sacos sobre o reactor, ele faz-se de uma altura de 200 metros, a olho. Ficava-se suspenso sobre a cratera, abria-se a porta do helicóptero, depois, olhando para a abertura, calculava-se a olho nu e largava-se um saco. No entanto, acrescenta o jornal, não eram raios de sol que saíam da boca do reactor acidentado e todos tinham consciência disso. Apesar disto nenhum piloto de helicóptero figura entre os feridos graves.

Graças a um sistema de ganchos especiais fabricados numa noite numa fábrica de Tchernigov, depois a um novo princípio copiado dos bombardeamentos em voo picado da última guerra, o general Antochkine conseguiu duplicar, depois triplicar diariamente o volume largado em relação à véspera. No dia 2 de Maio, o essencial do trabalho está feito, mas resta «esfriar» o reactor, fazer a bombagem da água que se acumulou na sua base, reforçar e isolar os seus alicerces. Foi só por volta de 10 e 11 de Maio que o espectro do «síndrome chinês» — o afundamento no solo e nas águas subterrâneas do reactor incandescente, para mais esmagado pelo peso da «rolha», foi afastado.

A «saga de Chernobyl» adquire então toda a sua amplitude, com um formidável desenvolvimento de meios em matéria de construção, transporte, trabalhos mineiros (são mobilizados os construtores do metropolitano de Kiev e de Moscovo, os mineiros de Dombass e de Toulou), por fim equipas médicas e de limpeza.

São à volta de 1300 os médicos e enfermeiras mobilizados na Ucrânia, e 1900 na Bielorrússia. Nas obras, o pessoal e em grande número, até porque tem que se cuidar das normas de segurança e substituir constantemente os homens. Em certos locais as equipas só podem operar durante dez minutos sob pena de receber uma dose excessiva de radiações.

A epopeia também é uma experiência para várias administrações soviéticas, mas a repartição dos papéis não é exactamente a que o governo avançou. Assim o comunicado emitido pelo Politburo depois da sua sessão de 8 de Junho, presta homenagem à comissão (governamental) às organizações locais do partido e dos soviets, depois enumera o pessoal da central, os cientistas, os engenheiros, técnicos e médicos, o pessoal dos transportes e os militares. À excepção talvez dos cientistas e do pessoal da central, seria, de facto, preciso inverter a pirâmide, porque o Exército está muito à frente, tanto no volume dos trabalhos efectuados, como nos riscos corridos.

Já referimos o papel-chave do general Antochkine e dos seus helicópteros. Mas foram também as forças armadas que se ocuparam de outro trabalho perigoso que foi a bombagem da água sob o reactor, que fizeram diques no rio Pripiat, que descontaminaram a «bulldozer», as proximidades da central, que realizam desde 27 de Abril as fotos aéreas do reactor e de toda a zona em



Um grupo de jornalistas soviéticos e estrangeiros assiste ao controlo da radioactividade na água na região de Kiev (foto TASS)

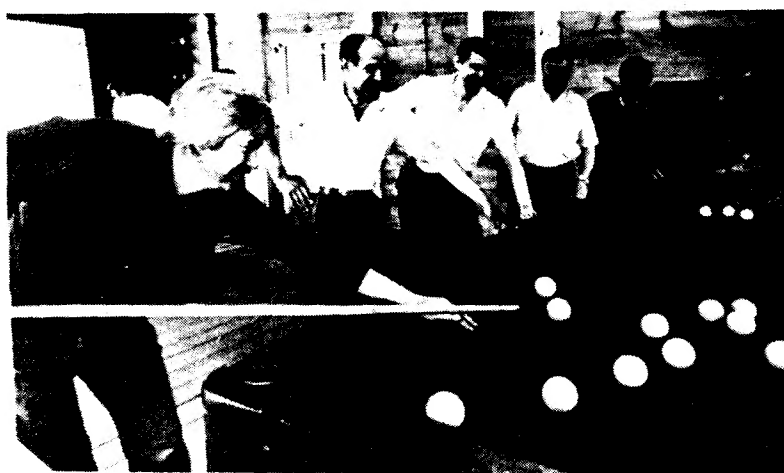
perigo. Foi ainda a tropa que alimentou, no princípio do mês, o pessoal da central e assegurou em parte o seu transporte. Com efeito, devido às radiações, os operários que chegavam ao local da catástrofe, percorrem as últimas centenas de metros a bordo de transportes militares blindados.

Impedir os roubos e as depredações

Entre os militares, mencionam-se frequentemente os antigos combatentes do Afeganistão, pilotos ou soldados que já tiveram a experiência do combate e do perigo. E também as tropas químicas, esse famoso corpo que preocupa particularmente os estados-maiores ocidentais. Mas desta vez os soldados-químicos apresentaram-se, pelo contrário, como combatentes da limpeza, os que esfregam e brunem os veículos e cujo hino é, ao que parece: Temos o contraveneno para todo o veneno. São maravilhosos, por exemplo, os seus aparelhos de medida e os seus carros de lavagem, que podem atingir as janelas dos mais altos edifícios. Também se trata, mas menos, dos serviços de defesa civil.

Em segundo lugar, vêm os «órgãos» do Ministério do Interior (MVD): bombeiros, milicianos, agentes da Polícia e da circulação. Não se trata só de eles organizarem a evacuação das populações, como o fez o vice-ministro Berdov, mas também de patrulhar depois as zonas desertas e impedir roubos e depredações. Como a radioactividade persistente torna uma tarefa difícil, desde Junho que foi colocado um complexo sistema de sinalização eléctrica em cada imóvel.

Mas as missões do MVD, sobretudo de início, não se limitam a isto. Impõe-se a impressão de que a Polícia tem certas carências e que o faz saber. Tivemos de cumprir tarefas que não nos cabem em tempo normal, declara no Pravda da Ucrânia, de 8 de Maio, o general Berdov. Ele também se ocupa do tráfego ferroviário. O seu ministro, o general Gladuch, que estava em mis-



Internados de Chernobyl no sanatório «Lesnaya Polyana», 80 km a noroeste de Kiev (foto TASS)

são, chega por avião a fim de tomar a direcção de todas as operações.

Quiz-se assim sublinhar as fraquezas dos civis? Se os diversos ramos do aparelho governamental e científico parecem cumprir mais ou menos correctamente o seu papel técnico, não acontece o mesmo com o partido e com o seu aparelho, cujo papel parece bem secundário em tudo isto.

Os «fenómenos negativos»

Isto leva-nos naturalmente à parte crítica da epopeia, a tudo o que não foi nem magnífico nem heróico, como o sugere publicamente a Gazeta Literária. Transparência ou não, as tradições do agit-prop são respeitadas. Prioridade ao que é edificante, grande discrição para evocar os casos isolados de pânico e outros «fenómenos negativos», que, de resto, são mais evocados em Moscovo do que na imprensa da província, visivelmente ainda muito sensível à pressão das autoridades locais.

O caso do jovem casal que abandona o avô inválido numa casa de Pripiat é devidamente criticado, tal como o de um proprietário de uma grande casa e

de um carro, que recusa acolher refugiados para não sujar o chão. Mas passa-se por cima de fenómenos de ordem um pouco demasiado geral, por exemplo o facto de os habitantes de Kiev serem por vezes tratados como pestíferos nos locais de vilegiatura do Sul e os alugueres que eles devem pagar no Verão terem sido fortemente aumentados por alguns proprietários. Quanto ao resto, desmente-se o rumor visivelmente tenaz, segundo o qual a vodka ou o vinho branco (diz-se mesmo que se trata do cabernet) serem recomendados contra as radiações e generosamente distribuídos, no local da central de Chernobyl, em especial aos motoristas; um rumor que pode ter sido encorajado pelo facto de os ditos motoristas serem convidados a guiar muito depressa a fim de tornar mais leve a sua estada nas zonas contaminadas.

Dito isto, as sanções anunciadas são muito limitadas. As mais importantes dizem respeito ao director da central, sancionado em Junho com alguns dos seus adjuntos, um dos quais, pelo menos, abandonara o seu posto no momento mais complicado. Mas as críticas que lhes foram feitas referem-se à sua atitude no período dito de liquidação das consequências do acidente, por-

tanto depois da explosão, não sobre o que se passou antes.

Tendo em vista a amplitude dos acontecimentos, podem considerar-se estas sanções e estas críticas como o estrito mínimo inevitável. E não se sabe de uma só substituição no aparelho do partido propriamente dito. Talvez Chcherbitski, primeiro-secretário do partido na Ucrânia e membro do politburo de Moscovo tenha conseguido preservar toda a sua gente?

Pelo contrário, outros heróis surgiram, inclusive na alta nomenklatura. Dois académicos, os cientistas atómicos Eugveni Velikhov e Valeri Legasov, distinguiram-se dirigindo desde o primeiro dia toda a parte científica dos trabalhos, junto da comissão governamental, e correndo riscos certos. O primeiro, por exemplo, sobreviveu mais de quarenta vezes o reactor, durante todo o mês de Maio, durante o primeiro período várias vezes por dia. Do lado político, se se foi muito discreto sobre a estada de Ligatchev e Ryjkov, os números dois e três do regime, na região sinistrada, falou-se, pelo contrário, muito das actividades nessa mesma região de três vice-presidentes do governo da URSS (em oito), Chcherbina, Silaev e Botalina.

Um vice-primeiro-ministro irradiado?

O primeiro, um especialista da construção, foi nomeado a 26 de Abril presidente da comissão governamental e dirigiu no local os trabalhos durante os primeiros quinze dias. Por razões não explicadas cedeu o lugar, entre 5 e 10 de Maio, ao segundo, responsável em tempo normal no governo de Moscovo do bureau das construções mecânicas constituído o ano passado. Mas foi só através de um breve artigo do jornal Moldavia Soviética, de 19 de Maio, que Silaev é referido na função de presidente da comissão, sem que seja dado nenhum esclarecimento sobre a sorte do seu predecessor.

Este último foi afastado por ter cometido erros nos primeiros dias, principalmente no que diz respeito à evacuação? No entanto, o Pravda ainda afirmou no dia 2 de Junho, pela boca de Legasov, que todas as decisões da comissão foram reflectidas e correctas. Podemos pois perguntar se Chcherbina não foi levado a retirar-se por ter absorvido uma dose excessiva de radiações. Não seria o único membro da «élite» neste caso, visto que vários altos funcionários ucranianos, responsáveis do MVD e militantes terem feito estadias mais ou menos longas no hospital, depois das quentes jornadas do princípio de Maio.

No total, a saga de Chernobyl ficará na história do regime soviético, no plano interno, como uma renovação, já que nenhuma outra catástrofe natural ou humana fora objecto de tamanha cobertura nos «medias» oficiais. Mas ela também não escapa à profunda lentidão do sistema: as responsabilidades, nas origens do desastre ainda não foram evocadas nem debatidas, o heroísmo educativo dos salvadores passou adiante dos estados de alma menos gloriosos de uma população gravemente traumatizada. Será, no entanto, necessário tratar desse aspecto das coisas quando a febre for descendo na central e for necessário fazer face aos problemas da reconversão de uns cem mil refugiados, desenraizados desde há dois meses e que estão longe de poder voltar às suas casas.

Michel Tatu

Exclusivo «Le Monde» - Diário de Lisboa

O homem que queria mudar o Mundo

HA trinta e quatro de Agosto de 1956, morreu o escritor, poeta e encenador Bertolt Brecht. O mundo da literatura e do teatro, perdia com ele um rebelde da arte que abriu caminho, tanto na prática como teoricamente, para uma nova receptividade realista da arte.

Quando Brecht, nascido a 10 de Fevereiro de 1898, em Augsburg, começou a viver, no princípio dos anos vinte em Berlim, durante períodos de trabalho prolongado, já deixara atrás de si, para além dos estudos não terminados de literatura, de filosofia e de medicina, sobretudo experiências políticas importantes. Em 1919 fôra testemunha da temporária República dos conselhos comunista, de Munique, e vira como tinham sido passados pelas armas os operários revolucionários vencidos. Pouco tempo antes escrevera a sua «legenda do soldado morto» que quinze anos mais tarde «serviu de motivo ao regime hitleriano para me tirar a cidadania» (Brecht, 1947, perante a Comissão do Congresso dos EUA contra as actividades anti-americanas).

Por volta de 1920 fez as suas primeiras experiências dramáticas com as peças «Baal» e «Tambores na noite», e trabalhava na peça «Na selva das cidades». Depois das primeiras representações em vários teatros e da entrega de um prémio para jovens autores dramáticos, começou para Brecht uma época frutuosa de criatividade, durante a qual conseguiu afirmar-se junto de um largo público (principalmente com a peça «O homem é o homem» e o livro de poesia «Hauspostille»). A primeira exibição mundial sensacional, em Berlim, da «Opera de quatro vintens», em 1928, que depois foi um êxito em todo o mundo (êxito esse que se mantém) valeu-lhe bruscamente um renome internacional.



Emigração e regresso a outra Berlim

Na época da crescente fascização da Alemanha, Brecht fez profissão de fé através da palavra e dos actos a favor das ideias da Esquerda política. Com a representação em 1932 de «A mãe», segundo o romance de Máximo Gorki, pretendia mobilizar a população laboriosa a favor da política do partido comunista da Alemanha (KPD). A actriz Helena Weigel obteve fama mundial no papel principal dessa peça.

Foi ao resolver emigrar que Brecht evitou a prisão que o ameaçava depois da chegada dos fascistas ao poder, em 1933. Isto marcou para ele o início de

uma parte errante, de apátrida, da sua vida, de fuga perante os exércitos de agressão da Alemanha nazi, que depois de 1939 haviam provocado a guerra em todo o continente europeu.

A Dinamarca, a Suécia, a Finlândia e os EUA, foram os principais países onde viveu o seu exílio. Foi aí que escreveu grande número das suas peças de teatro, mais politicamente empenhadas e mais convincentes: «A boa alma de Tse-Tchuan», «A vida de Galileu», «Mestre Puntilla e o seu criado Matti».

Na cidade de Berlim libertada do fascismo, à qual Brecht e sua mulher Helena Weigel tinham voltado em

1947 — de regresso dos Estados Unidos, — a sua peça «Mãe Coragem» teve uma estreia memorável no dia 11 de Janeiro de 1949. «O teatro da nova era fôra inaugurado», dizia Brecht, «quando na cena dessa cidade destruída de Berlim, entrara a carroça de Mãe Coragem».

Brecht e Weigel fundaram então o grupo do «Berliner Ensemble», cujas encenações determinantes e logo apreciadas no mundo inteiro, principalmente de peças de Brecht, em geral asseguradas pelo próprio autor, iam tornar-se ao mesmo tempo êxitos de «tourmées» que eram grandemente ovacionadas em numerosos países.

Para Brecht o essencial fora a evolução ulterior tanto do indivíduo como de toda a sociedade. As suas peças estão cheias de caracteres em modificação, na aquisição da realidade e, finalmente, na acção. Era assim que ele compreendia o seu novo teatro popular e realista: «Uma forma de representação que se faz notar pelo seu lado corrente, que suscita o espanto acerca do que é habitual». A sua «arte épica» utilizava ao mesmo tempo a alienação e a distanciação de acontecimentos quotidianos, a fim de tornar receptivos ao público os processos sociais escondidos. Muitas vezes o público participava no jogo de actores, e o teatro inteiro tornava-se palco. Ora ele nunca tentou esconder a sua grande inclinação pela acrobacia e, pelo romance policial.

Brecht morreu como grande director de teatro, como um dos primeiros autores dramáticos contemporâneos e como vice-presidente da Academia das Artes da RDA. Ele quizeria modificar o mundo. Quiz acordar ideias na cabeça dos seus leitores e dos seus espectadores, e trouxe muito prazer a milhões de espectadores do mundo inteiro, através de uma distração muito ambiciosa.

A sua obra artística continua a viver na RDA. Os seus poemas, as suas peças e os seus escritos foram múltiplas vezes editados. Os trabalhos de Brecht figuram no repertório permanente dos teatros do país. Durante os últimos anos, surgiram nos pequenos teatros e nos grupos de amadores, muitas sugestões novas no plano da receptividade da obra de Brecht. A grande maioria da gente de teatro mais jovem, estudou-o teoricamente e na prática.

A casa onde Brecht e Weigel viveram, na capital da RDA, foi aberta ao público em 1978 e recebe constantemente visitantes tanto do país como do estrangeiro. A casa de Brecht e o Centro Brecht da RDA contribuem grandemente para a conservação deste património cultural. Mas também há um empenhamento perante o seu testamento político. Durante os últimos anos da sua vida, este laureado do Prémio Internacional da Paz exortou incessantemente os seus semelhantes com todo o peso da sua autoridade: «A paz é o começo e o fim de todas as actividades humanas de toda a produção, de toda a forma de arte, inclusivamente da arte de viver.»

Especial Panorama DDR para o «Diário de Lisboa»

Os tentilhões

QUANDO cheguei à paragem do 49, mesmo junto da minha casa, onde termina a carreira, o autocarro cor de laranja estava parado aí a uns 100 metros do local habitual.

Não sei se foi por a rotina ter sido quebrada, mas fiquei chateado. Não percebia por que é que o motorista, que estava sentado ao volante do autocarro, de portas pneumáticas bem abertas, tinha parado ali, fora do local certo, fazendo horas para iniciar nova carreira.

Como eu, outros passageiros habituais foram chegando. Olhávamos uns para os outros sem percebermos pátavina do que se estava a passar. E não podíamos entrar para o 49, esperando sentados a hora da partida.

De repente ouvimos o «puff» prolongado das portas do carro grande fechando-se. E vimos o motorista levantar-se, dar uma volta dentro do veículo, voltar a

sentar-se, pôr o 49 em andamento e, com ar divertido, aproximar-se de nós, olhando sempre para o monte semi-abandonado que ficava ali mesmo ao lado.

As portas abriram-se, um a um fomos entrando, uns protestando abertamente, outros resmungando somente, outros ainda encolhendo apenas os ombros. E o motorista divertido.

A minha curiosidade, porém, não tinha limites. Não aguentando mais, levantei-me e fui falar com o homem da Carris que tinha por missão conduzir o 49. E perguntei-lhe o que é que se tinha passado.

O motorista, pessoa ainda jovem, deu uma gargalhada. Com que então eu não tinha percebido... Mas era simples, a história. Pena fora que nesse dia tivesse azar, pois a verdade é que foi mesmo por um triz, mas não conseguira apanhar nem um tentilhão.

Tentilhão? — exclamei surpreendíssimo.

«Tentilhões» — corrigiu o motorista do 49, para de imediato dizer, tintim por tintim, o que se havia passado na véspera e nesse dia.

É que, contou, no dia anterior, para satisfazer uma «necessidade daquelas que ninguém pode fazer por nós», parara ali a 100 metros do sítio habitual. Saiu do autocarro, deixou naturalmente as portas abertas e foi atrás da viatura «para aquilo que está a imaginar». Quando voltou a subir tinha dois tentilhões, «daqueles que andam por aí no monte», dentro do autocarro.

«Nem pensei duas vezes» — afirmou. «Carreguei no automático, está a ver, não está, puuuuufff, as portas fecharam, depois foi só o trabalho de os apanhar. Estão lá em casa e cantam que nem canários.»

E hoje, por que é que parou outra

vez ali? — perguntei ainda espantado.

«Porque há mais tentilhões. Pus o rádio a tocar — este pequenino, portátil, que já ontem estava a funcionar — abri as portas e esperei que eles entrassem. Mas como entretanto a paragem já estava cheia de pessoas tive de arrancar. Mas se hoje não deu, amanhã ou depois vai ser que nem ginjas!»

Voltei para o meu lugar. Nunca mais soube se nos dias seguintes tinha sido que nem ginjas. Na memória ficou-me apenas a imagem do motorista, para quem o autocarro funcionava como um verdadeiro templo, caçando tentilhões, em plena Lisboa, abrindo e fechando portas pneumáticas...

...E sorrindo para mim mesmo, imaginei que aquela era, afinal, uma versão moderna, e pouco ortodoxa, da bíblica cena dos tentilhões do templo.

Ribeiro Cardoso

Mensagens Pessoais

Quarenta «vampiros»

Da colecção Vampiro de bolso, compro, cerca de 40 livros entre o n.º 1 e o n.º 237, para completar a colecção. Telefone 328091. Falar c/ José Luís, das 19 às 20.30 h

Banda D senhada

Vendo os primeiros 14 volumes encadernados do Tintin português, em bom estado, por 10 000\$00. António Rocha. Telf. 9825105. Depois das 19 horas.

Discos LP

Vendo, de 150\$00 a 400\$00: Roxy Music, Queen, Kim Wilde, Yazoo, John Mayall, Blondie, Fischer-Z, Lene Lovich, Marsha and Muffins, Beach Boys, American Hot Wax (duplo), American Folk Songs (Jack Elliot e Derrol Adams), Larry Coryell, Haw Kwind, Kraftwerk, Glenn Miller, Madness, Hazel O'Connor, António Rocha, telef. 9825105, depois das 19 horas.

Vivenda «barata»

Marisol, vivenda com garagem em fase de acabamento, vende-se barata, urgente. Telefone 2764996, noite.

Campismo

Tenda de campismo familiar — 5x3,5 m com dois quartos de 2x1,5 m, sala, roupeiro e avançado, em muito bom estado. Preço 35 contos — Tel. 57 33 05 (depois das 20 h) ou 57 85 05 — Ext. 315

Calculadora

«Vendo máquina calculadora Sharp Elsimite EL-230 por 700\$00, adquirida em finais de 1985 em óptimas condições de funcionamento e de apresentação. Ocasão única. Aproveite! Contactar Fernando Simões, Tel. 661960, depois das 19 h, de qualquer dia do ano».

Diversos mobília

Mobília de quarto com guarda-fatos de casal e cama de corpo e meio. Também duas camas estreitas, iguais, em madeira de castanho, bonitas. Posso vender só uma ou duas peças. Dois candeeiros, de pé, (vulgares) um secador de roupa não eléctrico, e uma queijeira. Tudo como novo.

Bigode ruivo

Tenho 26 anos, atraente bigode ruivo, carro e emprego estável. Sou bom rapaz e até um pouco tímido, mas, apesar de tudo, gostava de encontrar uma companheira para férias e fins-de-semana. Como tal espero que tu que és desinibida, divertida e bem-disposta me telefones. Carlos — 218 17 88

Regulamento

Cada leitor poderá enviar-nos, até à quarta-feira de cada semana, as suas «mensagens pessoais», que o Sete Ponto Sete publicará gratuitamente na edição seguinte. Cada mensagem não deve ter mais de 60 palavras (incluindo a identificação), e nem o Sete Ponto Sete e nem o Diário de Lisboa de Lisboa podem ser os destinatários das respostas, quer dizer: cada mensagem deve mencionar a morada ou telefone do seu autor. Dactilografe ou redija muito legivelmente o seu texto, e envie-o para «Mensagens Pessoais» Sete Ponto Sete, «DL», Rua Luz Soriano, 44, 1200 LISBOA.